Climene Laura de Camargo

***Violência Física Familiar Contra Crianças e
Adolescentes: um recorte localizado***

***Tese apresentada ao Departamento de Saúde
Materno-Infantil da Faculdade de Saúde
Pública da Universidade de São Paulo, para
obtenção do grau de Doutor em Saúde
Pública.***

Orientadora: Prof. Dr. Keiko Ogura Buralli

São Paulo

AGRADECIMENTOS

Durante esta árdua caminhada, pude contar com muitas pessoas queridas, que de diferentes maneiras tornaram possível a execução deste trabalho e que não poderia deixar de agradecer neste momento:

À Dra Keiko Ogura Buralli, pela orientação dedicada.

Aos professores do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá, pela colaboração na minha formação profissional, em especial à Prof. Takeko Uchimura pelo incentivo ao meu ingresso no curso de Doutorado

Aos professores e funcionários do Departamento Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP, pela atenção dispensada.

Ao Du, pelo apoio na revisão deste trabalho e ao Ronaldo, meu Epi-Info do coração.

À amiga/ irmã Maria Rita e família pela solidariedade imensa.

Às “irmãs Kakogawas”, principalmente à Sandra Maria, Liliana e Cristina pela amizade e importante ajuda.

Aos queridos tios Nair e Elias, que me acolheram com tanto carinho.

Aos professores do grupo Crescer da UFBA, pelo apoio.

À minha mais que querida irmã e cunhado, pela atenção.

Ao Ivo, pelo companheirismo e incentivo, que tornou esta jornada menos solitária.

Emiliano e Fernanda:

Cumpri o prometido!

*À minha mãe, que soube fazer
do amor, carinho e
compreensão, seus
instrumentos disciplinadores*

e

*Ao meu pai, “que foi um
pedaço de vida, bem maior
que qualquer vida...”*

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I

1- CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE VIOLÊNCIA E FAMÍLIA

1.1. Violência.....	7
1.2. Violência Familiar.....	18
1.3. Formação da Família.....	21
1.3.1. Funções da Família.....	23
1.3.2. O Pátrio Poder.....	25
1.3.3. Vida Familiar e Comunitária.....	28

CAPÍTULO II

2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	34
2.1. “Locus do Estudo”.....	37
2.2. População Estudada.....	34
2.3. Delimitação da Violência Física Familiar através dos “Fatos”.....	41
2.3.1. Técnica de Coleta de Dados das Denúncias.....	44
2.4. Tabus e Preconceitos da Pesquisadora.....	41
2.5. Delimitação do Significado da Violência Física Familiar.....	51
2.5.1. Técnica de coleta de dados das entrevistas.....	51
2.5.2. As entrevistas.....	5

CAPÍTULO III

3 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MARINGÁ - PR

3.1. Localização da Violência em Maringá - PR.....	59
3.1.1. Localização dos tipos de violência contra crianças e adolescentes..	61
3.2. Instituições Levantadas.....	64
3.3. Aspectos Gerais da Violência.....	68
3.3.1. Violência Denunciada x Violência Noticiada.....	68
3.3.2. Temporalidade.....	77
3.3.3. Características Gerais das vítimas.....	79
3.3.4. Características gerais dos agressores.....	82
3.4. Violência Física.....	85
3.5. Violência Sexual.....	96
3.6. Violência Psicológica.....	109
3.7. Negligência.....	118
3.8. Visão Panorâmica.....	124

CAPÍTULO IV

4- VIOLÊNCIA FÍSICA FAMILIAR NA ÓTICA DE QUEM A VIVENCIA

4.1. Família I.....	129
4.1.1. O “Fato”em Várias Versões.....	135
4.1.2. A violência familiar vista de fora.....	145
4.2. Família II.....	143
4.2.1. O “fato”em várias versões.....	150
4.2.2. A violência familiar vista de fora.....	156
4.3. A Visão da Escola sobre Violência.....	161

4.3.1. O olhar da escola sobre a vítima: Família I.....	163
4.3.2. O olhar da escola sobre a vítima: Família II.....	169
4.4. Como Interferir no Ciclo da Violência Familiar, Segundo Vítimas e Vitimizadores.....	171

CAPÍTULO V

5- EM BUSCA DO SIGNIFICADO.....	176
5.1. Família I.....	177
5.2. Família II.....	183
5.3. Comentários.....	191

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202
--	------------

ANEXOS

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1- Rendimento médio mensal da população de Maringá em 1991.....	40
QUADRO 2- Caracterização das zonas homogêneas, segundo a frequência de violência denunciada.....	62
TABELA 1- Local de ocorrência das violências em Maringá - PR (1990 - 1993)	60
TABELA 2- Distribuição dos locais procurados para denúncia da violência, segundo o ano, Maringá-PR (1990 - 1993).....	65
TABELA 3- Distribuição dos casos de violência, segundo local da denúncia, Maringá-PR (1990-993).....	70
TABELA 4- Tipos de notícias sobre violências ocorridas em Maringá-PR, editadas no período de 1990 a 1993.....	72
TABELA 5- Tipo de violência noticiada em Maringá-PR no período de 1990 a 1993.....	74
TABELA 6- Distribuição dos tipos de violência denunciada, segundo o ano de ocorrência, Maringá- PR (1990 -1993).....	75

TABELA 7- Relação dos meses de ocorrência da violência em Maringá- PR (1990 -1993).....	78
TABELA 8- Distribuição dos tipos de violência, segundo faixa etária e sexo das vítimas em Maringá-PR. (1990 - 1993).....	80
TABELA 9- Distribuição dos agressores por faixa etária e tipode violência, Maringá-PR (1990 - 1993).....	83
TABELA 10- Distribuição dos agressores por faixa etária e tipo de violência, Maringá- PR (1990 -1993).....	84
TABELA 11- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência física em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 -1993).....	87
TABELA 12- Distribuição dos agressores de violência física familiar, segundo faixa etária, Maringá- PR (1990 - 1993).....	89
TABELA 13- Distribuição do grau de parentesco dos agressores de violência física, segundo faixa etária e sexo das vítimas, Maringá- PR (1990- 1993).....	91
TABELA 14- Dstribuição dos agressores de violência física causada por terceiros, segundo faixa etária das vítimas , Maringá-PR (1990 - 1993).....	92

TABELA 15- Distribuição dos agressores de violência física causada por terceiros, segundo faixa etária e sexo das vítimas , Maringá-PR (1990 - 1993).....	93
TABELA 16- Distribuição dos denunciante de violência física, segundo faixa etária das vítimas, Maringá PR (1990 - 1993).....	94
TABELA 17- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência sexual em crianças e adolescentes, Maringá-PR (1990 - 1993).....	99
TABELA 18- Distribuição dos denunciante de violência sexual, segundo faixa etária das vítimas Maringá- PR (1990 - 1993).....	102
TABELA 19- Distribuição dos agressores, segundo sexo e faixa etária das vítimas de violência sexual, Maringá- PR (1990 - 1993).....	105
TABELA 20- Distribuição dos agressores de violência sexual, segundo faixa etária da vítima Maringá- PR (1990 - 1993).....	106
TABELA 21- Distribuição dos agressores de violência sexual familiar, segundo idade das vítimas, Maringá, PR (1990 a 1993).....	108
TABELA 22- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência psicológica em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 - 1993).....	10

TABELA 23- Distribuição dos denunciantes de violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas, Maringá (1990 - 1993).....	112
TABELA 24- Distribuição do grau de parentesco dos agressores da violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas, Maringá- PR (1990-1993).....	113
TABELA 25- Distribuição do grau parentesco dos agressores da violência psicológica, segundo faixa etária e sexo das vítimas, Maringá-PR (1990 -1993).....	115
TABELA 26- Distribuição dos agressores de violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas, Maringá - PR (1990 - 1993).....	116
TABELA 27- Distribuição dos agressores, segundo faixa etária e sexo das vítimas de violência psicológica causada por terceiros, Maringá - PR (1990 - 1993).....	117
TABELA 28- Distribuição dos tipos de ocorrências de negligência em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 - 1993).....	119
TABELA 29- Distribuição dos agressores de negligência, segundo faixa etária das vítimas, Maringá-PR (1990 - 1993).....	120
TABELA 30- Distribuição dos denunciantes de negligência, segundo faixa etária das vítimas, Maringá-PR (1990 - 1993).....	122

TABELA 31- Distribuição dos agressores,segundo faixa etária e sexo das vítimas de negligência, Maringá-PR (1990 - 1993).....	124
---	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Evolução da mortalidade infantil de 1980 a 1995, Maringá-PR.....	39
GRÁFICO 2- Distribuição dos locais procurados para denúncia de violência em Maringá-Pr (1990 - 1993).....	66
GRÁFICO 3- Distribuição da violência noticiada e denunciada em Maringá-Pr (1990-1993-.....	69
GRÁFICO 4- Distribuição dos casos de violência, segundo o local da denúncia em Maringá-PR (1990 - 1993).....	71
GRÁFICO 5- Tipos de notícias sobre violências ocorridas em Maringá-PR, editadas no período de 1990 a 1993.....	73
GRÁFICO 6- Tipo de violência noticiada em Maringá-PR no período de 1990 a 1993.....	74
GRÁFICO 7- Distribuição dos tipos de violência,segundo o ano de ocorrência, Maringá- PR (1990 -1993).....	76
GRÁFICO 8- Distribuição das vítimas de de violência segundo sexo em Maringá-PR. (1990 - 1993).....	81

GRÁFICO 9- Distribuição da idade dos agressores em Maringá-PR (1990 - 1993).....	85
GRÁFICO 10- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência física em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 -1993).....	88
GRÁFICO 11- Distribuição dos agressores de violência física familiar em Maringá- PR (1990 - 1993).....	90
GRÁFICO 12- Distribuição dos agressores de violência física praticada por terceiros em Maringá- PR (1990- 1993).....	92
GRÁFICO 13- Distribuição dos denunciante de violência física em Maringá-PR (1990 - 1993).....	95
GRÁFICO 14- Distribuição dos tipos de ocorrências violência sexual em crianças e adolescentes, Maringá-PR (1990 - 1993).....	100
GRÁFICO 15- Distribuição dos denunciante de violência sexual em Maringá-PR (1990 - 1993).....	103
GRÁFICO 16- Distribuição dos agressores de violência sexual em Maringá- PR (1990 - 1993).....	107

GRÁFICO 17- Distribuição dos agressores de violência sexual em Maringá-PR (1990 a 1993).....	108
GRÁFICO 18- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência psicológica em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990-1993).....	111
GRÁFICO 19- Distribuição dos denunciante de violência psicológica, em Maringá -Pr(1990 - 1993).....	112
GRÁFICO 20- Distribuição do grau de parentesco dos agressores da violência psicológica em Maringá- PR (1990- 1993).....	114
GRÁFICO 21- Distribuição dos agressores da violência psicológica em Maringá- PR (1990 -1993).....	116
GRÁFICO 22- Distribuição dos tipos de ocorrências de negligência em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 - 1993).....	119
GRÁFICO 23- Distribuição dos agressores de negligência em Maringá-PR (1990 - 1993).....	121
GRÁFICO 24- Distribuição dos denunciante de negligência em Maringá-PR (1990 - 1993).....	123
GRÁFICO 25- Situação da violência física em Maringá-PR (1990-1993).....	126

RESUMO

Com a finalidade de contribuir para a compreensão da violência como um problema de saúde pública, o presente trabalho foi realizado através de um estudo de caso da violência familiar contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, efetuado no período de 1990 a 1993, na cidade de Maringá - PR. Através dos casos denunciados em instituições competentes, a identificação da violência foi feita dentro de um enfoque quantitativo. Num segundo momento, buscou-se a compreensão do significado desse tipo de violência através de uma abordagem qualitativa. Por meio de entrevistas e com o auxílio da técnica de associação de imagens, buscou-se compreender o significado que a violência física familiar tem para os atores sociais que a vivenciaram direta ou indiretamente, e suas justificativas frente a tais atos. Observou-se que 63,8% dos casos denunciados são de violência física e que, destes, 48,2% mostram a violência física familiar, revelando que esta incide, principalmente, na faixa etária compreendida entre 12 e 15 anos de idade, onde o pai surge como principal agressor e a mãe e o vitimizado são os principais agentes denunciantes. Verificou-se, ainda, que o tipo de violência varia de acordo com o sexo e a idade da vítima. Tanto as vítimas como os agressores assimilam a violência física familiar como práticas disciplinadoras e somente as identificam como violência quando ultrapassam seus parâmetros de normalidade, os quais parecem estar relacionados com o grau de violência sofrido anteriormente.

ABSTRACT

This study aims to contribute for the comprehension of the violence as a Public Health's problem. It was developed through a case study of familiar violence against children and adolescents aged from 0 to 18 years. It takes in account the cases which have occurred during the period from 1990 to 1993, in the city of Maringá-PR-Brazil. The identification of the violence was done by a quantitative model, through the denounced cases in competent institutions. In a second step, the comprehension of the meaning of this kind of violence was searched through a qualitative approach. The techniques of interview and the association of images were used to verify which meaning the familiar physical violence has for the social actors who direct or indirectly felt this violence. Their justification to this kind of acts was also considered. It was observed that 63,8% of the denounced cases are related to physical violence and that 48,2% of that cases present the familiar physical violence. This data show that this violence appears mainly in ages from 12 and 15 years, where the father is the main aggressor and the mother and the victim are the main informers. It was also verified that the sort of violence varies according to the victim's sex and age. Either the victim or the aggressors assimilate the familiar physical violence as disciplinary practices. The violence is only identified by them as violence when it surpasses their parameters of normality, that seem to be related to the degree of violence they have suffered before.

GRÁFICO 9- Distribuição da idade dos agressores em Maringá-PR (1990 - 1993).....	85
GRÁFICO 10- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência física em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 -1993).....	88
GRÁFICO 11- Distribuição dos agressores de violência física familiar em Maringá- PR (1990 - 1993).....	90
GRÁFICO 12- Distribuição dos agressores de violência física praticada por terceiros em Maringá- PR (1990- 1993).....	92
GRÁFICO 13- Distribuição dos denunciante de violência física em Maringá-PR (1990 - 1993).....	95
GRÁFICO 14- Distribuição dos tipos de ocorrências violência sexual em crianças e adolescentes, Maringá-PR (1990 - 1993).....	100
GRÁFICO 15- Distribuição dos denunciante de violência sexual em Maringá PR (1990 - 1993).....	103
GRÁFICO 16- Distribuição dos agressores de violência sexual em Maringá- PR (1990 - 1993).....	107

GRÁFICO 18- Distribuição dos tipos de ocorrências de violência psicológica em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990-1993).....	111
GRÁFICO 19- Distribuição dos denunciantes de violência psicológica, em Maringá -Pr(1990 - 1993).....	112
GRÁFICO 20- Distribuição do grau de parentesco dos agressores da violência psicológica em Maringá- PR (1990- 1993).....	114
GRÁFICO 21- Distribuição dos agressores da violência psicológica em Maringá- PR (1990 -1993).....	116
GRÁFICO 22- Distribuição dos tipos de ocorrências de negligência em crianças e adolescentes, Maringá- PR (1990 - 1993).....	119
GRÁFICO 23- Distribuição dos agressores de negligência em Maringá-PR (1990 - 1993).....	121
GRÁFICO 24- Distribuição dos denunciantes de negligência em Maringá-PR (1990 - 1993).....	123
GRÁFICO 25- Situação da violência física em Maringá-PR (1990-1993).....	126

INTRODUÇÃO

*...Mães zelosas, pais corujas, vejam
como as águas, de repente, ficam sujas...*

Gilberto Gil

A saúde está relacionada à maneira pela qual os indivíduos enfrentam as tensões de crescimento e desenvolvimento físico e mental, dentro de circunstâncias e condições históricas, onde elaboram formas de se adaptarem social e culturalmente. Estas, por sua vez, são determinadas pelo modo como estão organizadas as relações sociais, econômicas e políticas de uma dada sociedade.

A partir desta concepção de Saúde e de acordo com King (1981:13), a Enfermagem desempenha papel essencial e estratégico sob duas vertentes :

primeiro: no processo de crescimento-desenvolvimento humano e na ajuda aos indivíduos, para que enfrentem os distúrbios de sua saúde;

segundo: no planejamento de serviços de saúde.

Assim sendo, a Enfermagem lida com o comportamento de indivíduos e grupos, em situações potencialmente estressantes no que se refere a saúde, a doença e crises.

A medida que o ser humano é considerado como produto social e a infância e adolescência, como períodos vulneráveis da sua existência - pelo grau de dependência física e psicológica em relação ao indivíduo adulto e às instituições

sociais - é possível dimensionar, para a Enfermagem, o significado da Violência Familiar.

Assim, a vulnerabilidade, identificada na infância e adolescência, torna-se maior quando são analisadas as condições de nutrição, educação, habitação e trabalho a que está submetida enorme parcela das crianças brasileiras¹. Além da fome, da desidratação e das doenças transmissíveis que vitimam milhares de crianças e adolescentes, a violência familiar pode e deve ser encarada hoje, como um grave problema de Saúde Pública no Brasil.

A Enfermagem tem, cada vez mais, dirigido sua atenção para os aspectos sócio-culturais que interferem diretamente no processo saúde-doença. Essa preocupação objetiva a busca de subsídios para uma prática mais abrangente e crítica em todos os seus campos de atuação, o que inclui a assistência à criança e adolescente.

A violência sofrida por crianças e adolescentes passou a ser uma das minhas preocupações da pesquisa enquanto enfermeira, quando, na qualidade de docente da Universidade Estadual de Maringá, desenvolvi um projeto de extensão universitária, envolvendo meninas de 12 a 18 anos de idade, confinadas em uma instituição de reabilitação para menores infratores denominada "Centro Educacional Bethania".

No início, o objetivo do projeto era proporcionar aos alunos do curso de graduação de Enfermagem, experiências educacionais que lhes permitissem prestar assistência integral à saúde do adolescente. A oportunidade de aprendizagem foi tão rica (para todos os envolvidos no projeto: adolescentes, alunos e docentes) que a instituição em questão, acabou sendo incorporada pelo Departamento de

¹ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD - 1990) indica que o número de analfabetos na faixa etária de 10 a 14 anos é de 14,4% e a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos é de 84,5%. Embora o trabalho de menores de 14 anos seja proibido pela Constituição Federal, quase dois milhões de crianças nessa faixa etária trabalham no Brasil. Isso representa 3% do total da força de trabalho do País.

Enfermagem como campo de estágio, executando-se ali, vários projetos de extensão universitária. Entretanto, quanto mais me interessava em aprofundar estudos relacionados com as adolescentes confinadas, mais minhas dúvidas cresciam a respeito de como atuar na promoção, prevenção e reabilitação da saúde daquelas meninas.

Em 1990, ao concluir a dissertação de mestrado "*Adolescentes Confinadas - Ações e Representações sobre Saúde*", certifiquei-me de que a violência sofrida pelas adolescentes que fizeram parte dos estudos, era fator determinante nas condições de Saúde daquele grupo, pois todas tinham sido vítimas de algum tipo de violência, *antes* ou *durante* o período de internação. *Antes*: tinham experimentado formas das mais variadas de violência física, psicológica e sexual, tendo como vitimizadores membros da própria família, da comunidade em que viviam ou, ainda, pessoas estranhas. *Durante*: entre outras formas de vitimização, continuavam a sofrer negligência e violências psicológicas, caracterizadas principalmente pela destruição da auto-imagem, só que, agora, o vitimizador era a própria instituição - o órgão que tinha a responsabilidade legal de lhes prestar proteção e assistência.

Compartilhando do pensar de Agudelo (1992:365), para quem "a violência ameaça e nega não somente a saúde mas o processo vital do homem por inteiro", a minha convicção, enquanto Enfermeira e cidadã, foi de que, no presente e no futuro, a saúde física e mental daquelas meninas, estaria seriamente comprometida, talvez de maneira irreversível, se algo de concreto não fosse feito.

Na procura deste "Algo de Concreto", comecei a questionar possíveis causas da violência: Como se desenvolvem as relações familiares que culminam em atos de violência contra crianças e adolescentes? Quais as justificativas para estes atos, sob o ponto de vista dos agressores e agredidos? Norteava-me o desejo de entender a violência tanto no macro como no micro sistema, isto é, na sociedade e no núcleo

familiar, acreditando que as respostas para estas indagações me levariam a compreender este fenômeno e buscar soluções para, ao menos, contribuir para minimizar suas ações nefastas.

No entanto, o mergulho no referencial teórico deste tema, possibilitou-me entender a complexidade do mesmo, dando-me a convicção de que a violência indiscriminada é um fenômeno muito abrangente, dadas as suas diferentes nuances e caracterizações, para que se possa compreendê-lo em um único momento.

Assim, durante a elaboração deste trabalho de pesquisa, em nível de doutorado, elegi estudar a violência familiar que atinge crianças e adolescentes. Segundo minha compreensão, esta se constitui em um dos principais fatores de desagregação da criança no lar, tendo um papel determinante na exposição desta criança a outros tipos de violência: a violência das ruas ou a violência interna da maioria das instituições de reabilitação social de nosso país.

Na busca de literatura que respaldasse esses questionamentos, pude perceber que a maioria dos trabalhos científicos sobre o assunto baseava-se em dados coletados nos grandes centros, sendo escassa a literatura nacional sobre a violência ocorrida em pequenas cidades. Neste sentido, o trabalho encontrado, denunciando a existência da violência em crianças e adolescentes em pequenos centros, foi o de Erlunde (1986), que enfoca, igualmente, a cidade de Maringá, no Norte do Paraná. Este trabalho, apesar de sua importância, não apresenta dados estatísticos que possibilitem traçar um painel da violência ocorrida nessa cidade, indicando, entretanto, a necessidade de futuros estudos a este respeito.

Tomando por base a recomendação da autora citada, decidi em aprofundar uma investigação que pudesse apresentar dados mais abrangentes sobre a violência contra adolescentes e crianças em Maringá, uma vez que esta cidade, devido às suas

características de médio porte, não se enquadra nos moldes dos grandes centros, onde a maioria dos estudos sobre este tema foram elaborados.

Assim, a partir de levantamento, sistematização e interpretação de fontes primárias (entrevistas com atores que receberam, executaram ou presenciaram formas de violência contra crianças e adolescentes) e secundárias (boletins de ocorrências sobre atos de violência contra crianças e adolescentes), busquei a compreensão do processo de violência física familiar ocorrida na faixa etária de 0 a 18 anos.

Para tanto, estabeleci como objetivos do presente trabalho: identificar a violência física familiar no contexto das violências denunciadas contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos; retratar o perfil epidemiológico da violência sofrida por crianças e adolescentes em Maringá-PR; descrever as justificativas alegadas sobre os atos de violência física pelos atores sociais que o vivenciaram; buscar o entendimento das relações existentes entre a violência sofrida no passado pelos agressores, com a violência praticada no presente e, finalmente, investigar o significado da violência ocorrida no meio familiar, contra crianças e adolescentes.

Desta forma, no primeiro capítulo intitulado **Concepções Teóricas sobre Violência e Família**, adotei alguns enunciados (Chauí: 1985 e Agudelo: 1992) que vinculam a Violência à relação de poder existente nas interrelações sociais reportando-me, através dos estudos de Bruschini (1990), Poster (1979) e Badinter (1985), ao desenvolvimento das relações familiares e suas respectivas funções. Assim, busco apresentar uma teorização sobre diferentes concepções de violência e delinear um quadro histórico do desenvolvimento familiar. No segundo capítulo, apresento o **Percurso Metodológico** que fundamenta a pesquisa, esclarecendo qual o universo que está sendo estudado. No terceiro capítulo, **Perfil Epidemiológico da Violência contra crianças e adolescentes em Maringá-Pr**, baseando-me em

levantamento de dados, descrevo quantitativamente os casos de violência física, sexual, psicológica e negligência, denunciados na cidade de Maringá durante período compreendido entre 1990 a 1993. Finalmente no quarto capítulo, **Violência Física Familiar na ótica do violentado**, e no quinto, **Em busca do Significado**, recorrendo à análise de entrevistas e dos dados coletados, bem como à técnica de associação de imagens procuro identificar, através da fala e da escrita dos atores sociais que vivenciaram direta ou indiretamente esse tipo de violência, seus diferentes significados.

Nas **Considerações finais** pretendo vislumbrar algum tipo de contribuição que auxilie a construção de novas práticas para aqueles que se encontram envolvidos em trabalhos de assistência à família e à comunidade.

Certa da impossibilidade de esgotar o assunto e apresentar conclusões definitivas sobre a problemática da violência familiar contra crianças e adolescentes, acredito que a identificação de fatos localizados, acrescida da investigação de suas circunstâncias podem proporcionar uma aproximação da compreensão desse processo. Trata-se, neste sentido, de oferecer subsídios para o aprofundamento teórico e para a implementação de medidas preventivas visando combater um problema que há muito tempo vem comprometendo a saúde física e mental da população brasileira.

CAPÍTULO I

1. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE VIOLÊNCIA E FAMÍLIA

*...Outras vezes rebento simplesmente
no presente do indicativo
como as correntes de um cão furioso
ou as mãos de um lavrador ativo
Às vezes mesmo perigosamente,
como acidente de um forno radioativo.
Às vezes, só porque fico nervoso eu
rebento, às vezes só porque estou vivo.
Rebento, a reação imediata
e a cada sensação de abatimento
rebento, o coração dizendo : bata!
A cada bofetão do sofrimento.*

Gilberto Gil

1.1. Violência

Etimologicamente, **violência**² origina-se do latim *violentia* e designa o ato de violentar, qualidade do que é violento, força empregada abusivamente contra o direito natural, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a praticar algo. Uma definição que parece estar calcada na idéia da violência somente enquanto o uso abusivo da força física e da coação pessoal, não fazendo menção à formas sutis de coerção psicológica, como atos de violência, e nem à violência da desigualdade social.

² Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 1984:399.

Corbisier (1991) aponta várias causas ou raízes da violência e situa como primeira raiz a natureza humana, considerando que o homem é um ser contraditório, incoerente, desequilibrado e não harmônico, dotado de instinto além da razão, em constante conflito com os outros e com ele próprio. Assumindo o comportamento biológico como primeira raiz da violência humana, o autor avança dentro de uma análise mais ampla quando aponta, como outra causa, a estrutura da sociedade dividida em classes, baseada no processo de opressão e espoliação de uma classe sobre a outra.

Assim sendo, como aponta Odalia (1985), a violência da desigualdade social existe, não porque o homem assim o quis, ou por ser uma decorrência natural do viver em sociedade, mas porque ela aparece em condições históricas específicas. Se continua a perpetuar é porque essas condições também se perpetuam, mesmo que modifiquem sua maneira de aparecer.

A violência praticada contra crianças e adolescentes não é um acontecimento novo. Os exemplos de violências praticadas contra a infância estão presentes na História, na Mitologia, na Antropologia e nos Processos Religiosos. O filicídio³ é universal e faz parte da história da humanidade. Segundo Damergian (1986), no exame de documentos históricos, lendas e mitos primitivos, desde os tempos bíblicos, pode-se o filicídio coexistindo com a iniciação da maioria dos processos mitológicos ou religiosos que estão nas origens do processo sócio cultural.

O filicídio poderá ser encontrado no ritual do sacrifício de crianças para propiciar boas colheitas; no ato de sacrificar filhos em prol do povo, realizado pelos reis semitas da Ásia Ocidental em momentos de perigo; nos sacrifícios generalizados dos filhos, praticados pelos fenícios em tempos de grandes calamidades, como a

³ O filicídio é aqui entendido como agressão e/ou destruição, física ou mental, parcial ou total, dirigidas pelos pais contra seus próprios filhos

peste e a seca; na queima de crianças em honra a Baal ou Moloch, praticada entre os cananeus; no mito grego com Cronos devorando seus filhos recém-nascidos, para não ser destronado por um deles (Rascovsky, 1974). O filicídio é ainda narrado pela Bíblia, quando esta relata a determinação do Faraó em jogar no rio todos os meninos judeus, por ocasião do nascimento de Moisés ou, ainda, na matança das crianças em Belém, ordenada por Heródes, em perseguição a Jesus Cristo.

Na literatura do Século XIX, como aponta Guerra (1985:35), encontra-se relatos (Dickens, Zolá, Hugo, Dostoevsky e outros) que apontam a rudeza com que eram tratadas as crianças. Relatos sobre o trabalho infantil nas indústrias (como o de Engels na *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* do século XIX) exemplificam a dimensão da violência que essa mão de obra sofria e sua exploração durante o primeiro período da Revolução Industrial.

No entanto é apenas a partir do século XX que o fenômeno da violência, contra crianças e adolescentes começa a ser estudado. Com o surgimento da família moderna, desenvolveram-se novos valores em relação às crianças. Conforme Ariès (1978), a família muda de sentido, deixa de ser uma unidade econômica e tende a tornar-se um lugar de refúgio, de afetividade, onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos; lugar (bom ou mau) de atenção à infância. Podemos dizer que surgem assim, os cuidados com a infância e a identificação de seus problemas.

Em nossos dias, apesar de combatida, a violência ainda é um fenômeno de acentuada gravidade mundial, como podemos perceber através dos dados estatísticos citados por Gallardo (1986:20).

- na Grã-Bretanha, aumentaram em cerca de 50% os maus-tratos às crianças de pouca idade, entre os anos de 1979 a 1982;

- na Inglaterra, nesse período, mais de 6000 crianças foram feridas fisicamente por seus pais, sendo que 600 delas tiveram que ser assistidas nos centros hospitalares do país;
- na França, em 1978, estimou-se em torno de 25.000 o número de crianças severamente maltratadas. Registros realizados com antecedentes dos hospitais e necrotérios, apontam em 2.500 o número de crianças gravemente feridas.

Dados do Comitê Nacional de Prevenção Infantil, noticiados pelo Jornal "Folha de São Paulo", em 10 de abril de 1994, informam que três milhões de crianças foram vítimas de maus-tratos, em 1993, nos Estados Unidos.

De acordo com a Classificação Internacional das Doenças, da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1995), temos como *causas externas*, causas não naturais, ou sejam: lesões e envenenamentos, englobando toda sorte de acidentes e violências que originam tais lesões.

No Brasil, as *causas externas* ocupam o terceiro grupo no conjunto da mortalidade e determinam, respectivamente, 46,5% das mortes na faixa etária de 5 a 14 anos e 64,4% das mortes de jovens de 15 a 18 anos (Szwacward *apud* Minayo, 1990). Trata-se de um fenômeno que ganha proporções bem mais amplas quando enfocamos as seqüelas físico-psíquicas provocadas pelas violências que determinam a morbidade por este grupo de causas. Um levantamento sobre as denúncias de violência atendidas pelo S.O.S. Criança, na cidade de São Paulo, no período de junho de 1987 a dezembro de 1990, por exemplo, registrou um total de 4.749 casos de violência física e sexual.

Em outro estudo, Mello Jorge (1988) analisa 550 atestados de óbitos de menores de 15 anos por causas externas e aponta o homicídio ocupando o 3º lugar, numa distribuição por faixa etária que demonstra valores elevados para os menores

de 1 ano, em função do número significativo de homicídios em crianças recém-nascidas. Este estudo revela, ainda, os homicídios cometidos por armas de fogo como sendo os responsáveis por quase 50% das mortes. Além de 11 mortes catalogadas como decorrentes de maus-tratos, estrangulamentos e sufocação, estes aparecem como causas de praticamente 14% dos casos, sendo muitos deles acompanhados de violência sexual.

Considerando-se a qualidade deficiente dos atestados de óbitos (Laurenti e Mello Jorge, 1987), bem como a carência informativa e cultural de ordem médico-profissional, legal e da própria sociedade em reconhecer, diagnosticar e denunciar casos de crianças vítimas de maus-tratos (Santos, 1987) e, ainda, a própria indefinição dos termos relativos à violência, chegaremos à conclusão de que, no Brasil, há um sub-registro da mortalidade infantil acarretada por essa problemática.

Pesquisa realizada com pediatras (Marmo *et alli* 1995) relata a dificuldade sentida por estes profissionais quanto ao diagnóstico dos maus-tratos, a limitação do papel do médico nos casos de abuso infantil e, suas dificuldades de atuação devido a contraposição da ética profissional à ética pessoal, a falta de preparo profissional e a preocupação com o envolvimento posterior com a justiça

A Constituição Federal determina como dever do Estado, da Família e da Sociedade a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Uma determinação insuficiente para mascarar a triste realidade brasileira onde a miséria, o analfabetismo, a exploração, como formas de violência, impedem o atendimento das mais básicas e elementares necessidades desta faixa etária. O próprio Estado, que dita as leis de proteção à criança e adolescente, contribui de maneira contundente para o extermínio de um significativo contingente infantil, através de políticas econômicas que resultam numa maior concentração de renda (48,1% da renda total) nas mãos de 10% da população, reservando aos 50% mais pobres, apenas 12,1% do

total deste rendimento. Isto sem contar com os 12% da população que estão abaixo dos níveis de pobreza e que têm renda familiar "per capita" igual ou inferior a um quarto de salário⁴.

Historiadores têm descrito o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes nos diversos períodos da história do Brasil. No período colonial, o filho ocupava uma posição secundária dentro da família, isto é, era visto e valorizado enquanto posto a serviço do pai. O personagem do pai inspirava, à mentalidade antiga, terror e admiração. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelos, cipós e outros objetos de sevícias, ensinavam que a obediência incontinente era o único modo do filho escapar da punição. Acrescentando-se a essas informações o fato do estudo ser reservado aos filhos *homens* dos senhores de engenho, pode levar a crer que, desde então, a criança-mulher já era duplamente vítima da discriminação e do preconceito.

Além da violência física a que as crianças e os adolescentes eram submetidas, as relações sexuais entre adultos e crianças, na época colonial, não era conduta das mais condenadas. Mesmo quando realizada com violência, a pedofilia, em si, nunca chegou a ser considerada um crime específico, nem mesmo por parte da Santa Inquisição, como relata Mott em "Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo" (1992:60).

No entanto, foi no sistema escravagista que se impetrou o maior e mais cruel tipo de violência contra a infância e a adolescência. As crianças escravas, muitas denominadas de "leva pancadas", além de sujeitarem-se a trabalhos prematuros desde a mais tenra idade, desempenhavam ainda a função de animais de estimação. Por valerem pouco no mercado de capital da época, atraíam para si a violência do

⁴ Dados do "Relatório Nacional Brasileiro da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social" (Copenhague 95). Apresentado no Informativo Inesc, n.º 55 - Exclusão e Violência - Jaime, M. J.

conjunto social e eram vítimas de sevícias. Segundo Neves (1992:127), os "leva-pancadas" a despeito de servirem de brinquedos dos "sinhosinhos de engenho", serviam também como instrumento sobre os quais libertava-se o ódio, frustrações e os desajustes, presentes em mentes doentias de alguns proprietários de escravos do passado.

Desta forma, observa-se que, desde sua formação, firma-se na sociedade brasileira um sistema de poder que, como escreve Safiotti (1987:17), germina da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo. Um poder que, segundo essa autora, "define-se como macho, branco e rico", e ao qual pode-se agregar o qualificativo de *adulto*. Um poder que, mesmo sendo diferente dos outros três - por não implicar contradições e antagonismos - explicita-se através de "uma hierarquia, na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança, a transformá-la em adulto à sua imagem e semelhança".

Atualmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a violência impetrada à esta faixa etária, é entendida como uma violação de seus direitos: *"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais"* (Brasil/M.S., 1991:14).

No entanto, como no passado colonial anteriormente descrito, apesar da lei, ainda hoje no Brasil, crianças continuam sendo vítimas de um sistema social discriminatório, sendo abandonadas à própria sorte, negligenciadas, espancadas e assassinadas em seus lares e, no extremo limite da perversidade e da loucura, sacrificadas em rituais religiosos. Assim, muito se fala e pouco se faz para o combate efetivo da vasta gama de violências a que estão sujeitas as crianças e os adolescentes brasileiros fora e dentro dos seus lares - quando estes lares existem.

Considerada do ponto de vista científico, tanto a violência como suas causas têm sido, desde há muito, objeto de investigação de múltiplas vertentes. Pensando particularmente essa questão Michaud (1986) faz uma classificação de certas abordagens, diferenciando as que estão baseadas na antropologia das que tomam o pensamento sociológico como fundamento.

Assim, para esse autor, enquanto as abordagens sociológicas consideram a complexidade das situações sociais, a abordagem antropológica relaciona a violência com os diversos aspectos da natureza humana, fundamentando-a em diferentes bases: a neurofisiológicas; desenvolvida a partir das contribuições da etologia, quando esta considera a violência humana da perspectiva dos comportamentos animais; a da antropologia pré-histórica, que considera a evolução do *homo sapiens* e de suas aptidões, bem como a da psicologia e a da psicanálise.

Sem entrar no mérito da diversidade dessas abordagens que, como ressalta o autor, descartam o termo violência e preferem falar de agressividade, de agressão, de irritabilidade e combatividade, uma vez que o termo violência supõe julgamento de valor e está carregado de conotações sociológicas, neste momento será ressaltado, apenas a importância dos estudos micro-sociológicos, no qual enquadra-se este presente estudo. Isto não significa dizer que se esta desconsiderando a importância das contribuições advindas, por exemplo, da psicologia social, interessada no estudo da agressividade e da violência, no âmbito das interações sociais.

Segundo Michaud (*op.cit.*98), os estudos micro-sociológicos evidenciam, antes de mais nada, que a violência é muito difundida e considerada como fato normal e corriqueiro, mostrando que a realidade cotidiana da violência difere sensivelmente das representações que fazemos dela e dos discursos ideológicos ou míticos que sustentamos sobre ela. Para esse autor, pesquisas sobre crianças mártires

ou mulheres espancadas revelam a quantidade de violência que circula na família e a maneira pela qual tal violência se recicla em crianças criadas em tal atmosfera.

Do ponto vista sociológico, na compreensão de Minayo e Assis (1993:27), a violência é atribuída aos fenômenos gerados nos processos sociais e é composta por quatro categorias: a) *Estrutural* - a que se fundamenta sócio-econômica e politicamente nas desigualdades sociais, apropriações e expropriações das classes e grupos sociais; b) *Cultural* - que se expressa a partir da primeira, mas transcende às relações raciais, étnicas, grupos etários e familiares; c) *Violência da Delinquência* - que se apresenta à sociedade sob a forma de crime e está articulada à violência de resistência; d) *Violência da Resistência* - que marca a reação das pessoas e grupos submetidos e subjugados por outros.

Quando analisam a ocorrência das desigualdades sociais, tais estudiosos, fazem uma crítica aos autores que utilizam as teorias biológicas para explicar a violência. Assim, dentro de uma perspectiva conjuntural, a violência deixa de ser causa e passa a ser efeito, tornando-nos vítimas e agressores ao mesmo tempo. Vítimas, porque ninguém fica imune ao processo social de exclusão e da violência que dele advém. Agressores, porque em parte somos coniventes, ao não exigirmos, como sociedade organizada, o fim da barbárie que se assiste por todos os lados e o fim da impunidade (Jaime, 1995).

Agudelo (1992:366) também caracteriza a violência sob quatro vertentes:

a) **Como um Problema de Poder:** quando a violência (física, psicológica ou moral) é praticada direta ou indiretamente por uma pessoa, ou grupo de pessoas, contra outra pessoa, ou grupo de pessoas ou coisa. Embora a força exista em si e para si, é sempre usada a serviço do **poder**. Não somente o macro-poder (como é o caso do Estado), como também o mais discreto e sutil micro-poder, que é expresso no grupo familiar, institucional e redes regionais. A violência não é, portanto, um

problema que se restringe apenas à força, como pode aparentar em um primeiro momento. Ela é apenas o instrumento ou a expressão do poder, e este sim, é o cerne da questão.

Pensar a violência como um problema de poder, contradiz a idéia de que violência é uma força bruta e cega. Contradiz a aceitação da violência como algo inato, e aponta para a natureza histórica do fenômeno, que inclui mas excede o individual.

b) **Como um Problema Assimétrico:** os processos de apropriação e a estrutura resultante e dinâmica do poder, justificam a diferenciação e criação de classes e níveis. O desequilíbrio entre entidades heterogêneas é essencial como pré-condição para a violência. Quanto maior a desigualdade, maior o potencial de violência.

c) **Como anti-ação:** a força exibida como violência é uma força destrutiva; mata, mutila, fere, desfigura o corpo e altera as funções orgânicas. Produz desequilíbrio emocional, medo, difama e destrói, conjuntamente, as estruturas individuais e coletivas.

d) **Como Pró-Ação:** esta forma particular de poder, exercida através da força, não é somente almejada para destruir ou negar uma ordem ou sistema legal; pode também ser exercida para afirmar ou defender um direito ou construir uma ordem ou sistema legal, isto é, existem condições de opressão, injustiça, e graves desigualdades econômicas, nas quais a violência não é uma doença, mas sim uma reação necessária de parte do corpo social; algo como uma resposta biológica do organismo contra a infecção.

De forma mais abrangente, Chauí (1985:28) considera que a violência pode ser compreendida sob duas vertentes: "Em primeiro lugar, como conversão de uma

diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão, isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade na relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como uma ação que trata um ser humano, não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência".

Todas essas considerações acerca da violência e suas causas apontam, de uma ou de outra forma, com propriedade, a relação de desigualdade vivenciada pela criança e pelo adolescente nesta sociedade adultocêntrica, onde a própria condição que ocupam frente aos adultos, que os dominam e os oprimem seguidas vezes com o intuito de os educarem, pode ser compreendida como uma relação de violência.

Pode-se concluir, portanto, que a violência contra crianças e adolescentes, foco deste estudo, é um exercício humano de poder, expresso através da força (física ou psicológica), com a finalidade de manter, destruir ou construir uma dada ordem de direitos e apropriações, colocando limites ou negando a integridade e direitos de outros, sendo acentuada pelas desigualdades sociais. Portanto, deve também ser entendida como um processo, e não simplesmente como males físicos ou psicológicos, causados pela materialização da força.

O fato da violência ser aparentemente óbvia, imediatamente percebida e evidente, torna-se um grande obstáculo para a entender e realizar qualquer ação. Geralmente, percebe-se a violência ostensiva, a que deixa marcas e a que mata, passando despercebida a que faz calar, a que oprime, a que coisifica o sujeito. É fato normal contrapor-se a violência das ruas à segurança do lar, como se esta fosse um problema dos outros que termina com a violência nas ruas e a porta trancada, como diz Guerra (1986:88).

Esquece-se assim que somos parte de uma sociedade cuja violência latente permeia as relações interpessoais. A agressividade, de uma certa forma, é acentuada e até cultuada. É fato comum os pais incentivarem os filhos a baterem nos amigos de infância para se defenderem das agressões sofridas. Afinal: *"desaforo não se leva pra casa"*. É comum os pais baterem nos próprios filhos, sem a menor avaliação da desigualdade física entre a criança e o adulto: *"é de pequeno que se torce o pepino"*. É comum ainda, mulheres serem espancadas por seus companheiros dentro do próprio lar: *"mulher é como bife, quanto mais se bate mais macia fica"*. As afirmações destes provérbios estão cristalizadas no imaginário da população, ratificando/legitimando a violência.

A verdade é que encontramos atos cada vez mais violentos na relação do homem com a natureza, com o meio ambiente, e na relação do homem com o próprio homem, seja nas relações de trabalho, nas relações sociais ou nas relações familiares.

1.2. Violência Familiar

A violência familiar é aquela que acontece dentro do lar, entendendo-se este como um núcleo básico de formação, onde a criança efetiva seus laços de parentesco com indivíduos consangüíneos ou não, e faz deste seu elemento referencial.

O lar tem sido identificado como local privilegiado para a expressão da violência contra crianças, à medida que nele se estabelece o confronto subjetivo e cotidiano da disciplina, dominação e resistência, tornando-se lugar profícuo para as manifestações de violência física, sexual, psicológica e da negligência.

A violência familiar ocorre através de diversas formas e em todas as classes sociais. É, no entanto, mais identificada nas classes sociais menos favorecidas, uma vez que a pobreza extrema, desemprego e crises constantes, têm sido relatadas como fatores que provocam este tipo de violência e a exacerbam. Isso quando se deixa de considerar que, entre as classes mais abastadas, é pouco comum a denúncia, em delegacias, de tratos violentos para com os mais jovens.

O Ministério da Saúde (1993:11-14) adotou como definição de Violência Familiar o seguinte: *uma violência intra classes sociais, mas que permeia todas as classes sociais e está diretamente relacionada com a posição do poder do adulto frente a criança, podendo configurar-se da seguinte forma:*

a - **Violência Física:** “corresponde ao uso da força física no relacionamento com a criança ou adolescente por parte de seus pais, ou por quem exerce autoridade no âmbito familiar. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança”. A literatura aponta a falta de consenso sobre atos e comportamentos considerados violentos, sendo que estes podem ir desde a simples puxões de orelhas até homicídios. Este fato talvez ocorra pelas diferenças de padrões culturais que permeiam este tema.

b - **Violência Sexual:** “todo ato ou jogo, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Para Azevedo (1988), nessas ocorrências há sempre o prazer direto ou indireto do adulto, conseguido pela coerção ou sedução da criança ou adolescente que é sempre vítima e não poderá ser transformado em réu.

c- **Violência Psicológica:** “evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo. Costuma se apresentar associada a outros tipos de

violência”. As formas mais comuns são: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, criar expectativas irreais ou extremadas sobre a criança e o adolescente, corromper”.

Pode-se acrescentar, ainda, a este elenco de formas de violência psicológica, a discriminação étnico-racial, social e de gênero, tão freqüentes em nosso país.

A violência psicológica é a forma mais comum de dominação do adulto sobre a criança, mas raramente é registrada nas instituições competentes, isto talvez por não ser reconhecida como uma forma de agressão pela maioria da população.

Por último, o Ministério da Saúde define como uma das formas de violência familiar a **Negligência**, entendida como “o fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes. Tais falhas só podem ser consideradas abusivas quando não são devidas à carência de recursos sócio-econômicos”

Mesmo entendendo que estes tipos de violências, na maioria das vezes, ocorrem interrelacionados, já que a violência sexual, por exemplo, está sempre relacionada com a violência física e psicológica, e que a violência física não pode ser dissociada da psicológica, assim como a negligência é tanto uma violência física como psicológica, para efeitos práticos estas definições foram adotadas neste estudo, já que tanto nas delegacias em que coletamos os dados, como na própria literatura consultada, elas são correntemente aceitas.

1.3. Formação da Família

A família, tal como a conhecemos atualmente em nossa sociedade, não é uma instituição natural. Assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica - a reprodução - tendo se consolidado, enquanto um modelo nuclear por volta do século XVIII (Bruschini, 1990:32).

Trata-se de uma instituição de composição variável através da história e que apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo focado. Como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo de apoio e solidariedade. Apresenta, também, aspectos negativos, como a imposição normativa através das leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas, que se tornam, muitas vezes, elementos de coação social geradora de conflitos e ambigüidades.

Apesar dos conflitos, a família traz em seu bojo, um papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência. Muitas vezes, por motivos diversos, a família não cumpre o seu papel na sociabilidade e afetividade da criança e do adolescente, deixando-lhes marcas irremediáveis que repercutirão até a idade adulta.

A família nuclear é o tipo mais comum na sociedade atual. Segundo Prado (1981:51), isto se dá porque, pela primeira vez na história mundial, o mesmo conjunto de influências, formado pelas forças sociais da industrialização e da urbanização, afeta todas as sociedades conhecidas. E, mesmo em ritmos diversos, com avanços e recuos, apontam em um só sentido a caminho da generalização deste tipo de família.

No Brasil, a imagem clássica da família burguesa, reflete mais um modelo idealizado e trazido pelos imigrantes dos diversos países europeus, do que um modelo próprio.

Os portugueses trouxeram para o Brasil suas normas jurídicas, costumes e tradições, que os missionários da época tentavam converter para hábitos cristãos. A população africana, importada como escrava, foi brutalmente impedida de manter suas próprias tradições, já que as decisões concernentes ao destino dos filhos, variavam conforme o proprietário da mãe/escrava. A Lei do Ventre Livre foi o primeiro passo no sentido de reconhecimento do direito da mãe negra a seu filho, que não mais poderia ser negociado (Prado, 1981:73).

Apesar de toda essa variedade de origens, existe um consenso em torno de certos modelos familiares que condiz com o modelo adotado na sociedade ocidental moderna, onde a família é um grupo composto de marido, mulher e filhos. A relação conjugal é o elo mais forte, mais importante do que os laços pelo lado fraterno. Predomina o parentesco bilateral, o papel do pai via de regra, identifica-se com o do pai biológico. O controle da sexualidade feminina apoia-se na necessidade de determinar e garantir a paternidade biológica. Nesse sistema, os indivíduos adultos pertencem a duas famílias distintas: de origem e de procriação (Durham *apud* Bruschini, 1990).

1.3.1. Funções da Família

As funções sociais de cada família dependem em grande parte da faixa que cada uma delas ocupa na organização social e na economia do país ao qual pertence. Apesar disso, qualquer família exerce sempre inúmeras funções, sendo que algumas recebem apoio e interferência de instituições sociais (educação e saúde, por exemplo), enquanto assumem outras funções com exclusividade, como por exemplo, a reprodução, identificação social, entre outras.

Considerando-se a importância dessas funções, é importante frisar algumas delas:

Reprodução: a reprodução em si é um fenômeno animal e humano, natural e biofisiológico, presente em todos os seres vivos. Mas é apenas entre os humanos que encontramos a constituição de núcleos familiares que, em princípio, se mantêm através de todo o ciclo da vida de seus componentes. A família natural, mãe e filhos menores sem nenhuma ligação entre estes e o pai biológico, é o caso da quase totalidade dos animais. No entanto, segundo Prado (1981:25), entre os seres humanos, não existe grupo social historicamente conhecido que não tenha o processo de reprodução regulamentado e codificado de forma bastante rigorosa.

Identificação Social: em todas as camadas da população, esse é um elemento essencial de nossa inserção social. Alguns sociólogos vêem essa função da família como a mais importante, já que é ela quem determina o grupo familiar propriamente dito em oposição à família “natural”, que simplesmente reproduz indivíduos.

A “filiação” é um quesito indispensável em nossos documentos civis, fonte de deveres, obrigações e privilégios (heranças, cargos e honrarias etc.). Na sociedade

patriarcal, valoriza-se assim o papel masculino da procriação, reduzindo o papel da reprodução feminina.

Socialização (reprodução ideológica): é através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. É no seu interior que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações. Toda família visa, primeiramente, reproduzir-se em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitirão por sua vez às novas gerações. É na família que a criança recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, sua raça, suas crenças religiosas, seu *status* econômico e social.

O nepotismo familiar é conhecido em áreas políticas e profissionais. Verdadeiras dinastias são criadas em certas profissões. Prado (*op.cit.*: 48) faz referência a uma pesquisa realizada na França onde se constatou que, entre os altos funcionários do governo, em 25% dos casos, o pai já pertencia a este meio, proporção que aumentava para 50% na segunda geração e para 70% na terceira. Acreditamos que se um estudo semelhante fosse feito no Brasil, estas porcentagens com certeza seriam maiores, principalmente em Estados menos desenvolvidos, como os Estados do Norte e Nordeste. Basta um olhar para os nomes de ruas e logradouros públicos das cidades brasileiras.

A verdade é que todo grupo aciona essas estratégias de socialização a fim de transmitir à geração seguinte os poderes e privilégios iguais ou superiores aos próprios, herdados ou constituídos. Estas práticas, tão comuns em nosso país, acentuam a discriminação entre as classes que detém o poder e os outros extratos sócios econômicos, alimentando com isso, a legião de excluídos

1.3.2. O Pátrio Poder

Nos textos sagrados dos Vedas, Árias, Bramanas e Sutas, a família é considerada como um grupo religioso do qual o pai é o chefe, que tem como dever, velar pela boa conduta dos seus membros (Badinter, 1985:29).

O pai tinha sobre o filho direito de vida e de morte, direito de castigá-lo à sua vontade, de mandar flagelá-lo, de condená-lo à prisão e até mesmo de excluí-lo da própria família. Durante toda a antiguidade, os poderes do chefe de família mantêm-se inalterados, conferindo à mulher uma condição jurídica inferior, pouco diferenciada da condição de seus filhos.

Na Idade Média, o poder paterno atenuou-se progressivamente. Se em alguns lugares no Séc. XIII, como sul da França, o pai ainda podia matar o filho sem sofrer conseqüências sérias, em outros, como no norte da França, por exemplo, o filho podia recorrer aos tribunais contra a severidade excessiva do pai. Desta forma, o poder paterno passa a ser moderado pela mãe e pelas instituições, que se imiscuem cada vez mais no governo da família.

Segundo Badinter (*op.cit.*:31), a partir do Séc. XVI até o séc. XVIII, a autoridade paterna recobra suas forças devido influência do direito romano e do absolutismo político. A crença na autoridade absoluta do pai sobre os filhos era tão abrangente na Europa dessa época, que desenvolveram uma teoria biológica para justificar a posse completa dos filhos pelo pai, e minimizar o papel da mãe em sua criação: a crença no *homúnculo*.

Colman (1988:81) descreve o homúnculo como a pequena pessoa plenamente formada que, tendo sido criado pelo pai, segundo se dizia, vivia em seu esperma. Este homúnculo era implantado na mulher que o fazia crescer para ele. Desta

maneira, a mãe biológica servia apenas como um alojamento temporário da criação do homem. Portanto, o pai era considerado como o criador, legislador e autoridade total para toda a família

No Séc. XVII, o poder marital e paterno predominava sobre o amor, por uma razão: toda a sociedade estava assentada no princípio de autoridade que se encontrava respaldada por três vertentes básicas:

a) *o legado aristotélico*: legado em que a autoridade do homem é legítima porque repousa na desigualdade natural existente entre os seres humanos: "a natureza criou indivíduos próprios para mandar e indivíduos próprios para obedecer" (Badinter, *op.cit.*:32).

A condição de Pai-Marido-Senhor, **todo-poderoso**, se explica pela sua essência: criatura que participa mais ativamente do divino, cujos privilégios devem-se apenas à sua qualidade ontológica. Assim, é natural que a mais perfeita das criaturas comande, de duas maneiras, os demais membros da família: como "Deus comanda suas criaturas", em virtude de sua semelhança com o divino; e, em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um "Rei comanda seus súditos".

b) *teologia cristã*: vertente que, por causa de suas raízes judaicas, responde pelo reforço e justificação da autoridade paterna e marital, e está baseada em dois textos bíblicos plenos de conseqüências para a história futura da mulher. Em Gênesis (capítulo 2,3), representada por Eva, a mulher está identificada como a mais acessível às tentações da carne e da vaidade; culpada, por suas fraquezas, pela infelicidade do homem. Conforme Badinter (*op.cit.*:34), na melhor das hipóteses, ela aparecerá "como uma criatura fraca e frívola".

Criado em primeiro lugar e dando origem à mulher, na *Epístola aos Efésios*, escrita por São Paulo, o homem aparece como o chefe do casal. A ele, portanto, cabe mandar. Muito embora São Paulo acrescente que as ordens do chefe devem ser temperadas pelo amor e o respeito que deve à sua mulher, é a ele que compete a decisão final. De acordo com Badinter (op.cit:36), São Paulo cria a imagem do pai e do marido, ocupando o lugar de Cristo ao recomendar: "*Vós mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos como ao Senhor...Vós, filhos sede obedientes a vossos pais no Senhor...Obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor*". Como Aristóteles, ele recomendava que a mulher, através da modéstia e do silêncio, devia manter um comportamento adequado à sua inferioridade.

A lei divina, que dizia respeito especificamente ao filho, recomendava: "*Pai e mãe honrarás para que vivas longamente*", indicando a dificuldade em se honrar os pais em troca da recompensa suprema: a longa vida ou a morte, em caso da não observância desse preceito. Segundo Badinter (op.cit.:37), é surpreendente o número de questões relacionadas com o ódio e o desejo de morte entre pais e filhos.

c) *absolutismo político*: cujo discurso buscava fortalecer a autoridade paterna para melhor fundamentar o direito da monarquia absoluta, permitindo desta forma, aos reis, dispor de uma autoridade legítima sobre seus súditos

Assim, a partir do fim da Idade Média até a revolução, os direitos paternos evoluem de duas maneiras, isto é, alguns deles são limitados pela dupla ação da Igreja e do Estado, que interfere cada vez mais no governo doméstico enquanto outros são fortalecidos pelo Estado, quando este os considera convenientes aos próprios interesses.

De maneira geral, os direitos do pai foram limitados pela doutrina católica em nome de duas idéias novas: a dos deveres dos pais para com os filhos, já que estes são "Repositários Divinos". Os pais não podem dispor dos filhos à sua vontade nem

desembaraçar-se deles: presente de Deus ou cruz a carregar, não devem ser usados e abusados (Badinter, *op.cit.*:42).

Como consequência, foi suprimido o primeiro direito: o de morte, pois, não cabe ao pai destruir o que foi criado por Deus. Assim, desde os séc. XII e XIII, a Igreja passa a condenar, vigorosamente, o abandono dos filhos, o aborto e o infanticídio. O Estado, por sua vez, tomou medidas coercitivas, mas, diante das condições econômicas desfavoráveis da população, compreendeu que seria melhor adaptar-se à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Diante desta situação, foram criadas, no Séc. XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas (Badinter, *op.cit.*:43).

De qualquer maneira, parece bastante claro que, de forma geral, o interesse e a sacrossanta autoridade do pai e/ou marido relegaram para segundo plano o sentimento de amor. Nesse sentido, é o medo que passa a predominar em todas as relações familiares. A menor desobediência ao pai, ou àquele que o substitui, este recorre ao açoite. A violência e a severidade é o quinhão reservado à esposa e ao filho.

1.3.3. Vida Familiar e Comunitária

A família moderna nasce no seio da burguesia da Europa por volta de 1750. A família burguesa, nuclear, surge como estrutura familiar dominante na sociedade capitalista do séc. XX e, por definição, está localizada em áreas urbanas (Poster, 1979:185).

Desde o final da Idade Média e começo da Renascença até meados do Séc. XVIII, ela não é essencialmente diferente das formas familiares contemporâneas. De

1750 até o presente, o padrão demográfico da família burguesa que era de alta fertilidade e alta mortalidade, progrediu gradualmente para baixa fertilidade e baixa mortalidade.

Na vida cotidiana, as relações entre os membros da família burguesa assumem um padrão distinto de intensidade emocional e privacidade. Assim, o casamento acarreta, para esse grupo, um conflito entre as necessidades dos pais em preservarem sua acumulação de capital e o valor da escolha individual.

Ainda segundo Poster (*op.cit.*:187), a sexualidade entre os membros dessa classe, até mudanças recentes, é uma das características mais surpreendentes da história moderna. Como nenhuma outra classe, a burguesia realizou um esforço sistemático para preterir a satisfação sexual, o que redundou em incapacidades sexuais para homens e mulheres.

Entre a burguesia, as mulheres passam a ser consideradas seres assexuais, criaturas angélicas, o que acarreta profundos conflitos emocionais quando esta imagem é internalizada. Para os homens burgueses, o sexo passa a estar divorciado dos sentimentos de ternura, sendo realizado como uma conquista das mulheres de classe inferior. A prostituição surge, desta forma, como um requerimento pelos homens dessa classe, porque o "padrão duplo" originado torna impossível, para ambos os cônjuges, a plena realização sexual.

A burguesia define-se, portanto, moralmente, em contraste com o proletariado promíscuo e a nobreza sensual, como a classe dotada de virtuosa renúncia. A respeitabilidade burguesa leva a uma separação singular entre o casamento e o amor de um lado e a sexualidade do outro. O casamento burguês vincula o casal para sempre e a razão mais sólida para o enlace, está calcada nos interesses sociais e financeiros.

No final do Séc. XIX, o amor romântico gradualmente passa a ser a mais pura razão para o casamento. Mas raramente sobrevive aos primeiros anos de união. "Felizes para sempre" significa viver juntos, não com paixão intensa, mas com austera responsabilidade.

As relações na família burguesa passam a ser regidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais. Cada sexo com o seu lugar na igreja, na procissão, na praça, na festa e mesmo na dança. O marido é a autoridade dominante sobre a família e prove seu sustento. A esposa considerada menos racional e menos capaz, deve preocupar-se, exclusivamente, com o lar que ela limpa e decora, por vezes com a ajuda de criados, de acordo com o status social do marido: um ser autônomo, um cidadão livre, de quem a esposa é totalmente dependente.

As mulheres burguesas surgem, portanto, como criaturas relativas, cujo sentimento de personalidade deriva do lugar que o marido ocupa no mundo. Seu principal interesse, durante boa parte do casamento, encontra-se nos filhos. É ela quem deve criar os filhos com o máximo de atenção e um grau de desvelo que é novo na história da família. Os filhos são reavaliados pela burguesia, tornando-se seres importantes para os pais. Um novo grau de intimidade e profundidade emocional caracteriza as relações entre os pais e os filhos dessa classe.

Uma nova norma de amor maternal é considerada natural nas mulheres, que devem não apenas zelar pela sobrevivência dos filhos, mas treiná-los para um lugar respeitável na sociedade. Mais do que isso, são encorajadas a criar um vínculo entre elas e os filhos tão profundo, que a vida interior da criança possa ser talhada para a perfeição moral. Assim, durante a maior parte da sua vida, as mulheres burguesas ficam confinadas ao lar como nunca o haviam estado antes; têm que criar e educar seus filhos, manter o lar e prover as necessidades do marido, deixando de lado as transformações políticas e econômicas que se processavam a volta delas.

Os métodos de criação dos filhos dessas famílias são, nitidamente, diferentes dos adotados antes pela aristocracia e o campesinato. Durante o estágio oral, a mãe está profundamente envolvida com a criança sendo muito provável que ela mesma a amamentasse. Ao bebê deveria ser dado toda a atenção e ternura que a mãe fosse capaz de dar. A regra é a atenção constante, a alimentação regular e a limpeza meticulosa.

Mas, cada vez mais isoladas e sem o apoio da comunidade de mulheres, as esposas e mães burguesas se defrontam com outras fontes de ansiedade e tensão, pois vêm sendo submetidas a consideráveis pressões, já que tudo o que acontece de mal ao bebê é considerado culpa da mãe, acarretando ansiedade na interação mãe e filho.

Durante a fase anal do filho, prossegue a mesma atenção constante, acompanhada de um acentuado elemento de abnegação e com os rígidos horários da fase oral. A criança foi compelida a trocar a satisfação pelo amor materno, renunciando radicalmente ao prazer do corpo em favor de formas sublimes de afeição parental: *"O treinamento de hábitos higiênicos era iniciado numa idade muito precoce, antes da criança poder controlar seus esfíncteres. Não era incomum a prática de amarrar a criança ao urinol"* (Poster, *op.cit.* 191).

O padrão emocional da família burguesa é definido, desta forma, pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos e uma tendência para empregar ameaças de retirada de amor, a título de punição em vez de castigo físico.

As relações internas da família burguesa são consideradas fora da jurisdição da sociedade: a família tornou-se um microcosmo privado, um santuário em cujos recintos sagrados nenhum estranho tem o direito de entrar.

Dentro das fronteiras da família, a autoridade sobre as relações de pais e filhos passaram a recair, portanto, exclusivamente sobre os pais. As crianças burguesas de idade pré-escolar, na maioria das vezes, não se relacionavam com outras crianças e conheciam poucos adultos além dos pais. O poder dos pais sobre os filhos cresceu, consideravelmente, na medida em que outras figuras de autoridade na comunidade perderam a capacidade de intervir nas relações de família.

Isto porque, como foi assinalado anteriormente, nas sociedades tradicionais do Ocidente, da Idade Média ao séc. XVIII, a comunidade, mais que a família, determinava o destino do indivíduo. Cabia ao próprio indivíduo, delimitar seu espaço e os limites do seu poder através de seus dotes naturais e/ou de nascimento.

O Estado, "a grande sociedade", era força que só intervinha raramente, de maneira intermitente, inspirando o terror e semeando a ruína. Cada indivíduo tinha de ganhar seu domínio transigindo com os homens e as mulheres de sua pequena comunidade. A família não possuía um domínio que fosse seu. O único domínio próprio era o que cada indivíduo do sexo masculino conquistava por sua estratégia, com a ajuda de sua mulher e também de seus amigos (Ariés, 1981:20).

É, portanto, a partir de 1830 que o Estado Liberal começa a formular orientações e normas que envolvem assuntos de família, mas geralmente intervindo apenas nos assuntos de famílias proletárias. Ninguém supervisionava o tratamento das crianças burguesas e apenas em 1871 é que surge, em New York a "Society for the Prevention of Cruelty to Children".

As normas para as relações familiares, deixando de ser estabelecidas no contexto das tradições da comunidade, coincidem com o aparecimento de livros e revistas dedicados à definição das relações familiares, que indicam o colapso das normas tradicionais. No entanto, com a família burguesa nascem novas formas de opressão às crianças e às mulheres. Com uma ou outra variação, é este o modelo de

família que as diferentes classes sociais constitutivas da sociedade moderna reproduzem ainda hoje.

Assim, tendo estas questões históricas de fundo, este estudo busca, compreender sob quais justificativas a Violência Física é exercida. E, ainda, como a violência é reproduzida ideologicamente pelo núcleo familiar que através das gerações lega aos seus descendentes o que aprendeu e vivenciou.

Como já foi dito anteriormente, parte-se da premissa de que a violência familiar é um dos principais fatores de desagregação da criança no lar, e tem um papel determinante na exposição dessa criança ou adolescente a outros tipos de violência.

CAPÍTULO II

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo central deste estudo é contribuir para a compreensão da violência física familiar como um processo e não como um fato estanque, isolado, separado de circunstâncias e condições sócio-culturais, passadas e presentes.

Procurando superar as freqüentes dicotomias que separam as chamadas pesquisas qualitativas dos levantamentos de dados quantitativos, este trabalho contempla e integra esses dois procedimentos metodológicos, de um ponto de vista comumente nomeado por interacionismo simbólico. Onde a sociedade é percebida como um processo estreitamente inter-relacionado do indivíduo e da sociedade e o comportamento humano, que tem como dado principal o ato social, é concebido não só como o comportamento “externo” observável, mas como também a atividade “encoberta” do ato (Haguette, 1995:26).

As premissas básicas do interacionismo simbólico são:

- Que os seres humanos agem com relação às coisas com base no significado que estas têm para eles.

- Que o significado destas coisas é derivado e surge da interação social de atores sociais.

- Que esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo desenvolvido pelas pessoas em interação.

Ou seja, o interacionismo simbólico aloca uma importância fundamental ao *sentido* que as coisas têm para o comportamento humano. Por outro lado, também se diferencia de outras abordagens quando concebe o *sentido* como emergindo do

processo de interação entre as pessoas, ao invés de percebê-lo seja como algo intrínseco ao ser, seja como uma expressão dos elementos constituintes da psique, da mente ou da organização psicológica.

O princípio fundamental do interacionismo simbólico, é que os grupos humanos, assim como a sociedade, existem em ação e devem ser vistos em termos de ação. É através deste processo de constante atividade que estruturas e organizações são estabelecidas. Portanto, a sociedade consiste de indivíduos interagindo uns com os outros e, cujas atividades ocorrem predominantemente em resposta ou em relação de um a outro (Haguette, op.cit:36).

Para ser capaz de interagir, o ser humano deve possuir um “self”. Ele representa um organismo que não somente responde aos outros como a si mesmo, ou seja, o ser humano pode ser um objeto de suas próprias ações. Ao confrontar o mundo de objetos que o rodeia, ele deve interpretá-lo a fim de agir, construindo um guia de ação à luz desta interpretação e não somente responder aos fatores que sobre eles atuam (Blumer apud Haguette, op cit;37).

Quando busca-se compreender a violência física familiar como processo, pensa-se na sua dinâmica, em ações violentas cuja repercussão ocorre tanto em relação à vítima quanto ao agressor. Se por um lado a violência familiar deixa marcas físicas e psíquicas na vítima, por outro lado, ela implica em ódio e desrespeito contra o agressor, não só por quem sofre diretamente a agressão, mas também por aqueles que a presenciam, dela participando indiretamente.

Tendo-se a convicção de que tal processo só pode ser compreendido através da detecção do fato e do esmiuçamento das circunstâncias que o originam, pretende-se buscar o significado da violência, desenvolvido pelos atores sociais que a vivenciam. É, portanto, através da vivência passada e presente dos atores sociais em interação no processo familiar da violência física que busca-se alcançar alguma

compreensão do seu significado. É na linha dessa reflexão que se irá traçar o significado de ações familiares que vão desde o “puxar de orelha”, dos beliscões e das palmadas, até uma “boa surra” frente a uma desobediência qualquer. Já que os limites do que vem a ser um ato violento estão, certamente, vinculados a valores sócio-culturais de diferentes grupos ou classes de um determinado local e época.

Com base, portanto, na premissa de que o comportamento humano é influenciado pelo contexto no qual se situa, e através de um levantamento quantitativo e do aprofundamento qualitativo da história de vida de duas famílias representativas desse contexto, elegeu-se o *estudo de caso* como procedimento metodológico capaz de possibilitar uma certa compreensão do significado da Violência Física Familiar em Maringá-Pr.

O homem é capaz de imitar não apenas momentos isolados mas modos de conduta e de ação, assimilando ativamente papéis sociais nos quais numerosos indícios e numerosos componentes já foram dados (Heller, 1992:88).

Entendendo, portanto, que a violência é uma prática aprendida, vinculada a relações de poder existentes no âmbito familiar, busca-se uma aproximação da sua compreensão associando os atos violentos praticados pelos pais contra seus filhos - o *fato violento* -, com as *circunstâncias* em que estes se originaram.

Por acreditar que o estabelecimento dos limites da violência familiar vivenciada difere dos limites postulados na teoria, circunscreveu-se o objeto de estudo nas denúncias registradas nas instituições competentes de Maringá e levadas a cabo pelas vítimas, por pais, vizinhos, desconhecidos ou outros.

Assim, para a execução deste *estudo de caso*, foi utilizado, de acordo com Lüdke (1986:19), “uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipo de informantes”.

Composto de duas partes, o presente *estudo* da violência física em Maringá encontra-se organizado sob a seguinte perspectiva: delimitação da violência física familiar através dos “Fatos” e a delimitação do significado da violência física familiar, ou seja, a delimitação das “Circunstâncias”.

2.1. “Locus” do Estudo

“A Cidade é um estado de espírito, num corpo de costumes e tradições e de sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição”.

Robert Eza Park

Maringá é uma cidade situada ao norte do Paraná, com 240.292 habitantes, sendo que, desta população, 116.647 (48,5%) são homens e 123.645 (51,5%) mulheres. A faixa etária de 0 a 19 anos corresponde a 39% da população e sua economia está centrada na agro-indústria (IBGE, 1991)⁵.

A cidade foi fundada em 1947, através da ação colonizadora da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e sua emancipação política deu-se em 1951. Seu caráter de cidade planejada, como escreve Montagnari (1988), é fruto de um projeto especulativo que, com sua racionalidade, promove a ocupação de uma região onde o que havia anteriormente era uma grande floresta completamente virgem até cerca de 1930.

⁵ Dados locais fornecidos pelo IBGE

O crescimento vertiginoso de Maringá foi consequência do surto cafeeiro que criou, na região do Norte-Novo do Estado do Paraná, uma das economias mais robustas do país, tornando-a um importante polo de desenvolvimento sócio-econômico. Com o crescente aumento da sua população e rápido enriquecimento de muitos pioneiros, levas de migrantes afluíram para a região, estabelecendo-se em sua maioria na zona rural.

Uma rápida verificação sobre a atual distribuição de sua população, por faixa etária, retrata para o período 1984-1994 uma diminuição nas faixas inferiores e uma maior participação das faixas acima dos 50 anos.

Segundo o Plano do Município de Maringá (1994), essa diminuição reflete uma queda constante na natalidade e o envelhecimento gradativo, pela diminuição da mortalidade geral, concentrada nas idades maiores. Assim, o coeficiente de mortalidade para o Município, no ano 1992, por exemplo, foi de 49 óbitos por 10.000 habitantes, sendo que no primeiro semestre de 1994 esse índice acusou 20,5 óbitos por 10.000 habitantes.

No que diz respeito à sua população infantil, que mobiliza a atenção do presente estudo, constatou-se que o coeficiente de mortalidade registrou, no início da década de 80, uma queda de 20%, elevando-se, em 1983, para 33,8%. Esse índice continuou decaindo até 1987, para 21,3%, permanecendo nessa variação até o ano de 1990 (ano que se iniciou esta pesquisa) que indicou 27,2 %. Em, 1991, houve uma queda acentuada com 14,3 elevando-se, novamente, em 1992 para 21,4. Em 1995 esse coeficiente decaiu para 14,1 (gráfico 1).

A questão do índice de mortalidade infantil ter registrado um aumento em 1992, não foi ainda estudado profundamente, o que impede traçar explicações plausíveis para o fato. O interessante é constatar, com relação às denúncias de

violência contra crianças e adolescentes, que as mesmas, de forma semelhante, registram um aumento no mesmo período.

Gráfico 1. Evolução da mortalidade infantil de 1980 a 1995. Maringá. Pr.

FONTE: FIBGE; SESA - SIM; 15ª Regional de Saúde; SESA Maringá,

OBS.: 1980-92, dados oficiais / 1993-95, dados preliminares.

Voltando às características que definem o perfil da cidade de Maringá, é importante lembrar que superado o “ciclo do café”, responsável em grande medida pela riqueza de seu passado econômico, diversifica a sua produção agrícola local e regional, incluindo diferentes culturas: soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, trigo e outras, que respondem, atualmente, pelas condições básicas do desenvolvimento de seus distritos agro-industriais.

Com a predominância da exploração agrícola na estruturação produtora de sua economia e intenso crescimento populacional, Maringá atraiu e continua a atrair importantes investimentos para o setor terciário, com a finalidade de suprir as necessidades de manutenção, bem como de comercialização de volumosa e crescente produção agrícola. Assim sendo, a cidade assumiu um caráter progressista terciário,

com crescentes possibilidades de corresponder a demandas de bens e serviços que não puramente econômicos.

A renda média "per capita" da cidade é superior à do Estado, denunciando, no entanto, uma distribuição de riqueza que segue padrões nacionais, ou seja, as camadas de menor renda integram a maioria da população conforme demonstra o quadro 1. Levando-se em conta o período investigado (1990-93) e os dados do último censo em 1991, verificou-se que uma grande parte da população, neste mesmo ano, teve como renda média mensal até 1 salário mínimo, correspondendo a 32.553 de seus habitantes. Para quem ganhou até 2 salários mínimos chegou-se à porcentagem de 36,2%, o que corresponde a um total de 82.210 dos habitantes da cidade.

Quadro 1. Rendimento médio mensal da população de Maringá em 1991.

SALÁRIO	1991	
	POPULAÇÃO	PERCENTUAL
Até 1/4 S.M.	352	0,1
1/4 a 1/2 S.M.	7.622	3,3
1/2 a 1 S.M.	24.579	10,7
1 a 1 1/2 S.M.	21.810	9,5
1 1/2 a 2 S.M.	27.847	12,6
2 a 3 S.M.	41.240	17,9
3 a 5 S.M.	38.404	16,7
5 a 10 S.M.	38.418	16,7
10 a 20 S.M.	18.167	7,9
+ de 20 S.M.	7.100	3,1
S. Rendimento	4.235	1,8
S. Declaração	260	0,1

FONTE: Censo Demográfico IBGE, 1991

Apesar da população maringaense ter uma qualidade de vida superior à oferecida por várias cidades, os bolsões de pobreza aumentam constantemente junto com o agravamento de problemas sociais e das múltiplas violências tão comuns ao Brasil deste final de século: desemprego, fome, crianças abandonadas e violentadas.

2.2. População Estudada

Perfazendo um total de 508 casos, a população que serve ao presente estudo é constituída por todos os casos notificados como Violência, em menores de 18 anos, de ambos os sexos, registrados no período de 1990 a 1993 nas instituições competentes de Maringá.

Tendo por pressuposto alguns critérios de seleção, ou seja, a localização geográfica das famílias, a aceitação de pelo menos três membros da família - agressor, vítima e observador - elegeu-se, num segundo momento, dois núcleos familiares que serviram como objeto de investigação para nosso estudo qualitativo.

Cabe salientar que os indivíduos participantes deste estudo foram denominados “atores sociais”, termo utilizado para identificar aqueles que desempenham “papéis sociais”, ou seja, que atendem as expectativas dos desempenhos que recaem sobre si, pelo fato de ocuparem determinadas posições sociais (Reis, 1991:14). Para este autor, essas expectativas "que cristalizam tipificações de padrões interacionais, são veiculadas por outros atores que, em virtude da relação particular que mantém com o ator em questão, se configuram em 'outros significativos' para ele".

Heller (1992:88), considera que o homem é capaz de imitar não apenas momentos e funções isoladas, mas também modos de conduta e de ação. Estas, baseiam-se na mímese e assimilação de papéis, pois sem a imitação ativa da totalidade de um comportamento, esta não se daria. A autora acrescenta, no entanto, que essa afirmação deve acentuar a idéia de atividade uma vez que a mais mecânica das imitações é sempre uma assimilação ativa, já que o homem não pode alienar-se de sua natureza de modo absoluto.

Por outro lado, "os papéis sociais têm sempre um caráter interacional, isto é, seu desempenho exige um contra-papel que o complementa, ao mesmo tempo que significam também cristalizações de conduta".(Reis, *op.cit.*:115). Eles são engendrados pelas relações sociais e inseridos numa rede de significações e, por isso, não podem ser separados da ideologia dominante.

Isto posto, vale considerar que se buscou, neste trabalho, os significados de violência física familiar dos atores sociais que a vivenciam diretamente: pai, mãe, filho (vitimizado) e irmãos, assim como, os significados dessa mesma violência para aqueles que a vivenciam de maneira indireta, ou seja: vizinhos e professores da vítima.

O fato, por exemplo, de não ter sido encontrado, na primeira família estudada, um outro observador que não a mãe (madrasta) da criança vitimizada - já que a mesma exercia o papel de agressora, apesar de nunca ter sido denunciada - fez com que se optasse por uma segunda família, em condições mais ideais aos propósitos do estudo.

Por último, cabe ressaltar que a escolha de duas famílias como representativas do universo da investigação, justifica-se frente ao argumento de que, além do panorama "quantitativo" que ambienta nossa investigação, a identidade das condições de existência tende a reproduzir sistemas de disposições semelhantes,

tornando a fala de um, nesse sentido, representativa da fala de muitos. O que sem dúvida nos possibilita um aprofundamento "qualitativo" da problemática em questão (Bourdieu *apud* Minayo, 1992:110).

2.3. Delimitação da Violência Física Familiar através dos "Fatos"

A busca do fato deu-se primeiramente através de notícias de jornais. Foram levantadas todas as notícias referentes a violência contra crianças e adolescentes publicadas nos jornais maringaenses, em um período de 4 anos: 1990 - 1993.

Quanto mais se comparava os dados obtidos, através deste procedimento, com os dados fornecidos pela literatura específica, as diferenças entre ambos se tornavam significativas. Por exemplo: a violência sexual como primeiro fator de agressão contra crianças e adolescentes apareceu em detrimento da violência física. Em função dessa diferença, entendeu-se que as denúncias em órgãos competentes (Delegacias e Conselho Tutelar), mais que as notícias publicadas, poderiam fornecer um quadro mais preciso acerca da prática de atos violentos contra crianças e adolescentes, em Maringá.

Desta maneira, frente à necessidade de maiores informações sobre a violência física familiar que afeta a população de 0 a 18 anos, através de denúncias nos órgãos competentes, foi traçado um perfil epidemiológico buscando uma visão panorâmica desta problemática.

Para tanto, executou-se, nesta fase da pesquisa, um estudo quantitativo-descritivo, tendo como fonte, os boletins de ocorrências das três instituições que recebem denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes em

Maringá: a Delegacia de Polícia, a Delegacia de Mulheres e o Conselho Tutelar (sendo que neste último se recorreu aos dados contidos em prontuários). Utilizou-se, também, como fonte de informação, a instituição que dá andamento aos processos judiciais: o Fórum.

É necessário assinalar que, para efeito de comparação da violência ocorrida no período e não para o seu aprofundamento, recorreu-se também às notícias veiculadas pelos dois únicos jornais locais, no período em questão.

2.3.1. Técnica de Coleta de Dados das Denúncias

Os dados foram coletados a partir dos boletins de ocorrência (B.Os.) da 9ª Subdivisão da Delegacia de Polícia, da Delegacia da Mulher, dos prontuários e processos do Conselho Tutelar e do Fórum maringaense. Os documentos utilizados foram apenas os que estavam arquivados, uma vez que não foi possível o acesso aos prontuários e processos em andamento.

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se uma réplica dos B.Os, usados pelas Delegacias de Polícias. O boletim consta de 5 partes, as quais se tentou reproduzir na íntegra, com exceção dos dados sobre as testemunhas (Anexo 1).

As variáveis utilizadas foram as seguintes:

I. Caracterização da Violência

- Natureza da Lesão: tipo de violência sofrida pela vítima - violência física, sexual, psicológica ou negligência.
- Descrição da Lesão: lesão corporal, estupro, etc.

- Data: quando ocorreu a denúncia.
- Hora do fato
- Local do fato: identificação do bairro onde ocorreu o fato ou local de residência da vítima.
- Meio Empregado: instrumento usado para praticar a agressão.

II. Caracterização da Vítima

- Nome: que posteriormente foi substituído pela inicial
- Filiação: iniciais dos pais.
- Residência: bairro de residência da vítima.
- Cor: característica racial.
- Sexo
- Idade: total de anos vividos pela vítima até a data da ocorrência da agressão.
- Estado Civil

III. Característica do Agressor

- Nome: iniciais
- Filiação: iniciais dos pais.
- Estado Civil
- Profissão: tipo de atividade exercida pelo agressor.
- Residência: bairro onde o agressor fixa residência.
- Cor: característica racial.
- Sexo

- Idade: total de anos vividos pelo agressor até a data da ocorrência da agressão.

IV. Histórico

Reproduziu-se integralmente o histórico contido nos B.Os. originais, com o intuito de permitir um maior embasamento que respaldasse as entrevistas, e complementar, quando possível, alguns dados ausentes das variáveis utilizadas dos próprios B.Os..

Como já referido, apenas os dados sobre as testemunhas não foram coletados, já que estas não eram objeto de interesse da pesquisa.

Apesar da boa vontade demonstrada pelos funcionários das instituições investigadas (principalmente os da Delegacia de Polícia e os da Delegacia da Mulher) em contribuir para a pesquisa, os B.Os. colocados à disposição estavam geralmente incompletos ou traziam informações dúbias. O mau preenchimento destes, no momento da denúncia, acabou limitando as variáveis a serem estudadas. Por exemplo: a variável "cor", tanto da vítima, quanto do agressor, foi descartada, já que na maioria dos B.Os. esta informação não foi encontrada. O mesmo acontecendo com as variáveis "meio empregado" e "horário da denúncia".

Diante do exposto, trabalhou-se com as seguintes variáveis:

Caracterização da violência: Natureza da lesão

Descrição da Lesão

Data

Denunciante (sexo e parentesco)

Local

Caracterização da vítima: Sexo

Idade

Residência

Caracterização do agressor: Idade

Sexo

Grau de Parentesco com a Vítima

Residência

Coletou-se também - apenas para efeitos comparativos - todas as notícias sobre violência física, sexual, psicológica e negligência contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos veiculadas no período de 1990 a 1993 nos dois jornais locais; “O Diário” e “O Jornal do Povo”, nos quais, foram encontrados 98 artigos.

Desse modo, nesta fase da pesquisa, a população estudada constituiu-se de todos os casos notificados como violência em menores de 18 anos, de ambos os sexos, registrados no período de 1990 a 1993 nas instituições competentes de Maringá, perfazendo um total de 508 ocorrências.

2.4. Tabus e Preconceitos da Pesquisadora

Durante o levantamento dos casos denunciados nas instituições competentes e nos jornais de Maringá, a indignação e antipatia contra agressores de crianças e adolescentes nutrida por mim foi se agravando. Mesmo querendo manter a tão almejada e impossível “neutralidade” da pesquisa, sentia-me impelida a fazer julgamentos pré-concebidos quanto à figura do agressor. Imaginava-os fortes, com olhares maldosos e a boca espumante. As mãos sempre abertas e prontas para bater e que, certamente, iriam recusar qualquer conversa sobre o tema em questão, agredindo a quem tentasse fazê-lo.

Desta forma, sentia-me incomodada para estabelecer, com os agressores, contatos que possibilitassem um diálogo franco sobre o tema violência. De antemão, colocava-me contra o agressor, como se este fosse um bandido, apesar de, teoricamente, definí-lo também como vítima.

Ao encontrar a quarta família, sem ter obtido sucesso nas três anteriores, é que tomei consciência dos meus próprios sentimentos quanto aos agressores e pude então reavaliá-los. Este encontro deu-se da seguinte forma:

O endereço procurado situava-se em um bairro da periferia da cidade, onde as ruas não têm asfalto, mas possuem sistema de água e esgoto. A casa era de alvenaria com um amplo quintal arborizado. Após bater palmas, fui atendida por uma menina aparentando 12-13 anos, a quem perguntei pelo Sr. V. (agressor) e pela M.M. (vítima).

A menina identificou-se como M.M e acrescentou que o Sr. V., seu pai, estava em casa, convidando-me a entrar. Enquanto aguardava ser atendida pelo Sr. V., percebi-me nervosa, com medo de encontrá-lo (afinal, ele era o **agressor**).

Observei que, se naquele momento pudesse escolher, certamente preferiria manter os primeiros contatos com a mãe (madrasta) da vítima, ou com qualquer outra pessoa da família.

Outra observação feita naquele instante - e que já tinha sido percebida enquanto procurava as primeiras famílias - era a de que, entre a época da denúncia (1990-1993) e a época das entrevistas, um longo tempo havia transcorrido e muitos acontecimentos, talvez, ocorrido. Por exemplo: em 1990, a vítima M.M. era uma criança de 10 anos e, agora, por ocasião da entrevista (1993), já era uma adolescente de 13 anos. As questões que me vinham à mente era: Será que continuava apanhando? Será que o relacionamento familiar tinha melhorado? Se isso tivesse ocorrido, não seria problemático para a família relembrar fatos tão traumáticos? Deveria retroceder e buscar famílias que tivessem sido denunciadas apenas durante 1993 - o último ano pesquisado?

Convidada por M.M. a entrar no quarto onde o seu pai estava esperando e, sem que tivesse coragem de tomar outra atitude, mesmo sentindo vontade de ir embora (talvez para reavaliar melhor esta questão da temporalidade), com as pernas bambas e um sorriso falso nos lábios, deparei-me com um homem roliço, sem camisa, de shorts com as pernas muito finas, sentado no chão assistindo TV, que me recebeu alegremente. Ao apresentar-me como Professora da Universidade Estadual de Maringá e explicar o motivo da visita (elaborar um estudo sobre violência), o homem continuou sorrindo com jeito de quem não tinha entendido nada. Tentei explicar novamente, desta vez sem tanto empáfia e formalismo, e ele perguntou:

- Porque a senhora veio me procurar pra falar disso? Como me achou?

Após ser informado que tinha sido através de um processo encontrado no Fórum, sobre a agressão sofrida pela M.M., ele demonstrou interesse em

conversar sobre o assunto. Expliquei, então, que necessitaria gravar as entrevistas com todos os membros da família, procedimento que ele consentiu informando que a sua mulher não se encontrava em casa naquele dia, mas que certamente ela também participaria. A pesquisadora ainda sugeriu agendar a entrevista para um outro dia, obtendo como resposta:

- Porque a Sra. não começa logo hoje? Já não tem as coisas aí? Eu não estou fazendo nada mesmo...

Essa conversa durou aproximadamente duas horas e quando saí daquela casa, com as outras entrevistas agendadas, foi possível reavaliar meus sentimentos iniciais. Esperava encontrar um monstro e encontrei um homem comum, simples, gentil, que se mostrou aberto para uma conversa franca sobre assunto que lhe trazia recordações desagradáveis. Percebi que meus medos e antipatias eram originados de preconceitos respaldados pelos meios de comunicação e até mesmo por parte de certa literatura científica, acostumada em descrever os agressores como "monstros", "pessoas anormais".

Diante desse aprendizado, procurei alcançar uma mudança de comportamento, tentando, a partir de então, eliminar o máximo de preconceitos para chegar a uma compreensão do papel reservado tanto às vítimas como aos seus agressores, bem como àqueles que vivenciaram indiretamente a violência praticada.

2.5. Delimitação do Significado da Violência Física Familiar

Após circunscrição da violência física familiar que atingiu crianças e adolescentes em Maringá, no período de 1990 a 1993, passou-se a identificar os núcleos familiares que tiveram, pelo menos, um de seus membros envolvidos nos episódios violentos denunciados.

A segunda fase deste estudo envolveu uma pesquisa empírica de "natureza qualitativa", buscando identificar o *significado* da violência para os atores sociais que vivenciaram direta ou indiretamente a violência física familiar.

Entendendo, como Minayo (1992:126), que a História de Vida "é um instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, na medida em que se consideram as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas", e enfatizando questões sobre violência, nosso estudo recorreu a essa técnica. Nesse ponto, o estudo recorreu àquilo que Denzin *apud* Minayo (*op.cit.*:126) identifica como "História de Vida Tópica", priorizando as questões sobre violência.

Para tanto, utilizando-se de um roteiro semi-estruturado, as experiências violentas sofridas por crianças e adolescentes foram buscadas entre os componentes do núcleo familiar denunciado, entre os vizinhos desse núcleo e entre os professores das vítimas denunciadas.

Entre os componentes do núcleo familiar denunciado foram entrevistados:

- **os pais:** enfocando a violência familiar sofrida na infância, a vida atual (posição econômica, relacionamento familiar), sentimentos quando agredem ou são agredidos e os motivos alegados para agredirem os filhos.

- **os filhos:** inquiridos sobre o relacionamento familiar e escolar, tipos de agressões sofridas e sentimentos experimentados quando são agredidos e/ou agredem.
- **os vizinhos:** foram questionados acerca da percepção sobre atos violentos praticados no núcleo familiar em questão, bem como acerca das atitudes adotadas perante a violência percebida.
- **os professores da vítima denunciada:** indagados sobre a percepção ou identificação de violência física no aluno (vítima denunciada) e quais as atitudes tomadas.

Tendo como direção a busca do significado, para examinar os vários aspectos da compreensão das palavras, expressões linguísticas e dos "signos" em geral, esse *estudo de caso* recorreu ainda ao que se convencionou designar por Técnica de Associação de Imagens, norteadas pelos estudos de Spink & Gimenes (1994).

A relação entre o objeto (simbolizado) e a imagem (signo) pode ser designada como uma relação de referência que constitui um dos elementos centrais do significado. A referência é precisamente a relação entre o signo linguístico e o real - o objeto designado pelo signo. Segundo Japiassu & Marcondes (1993), signo é o elemento que designa ou indica um outro elemento: é um sinal.

Assim, através de signos (significantes) como as palavras; Pai, Mãe e Violência (impresso em folhas de papéis), os entrevistados foram estimulados a expressarem seus significados (as imagens mentais provenientes dessas palavras). Tais significados foram posteriormente cotejados com os sentidos sobre violência física familiar encontrados nas entrevistas.

2.5.1. Técnica de Coleta de Dados das Entrevistas

Os núcleos familiares foram eleitos a partir do cumprimento de várias etapas, a saber:

a) seleção dos núcleos familiares típicos (descritos na etapa anterior) que foram denunciados nas instituições competentes;

b) localização geográfica dos núcleos familiares típicos;

c) aproximação do pesquisador com os núcleos familiares, mediante critérios estabelecidos em pesquisas desta natureza:

- aproximação inicial com membros do núcleo familiar;
- esclarecimento dos objetivos e da importância da pesquisa;
- garantia de sigilo dos informantes.

d) obtenção do aceite de pelo menos três integrantes do núcleo familiar selecionado, ou seja, do agressor, do agredido e de um terceiro membro da família que tivesse presenciado o ato de violência denunciado ou que, mesmo sem tê-lo presenciado, participasse ou tivesse participado do cotidiano familiar dos atores envolvidos na denúncia.

2.5.2. As Entrevistas

As entrevistas deram-se de forma semi-estruturadas, subjetivamente, para permitirem a busca de atitudes, valores, opiniões e significados dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a questão. Foram realizadas,

individualmente, na casa das pessoas ou no ambiente de trabalho - no caso dos professores entrevistados.

Para tanto, organizou-se um roteiro aberto que, através de questões variadas, continham aspectos passados e presentes da vida dos entrevistados. Estas entrevistas foram realizadas com base em algumas questões, tais como:

Aspectos da vida passada:

Partiu-se do seguinte pressuposto: se existe um presente violento é porque condições e situações já vivenciadas contribuíram para sua gestação, bem como para a assimilação de aspectos positivos por parte dos atuais agressores envolvidos nesse processo. Neste sentido, considerou-se de fundamental importância obter informações acerca de certas questões, tais como: infância, relacionamento familiar, amizades, adolescência, lazer, trabalho, religiosidade, dentre outros.

Aspectos da vida atual:

Neste item, procurou-se levantar o maior número de informações que indicassem como o ator investigado vivenciava o momento presente, isto é: seu trabalho e/ou estudo, suas relações familiares, de amizade, hábitos, lazer, anseios, aspirações, responsabilidades, crenças, medos, religiosidade. Através dessas questões buscou-se uma compreensão das condições materiais de sua existência, do seu espaço físico no âmbito familiar, sentimentos de aceitação e/ou rejeição (dentro e fora da família), entre outros.

Significado da Violência:

A partir das informações obtidas, foi possível delinear um quadro geral dos valores presentes no comportamento familiar dos atores sociais investigados, o que possibilitou uma melhor compreensão dos aspectos diretamente vinculados ao exercício da violência dentro do núcleo familiar. Assim, através de questões específicas sobre o significado da violência para os atores investigados, buscou-se o entendimento que estes tinham com relação à mesma:

- quando se sentiam agredidos;
- quando agrediam;
- porque agrediam;
- porque as pessoas agridem;
- como justificavam a agressão sofrida, cometida ou percebida.

As entrevistas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1988). Algumas categorias levantadas impuseram-se desde a elaboração do roteiro de entrevista, pois considerou-se que a escolha de certas temáticas e não outras já configuravam categorias analíticas. Nesse sentido, consideradas em conjunto, as previamente elegidas e as reveladas na fala dos atores sociais violentados, delinearão-se as seguintes categorias :

- passado violento;
- diferentes versões do mesmo fato;
- sentimento da vítima quando agredida;
- sentimento do agressor ao agredir;
- vida familiar atual;

- justificativa da agressão sofrida;
- justificativa da agressão exercida;
- comparações das agressões: recebida e exercida;
- disciplinarização;
- percepções do ato violento por terceiros;
- atitudes de terceiros frente ao ato percebido.

Foram selecionadas inicialmente 10 famílias das 162 ocorrências de violência física familiar que constavam nos boletins de ocorrência. Esta seleção teve como parâmetro a existência de alguns requisitos:

- 1) que constassem dos boletins de ocorrência o endereço completo do vitimizado;
- 2) que a residência estivesse situada na zona 9 ou 12 (locais em que as denúncias de violência física foram mais freqüentes);
- 3) que as agressões denunciadas tivessem sido de lesões corporais dolosas (tipo de violência física mais freqüente).

As 3 primeiras famílias selecionadas, quando procuradas, não foram encontradas no local de residência que constava dos B.Os. Uma família, após ter sido localizada e a mãe ter aceito participar do estudo, teve que ser eliminada já que nem o filho (vítima de 18 anos) nem o pai (agressor) quiseram dar entrevistas.

Diante da complexidade da técnica adotada para análise desta fase da pesquisa e, ainda, considerando que os dois casos, aqui relatados, apresentaram-se ricos em informações para o alcance de alguns dos objetivos propostos, optou-se por, assim, delimitar a amostra para composição das histórias de vida.

Na busca de mais informações, entrevistou-se vizinhos e professores das

Concluiu-se daí, a necessidade de incluir nas entrevistas também uma Diretora de Escola, uma vez que a professora de uma das vítimas informou ter por prática transferir à direção da escola os problemas de violência que envolviam seus alunos.

Em busca de maior compreensão das questões do Significado, foi utilizada a "*Técnica de Associação de Imagem*", com os componentes do núcleo familiar entrevistados anteriormente. A descrição da coleta de dados desta fase do estudo é feita no capítulo IV.

CAPÍTULO III

3. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MARINGÁ - PR

*O bom menino perdeu-se um dia
Entre a cozinha e o corredor
A mãe deu ordem a toda família
Que o procurassem e ninguém achou
O pai deu ordem a toda polícia
Que o perseguissem e ninguém achou*

*Oh, Deus vos salve esta casa santa!
Onde a gente janta com nossos pais
Oh, Deus vos salve esta mesa farta!
Feijão, verdura, ternura e paz*

Caetano Veloso e Torquato Neto

A construção do painel epidemiológico da violência que atinge crianças e adolescentes em Maringá-PR, entre 1990 a 1993, foi elaborado a partir de uma perspectiva quantitativo-descritiva, tendo por finalidade identificar contextualmente a violência física familiar. Desta perspectiva, enfocou-se o “Fato” através de notícias em jornais e denúncias em instituições competentes da cidade de Maringá.

Como já foi descrita a cidade de Maringá no capítulo anterior, neste momento do estudo será feito a delimitação espacial da violência nesta cidade.

3.1. Localização da Violência em Maringá - PR

Com a finalidade de disciplinar o crescimento do município, para realizar a extensão dos seus serviços públicos, a cidade foi dividida em “zonas homogêneas”: delimitações territoriais que incluem um certo número de bairros, escolas, hospitais, postos de saúde, igrejas, praças, creches, entre outros. Ao todo, foram estabelecidas 18 zonas homogêneas compostas por aproximadamente 208 bairros e/ou conjuntos habitacionais, 2 distritos, bem como uma zona rural⁶.

Assim, quando se buscou localizar a ocorrência dos diversos tipos de denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes em Maringá, no período de 1990 a 1993, observou-se que esta ocorre através da seguinte distribuição espacial (Tab.1):

⁶ Os dados referentes à caracterização da cidade foram coletados na Prefeitura Municipal de Maringá - PR./ lei complementar nº 50/94 que dispõe sobre a Divisão Política de Planejamento e Serviço Público. Maringá-PR.

Tabela 1 - Local de ocorrência das violências em Maringá - PR (1990-1993)

Zonas	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%
1	27	8,3	2	2,2	3	4,0	1	5,0	33	6,5
2	14	4,3	6	6,7	10	13,3	1	5,0	31	6,1
3	10	3,1	4	4,5	4	5,3	1	5,0	19	3,7
4	20	6,2	14	15,7	3	4,0	0	-	37	7,3
5	12	3,7	4	4,5	3	4,0	1	5,0	20	3,9
6	8	2,5	1	1,1	0	-	0	-	09	1,8
7	26	8,0	3	3,4	2	2,7	1	5,0	32	6,3
8	28	8,6	10	11,2	3	4,0	2	10,0	43	8,5
9	38	11,7	11	12,4	8	10,7	4	20,0	61	12,0
10	28	8,6	10	11,2	9	12,0	3	15,0	50	9,8
11	0	-	0	-	1	1,3	0	-	01	0,2
12	34	10,5	5	5,6	5	6,7	1	5,0	45	8,9
13	31	9,6	6	6,7	2	2,7	0	-	39	7,7
14	8	2,5	0	-	2	2,7	0	-	10	2,0
15	14	4,3	5	5,6	8	10,7	2	10,0	29	5,7
16	6	1,9	4	4,5	7	9,3	2	10,0	19	3,7
17	2	0,6	0	-	1	1,3	0	-	03	0,6
18	6	1,9	1	1,2	1	1,3	0	-	08	1,6
19*	12	3,7	3	3,4	3	4,0	1	5,0	19	3,7
TOTAL	324	100,0	89	100,0	75	100,0	20	100,0	508	100,0%

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

* Zona rural

3.1.1. Localização dos tipos de violência contra crianças e adolescentes:

Percebe-se que a violência física foi denunciada principalmente na zona 9 (11,7%) e na zona 12 (10,5%), enquanto que a violência sexual foi identificada através de denúncias que, com mais frequência, apareceram nas zonas 4 (15,7%) e 9 (12,4%). A violência psicológica teve como principais zonas de denúncia a 2 (13,3%) e a 10 (12%). Enquanto que a negligência foi mais denunciada na zona 9 (20,0%). (Tabela 1)

Quando caracteriza-se essas zonas, através do número de habitantes, renda média familiar, equipamentos municipais (escolas, creches, postos de saúde, hospitais, praças), igrejas, encontra-se a seguinte configuração (Quadro 2):

Quadro 2. Caracterização das zonas homogêneas, segundo a frequência de violência denunciada

Violência Denunciada	Zona	Total de habit.	Renda (s.m.)	Nº de bairros	Loteamentos	Conj. habit.	Escolas	Creches	Postos de saúde	Hospitais	Praça	Igrejas		
												Evangel.	Católica	Outras
Violência Física	9	23.741	2.77 a 10.30	8	-	-	5	4	3	-	16	14	2	-
	12	27.749	2.41 a 9.52	8	5	7	4	5	3	-	10	14	1	-
Violência Sexual	4	25.763	6.63 a 9.54	9	2	-	10	2	1	-	6	12	2	2
	9						Já descrita							
Violência Psicológica	2	24.298	2.88 a 9.72	9	8	-	8	1	1	3	13	14	2	-
	10	19.941	1.67 a 8.87	8	4	9	5	3	2	-	2	1	2	-
< índice de violência	11	6.695	4.43 a 9.19	7	3	-	1	-	-	-	3	-	-	-

FONTE: Dados obtidos na Prefeitura Municipal de Maringá - PR (1995).

- ☐ VIOLÊNCIA FÍSICA
- ☐ VIOLÊNCIA SEXUAL
- ☐ VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
- ☐ REGIÃO DE MENOR DENÚNCIA
- ☐ OUTRAS REGIÕES

**CIDADE DE
MARINGÁ**

O tipo de violência, caracterizada como *Negligência*, é pouco denunciada, aparecendo disseminadamente (1 ou 2 casos), em 10 zonas homogêneas: 3, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 19, até porque os bolsões de pobreza em Maringá estão diluídos pela cidade. Foi na zona 9 que foi encontrado o maior número de denúncias (4 casos).

A zona 11 (que subsidia nossa análise) é a que apresentou o menor índice de violência (0,2%). (Tabela 1)

Pode-se perceber, através dos dados apresentados, que é na zona 9 que encontra-se o maior número de denúncias sobre violência. Apesar desta zona não diferir das outras em sua composição, ela apresenta a segunda maior renda familiar. Questão que vem ao encontro da literatura consultada, uma vez que as famílias comumente denunciadas pertencem a extratos sociais economicamente inferiores, apesar de ser comum à todos os níveis sociais. É o que demonstra este estudo, pois a zona de menor índice de violência (zona 11) apresenta renda familiar semelhante a da zona 9, sendo inferior a da zona 4, principal local de violência sexual.

Um fator importante, que parece interferir na frequência da violência por zona, é o número de habitantes, pois a zona 11 apresenta o menor número de habitantes, quando comparada com as outras de maior incidência.

3.2. Instituições Levantadas

O levantamento das denúncias sobre Violência Física, Violência Sexual, Violência Psicológica e Negligência foi feito em quatro instituições:

- 9ª Subdivisão Policial da Divisão Policial do Interior (que será chamada de Delegacia de Polícia simplesmente)

- Delegacia da Mulher
- Conselho Tutelar
- Fórum Estadual de Maringá

Estas instituições foram as escolhidas por serem os locais de direito e de fato que recebem as denúncias das infrações contra crianças e adolescentes, com exceção do Fórum, que dá andamento aos processos judiciais referentes a estas infrações.

A Delegacia de Polícia, até por ter sido criada muito antes da Delegacia da Mulher e do Conselho Tutelar, tem em seus arquivos o maior número de denúncias, como pode-se constatar através da Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos locais procurados para denúncia da violência, segundo o ano, Maringá - PR (1990-1993).

Ano	Delegacia de Polícia	Delegacia da Mulher	C. Tutelar	Fórum	TOTAL	
					Nº	%
1990	17	39	-	11	67	13,2
1991	78	31	19	21	149	29,3
1992	55	69	30	17	171	33,7
1993	78	15	24	4	121	23,8
TOTAL(%)	228 (44,9%)	154 (30,3%)	73 (14,4%)	53(10,4%)	508	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Os B.Os., onde constam as denúncias, são arquivados na Delegacia de Polícia por 4 anos e, após este período, tomam destino ignorado. Esta foi a principal razão para que fosse estabelecido o limite da pesquisa em um período correspondente a 4

anos: de 1990 e 1993. Assim, foram localizadas nesta instituição 228 denúncias (44,9% do total).

Gráfico 2 - Distribuição dos locais procurados para denúncia de violência em Maringá-PR (1990-1993)

Em 1986, foi criada em Maringá a Delegacia da Mulher, subordinada à Delegacia de Polícia, que estabelece por finalidade "*...Adotar medidas necessárias para investigação, prevenção e repressão dos ilícitos praticados contra a Mulher...*"⁶. Esta Delegacia, no entanto, acolhe também as denúncias de violência contra crianças e adolescentes de ambos os sexos, executando os devidos encaminhamentos. Tais denúncias, também são registradas em Boletins de Ocorrência, em cujos arquivos foram encontrados 154 B.Os., correspondendo a 30,3% do total de denúncias.

⁶ Resolução no 298/86 publicada nº Diário Estadual - DE - nº 2393 de 30/10/86 - art. 2.

Em 1990, criou-se em Maringá, o Conselho Tutelar, órgão municipal encarregado, oficialmente, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A partir dessa data, as denúncias que envolvem crianças e adolescentes nas outras instituições (Delegacia de Polícia e Delegacia da Mulher), deveriam ser encaminhadas à este órgão, o que ainda não vem acontecendo em sua totalidade.

Por esse motivo, é possível verificar denúncias do mesmo fato registrado tanto na Delegacia de Polícia, como na Delegacia da Mulher, e no Conselho Tutelar, o que levou a proceder eliminação dos dados duplicados.

Assim sendo, no Conselho Tutelar, ao invés de B.Os. foram encontrados 73 denúncias (14,4% do total) transcritas para documentos (prontuários) da própria instituição.

Com a preocupação de localizar o maior número possível de denúncias de práticas de violência, recorreu-se também aos processos arquivados no FÓRUM, já que muitas das denúncias realizadas nas instituições, anteriormente mencionadas, evoluíram em processos judiciais.

Desta forma, no FÓRUM foi localizado 53 processos (10,4% das denúncias) que não haviam sido detectados, enquanto denúncia, em nenhuma das instituições estudadas e cujos dados foram transcritos para as fichas de coleta.

O S.O.S. Criança, apesar de ser um órgão captador de denúncias de violência na faixa etária estudada, não foi enquadrado nesta pesquisa por trabalhar em conjunto com o Conselho Tutelar de Maringá, isto é, as denúncias ali efetuadas são enviadas ao Conselho Tutelar, para as devidas providências.

Os B.Os., tanto da Delegacia de Polícia como da Delegacia da Mulher e os processos arquivados do FÓRUM, foram colocados à disposição sem nenhum obstáculo, após solicitação verbal e/ou escrita da pesquisadora aos responsáveis das

respectivas instituições. No entanto, no Conselho Tutelar, mesmo após solicitação escrita, onde foi esclarecido os objetivos desse estudo, foi negado o manuseio dos prontuários das vítimas, sob a alegação de “quebra de sigilo”. Isto fez com que fossem marcadas entrevistas prévias com as Conselheiras para que relatassem os dados necessários para preenchimento do instrumento de coleta de dados

Assim sendo, o tipo de estudo eleito para atingir alguns dos objetivos (identificar a violência física familiar e retratar o perfil epidemiológico da violência sofrida por crianças e adolescentes), foi o Descritivo, por não se ater exclusivamente aos dados estatísticos, aproveitando tais informações para avançar em uma interpretação mais ampla. Como técnica, optou-se, durante esta fase de levantamento das informações necessárias, pela pesquisa documental.

3.3. Aspectos Gerais da Violência

3.3.1. Violência Denunciada x Violência Noticiada

Mesmo considerando que o período analisado (1990 a 1993) possa ser insuficiente para traçar uma evolução histórica do processo de violência contra crianças e adolescentes em Maringá, pode-se perceber que as denúncias de violência cresceram entre 1990 e 1992, apresentando uma queda em 1993 (conforme Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição da violência noticiada e denunciada em Maringá-PR (1990-1993)

Tal fato pode ser explicado pela implantação do Conselho Tutelar em 1990, o que, presumidamente, tornou a população mais sensível aos problemas da infância e adolescência diante da promoção feita pela mídia. O que, por outro lado, não autoriza afirmar que a violência, que atinge esta faixa etária, esteja realmente diminuindo, ou que essas denúncias tenham diminuído porque a população deixou de praticá-la.

Analisando-se os artigos de violência publicados nos jornais, no mesmo período (Gráfico 3), pode-se verificar que estes têm a mesma evolução que as denúncias, isto é, cresceram significativamente em 1992 e diminuíram em 1993.

A violência física é denunciada com maior frequência em todas as instituições pesquisadas (63,8%), sendo seguida pela violência sexual (17,5%) e pela violência psicológica (14,8%), conforme indica a Tabela 3 e gráfico 4. Estes dados se assemelham com as informações prestadas pela Secretaria do Menor em São Paulo,

no período de 1987 a 1990 e diferem das notícias veiculadas pelos jornais locais, onde a violência sexual aparece com maior frequência (43,8%), sendo acompanhada pela violência física (31,6%). (Tabela 5)

Tabela 3 - Distribuição dos casos de violência, segundo o local da denúncia, Maringá - PR (1990-1993).

Local de Denúncia	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Delegacia de Polícia	176	54,3	25	28,1	26	34,7	1	5,0	228	44,
Delegacia da Mulher	83	25,6	44	49,4	25	33,3	2	10,0	154	30,
Conselho Tutelar	46	14,2	11	12,4	16	21,3	0	-	73	14,
Fórum	19	5,9	9	10,1	8	10,7	17	85,0	53	10,
TOTAL (%)	324	100,0	89	100,0	75	100,0	20	100,0	508	100,0
	(63,8%)		(17,5%)		(14,8%)		(3,9%)		100,0	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 4 - Distribuição dos casos de violência, segundo o local da denúncia em Maringá-PR (1990-1993)

A violência que atinge crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em Maringá, quando noticiada nos jornais locais (O Diário e O Jornal do Povo), assume características diferentes da violência denunciada nas delegacias locais. Este fato foi identificado pelo levantamento de 98 artigos coletados no período de 1990 a 1993.

Os artigos desses jornais veicularam, basicamente, dois tipos de notícias assim classificadas: *Denúncias e Informativos*.

As “Denúncias” compreendem as matérias sobre violência contra crianças e adolescentes, e que, geralmente, foram concebidas a partir das ocorrências encontradas nas delegacias. Os “Informativos”, tratam de artigos que versam sobre *violência e/ou entrevistas com especialistas sobre o assunto (Tabela 4 e gráfico 5)*.

Tabela 4 - Tipos de notícias sobre violências ocorridas em Maringá - PR, editadas no período de 1990 a 1993.

Notícia	1990	1991	1992	1993	TOTAL	%
Denúncia	8	10	37	26	81	82,7
Informativos	3	2	4	8	17	17,3
TOTAL(%)	11(11,3%)	12(12,2%)	41(41,8%)	34(34,7%)	98	100,0

FONTE: “O Diário” e “O Jornal do Povo”

Percebe-se, nesta tabela, que 82,7% dos artigos publicados referem-se às “denúncias”, enquanto os artigos “informativos”, abarcam apenas 17,3% das notícias veiculadas, o que permite levantar duas hipóteses para este caso:

- ou as notícias sobre denúncias de violência atraem mais a população, provocando um aumento na vendagem, o que é de interesse dos jornais;
- ou os artigos (“informativos”) são de maior complexidade na elaboração jornalística, o que poderia contribuir para sua escassez.

Gráfico 5 - Tipos de notícias sobre violências ocorridas em Maringá-PR editadas no período de 1990 a 1993

A violência noticiada em 1992, quadruplicou em relação à 1990, tendo uma ligeira queda em 1993. No decorrer dos quatro anos estudados, a violência sexual foi noticiada com maior frequência (43,8%) e as notícias de violência física atingiram um total de 31,6% (Tabela 5 e Gráfico 6).

Tabela 5- Tipo de violência noticiada em Maringá - PR no período de 1990 a 1993

NOTÍCIAS	1990	1991	1992	1993	TOTAL	%
Violência Física	2	4	16	9	31	31,6
Violência Sexual	3	7	13	20	43	43,8
Violência Psicológica	3	1	12	2	18	18,4
Negligência	3	0	0	3	6	6,2
TOTAL(%)	11(11,3%)	12(12,2%)	41(41,8%)	34(34,7%)	98	100,0

Fonte: "O Diário" e "Jornal do Povo"

Gráfico 6 - Tipo de violência noticiada em Maringá - PR no período de 1990 a 1993

Comparando-se os dados da Tabela 5 com os dados encontrados na Tabela 6, verifica-se que há uma discrepância entre as notícias sobre violência veiculadas pelos jornais locais e a violência denunciada nas instituições, pois nestas últimas, encontramos a violência física aparecendo com maior frequência (63,8% dos casos) em relação à violência sexual (17,5%). (Tabela 6 e Gráfico 7)

Tabela 6 - Distribuição dos tipos de violência denunciada, segundo o ano de ocorrência, Maringá - PR (1990-1993)

ANO TIPO	1990	1991	1992	1993	TOTAL	
					N ^o	%
Viol. Física	39	103	102	80	324	63,8
Viol. Sexual	17	22	26	24	89	17,5
Viol. Psicol.	9	15	37	14	75	14,8
Negligência	2	9	6	3	20	3,9
TOTAL (%)	67(13,2)	149(29,3)	171(33,7)	121(23,8)	508	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 7 - Distribuição dos tipos de violência, segundo o ano de ocorrência, Maringá - PR (1990-1993)

No Maranhão, pesquisa realizada pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (1995), no mesmo período do nosso estudo, usando como fonte de dados o IML e 5 jornais locais, mostra que a violência física ocorreu em 82,5% dos casos estudados, enquanto que a violência sexual compreendeu apenas 13,1% desses casos.

O motivo que leva a *mídia* em Maringá difundir com maior frequência os casos de violência sexual, pode estar centrado no fato que este tipo de violência impressiona mais facilmente a população. O estupro de crianças, acompanhado ou não de homicídio, possivelmente atrai mais a atenção do que qualquer tipo de violência física. Conseqüentemente, estas notícias devem estimular uma maior tiragem dos jornais.

Mas, se a violência noticiada não reflete a realidade, será que a violência denunciada o faz com exatidão? Muitos estudiosos do assunto (Guerra, 1985; Santos, 1991) apontam as denúncias, principalmente as da violência sexual, apenas como a ponta de um iceberg, já que são temas revestidos por um "véu de silêncio", principalmente quando estas ocorrem no meio familiar.

O medo, a vergonha, o descrédito nos órgãos de proteção, a não consciência dos direitos de cidadania, podem estar contribuindo para que os diversos tipos de violência não sejam denunciados. No entanto, mesmo considerando que as denúncias destes casos não refletem a real situação, este ainda é o meio mais objetivo de aproximação da realidade em questão.

3.3.2. Temporalidade

Quando analisa-se a categoria “mês” (período em que as denúncias foram feitas), apesar das diferenças não serem tão marcantes, encontra-se uma maior ocorrência em janeiro, dezembro e novembro, sendo que janeiro e dezembro coincidem com o tempo de férias escolares, quando as crianças e os adolescentes permanecem por mais tempo em suas casas ou na rua (Tabela 7).

Tabela 7 - Relação dos meses de ocorrência da violência em Maringá-PR (1990-1993)

Meses	Violência Física	Violência Sexual	Violência Psicológica	Negligência	TOTAL	
					No	%
Janeiro	39	11	12	1	63	12,4
Fevereiro	21	7	4	0	32	6,3
Março	24	5	4	4	37	7,3
Abril	28	6	6	0	40	7,9
Maio	17	6	11	2	36	7,1
Junho	21	7	4	3	35	6,9
Julho	26	4	5	1	36	7,1
Agosto	28	5	4	1	38	7,5
Setembro	21	13	9	2	45	8,9
Outubro	26	4	5	3	38	7,5
Novembro	35	9	7	2	53	10,4
Dezembro	38	12	4	1	55	10,8
TOTAL	324	89	75	20	508	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D.P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Observando as denúncias de violência, especificamente, encontra-se algumas diferenças, mas que, contudo, não foi possível conceber qualquer fator relevante para explicá-las. No entanto, far-se-á uma descrição sucinta do período de ocorrência da mesma:

– Violência Física: ocorreu principalmente em janeiro, novembro e dezembro;

– Violência Psicológica: ocorreu com maior frequência em janeiro, maio e setembro;

– Violência Sexual: janeiro, setembro e dezembro;

Negligência: março, junho e outubro.

3.3.3. Características Gerais das Vítimas

Sexo e Idade

Os dados relativos a sexo e idade foram computados considerando o número de 546 vítimas registrados nos 508 Boletins de Ocorrência, onde encontramos os seguintes resultados:

De forma geral, a violência em Maringá, em relação ao sexo, no período de 1990 a 1993, atingiu mais crianças e adolescentes do sexo feminino (57,1%) do que as do sexo masculino (42,9%), apresentando variações quando enfocada por tipo de violência. A violência física atingiu mais o sexo masculino (53,5%). A violência psicológica e a violência sexual atingiram mais o sexo feminino (67,9% e 91,2% respectivamente) e a negligência, o sexo masculino (53,1%), conforme Tabela 8 e gráfico 8.

Tabela 8- Distribuição dos tipos de violência, segundo faixa etária e sexo das vítimas em Maringá - PR (1990 -1993)

Sexo	Tipos de violência												TOTAL		
Faixa etária	Física			Sexual			Psicológica			Negligência					
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
00 ---- 03	8,2 15	5,0 8	6,7 23	- 0	2,4 2	2,2 2	7,7 2	9,1 5	8,6 7	29,4 5	60,0 9	43,8 14	9,4 22	7,7 24	8,4 46
04 ---- 07	7,6 14	5,0 8	6,4 22	12,5 1	16,9 14	16,5 15	15,4 4	7,3 4	9,9 8	29,4 5	20,0 3	25,0 8	10,3 24	9,3 29	9,7 53
08 ---- 11	15,3 28	17,6 28	16,4 56	87,5 7	13,3 11	19,8 18	11,5 3	3,6 2	6,2 5	17,6 3	13,3 2	15,6 5	17,5 41	13,8 43	15,4 84
12 ---- 15	32,2 59	27,0 43	29,8 102	- 0	37,7 28	30,8 28	30,8 8	36,4 20	34,6 28	17,6 3	6,7 1	12,5 4	29,9 70	29,5 92	29,7 162
16 ---- 18	29,0 53	39,6 63	33,9 116	- 0	30,1 25	27,5 25	23,1 6	24,5 19	30,9 25	- 0	- 0	- 0	25,2 59	34,3 107	30,4 166
N.C.	76,0 14	5,7 9	6,7 23	- 0	3,6 3	3,3 3	11,5 3	9,1 5	9,9 8	5,9 1	- 0	3,1 1	7,7 18	5,4 17	6,4 35
TOTAL	100,0 183	100,0 159	100,0 342	100,0 8	100,0 83	100,0 91	100,0 26	100,0 55	100,0 81	100,0 17	100,0 15	100,0 32	100,0 234	100,0 312	100,0 546
%	53,5	46,5	100,0	8,8	91,2	100,0	32,1	67,9	100,0	53,1	46,9	100,0	42,9	57,1	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

*N. C. = dados não constatados na fonte consultada.

Quanto à idade é na faixa dos 12 aos 18 anos que encontra-se os maiores contingentes de vítimas de violência, principalmente quando enfoca-se a violência física, psicológica e sexual. Cabe ressaltar que a população do sexo feminino, de maneira geral, foi mais violentada na faixa etária de 16 a 18 anos, enquanto o sexo masculino foi mais violentado de 12 a 15 anos. Apenas a negligência acomete faixa etária mais baixa (0 a 7 anos). (Tabela 8)

Gráfico 8 - Distribuição das vítimas de violência segundo sexo em Maringá-PR (1990-1993)

3.3.4. Características Gerais dos Agressores

Ocupação e Idade

Os Boletins de Ocorrências (B.Os) das Instituições estudadas não trazem esta informação devidamente preenchida principalmente em relação à vítima, o que impede uma descrição desta questão.

Por este motivo, nos atemos a descrever a variável “Ocupação” somente em relação ao agressor (637 agressores). Mesmo assim, em 71,3% do número de agressores levantados, não foi possível identificar suas ocupações, já que destes, 7,7% são desconhecidos e 63,6% não tiveram este item preenchido nos B.Os.

Entretanto, por considerar este item importante para a caracterização dos agressores da violência contra crianças e adolescentes, optou-se por analisar os 28,7% restantes com base na Escala de Hierarquização de Prestígio, na versão modificada do instrumento de Hutchinson, apresentada por Gouveia e Havighurst (1969), em anexo.

Ao analisar a Tabela 9 percebe-se que 39,9% dos agressores podem ser classificados dentro das “Ocupações Manuais Especializadas e Assemelhadas” e 27,9% nas “Ocupações Manuais não Especializadas”, perfazendo um total de 67,8%.

A distribuição dos agressores, segundo a ocupação profissional (Tabela 9) teve um comportamento semelhante nos quatro tipos de violências estudadas, ou seja, é mais freqüente nas ocupações manuais especializadas.

**TABELA 9. Distribuição dos agressores segundo suas ocupações -
Maringá- PR (1990-1993)**

Tipo de Violência Escala ocupacional	Viol. Física	Viol. Sexual	Viol. psicol.	Negli- gência	TOTAL	
					No.	%
1. Ocupações manuais não especializadas	38	5	6	2	51	27,9
2. Ocupações manuais especializadas e assemelhadas	53	8	10	2	73	39,9
3. Ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas	2	1	0	0	3	1,6
4. Posições mais baixas de supervisão/inspeção de ocupações não-manuais. Proprietários de pequenos estabelecimentos	10	4	3	0	17	9,3
5. Profissões liberais. Cargos de gerência ou direção de empresas. Proprietário de médias e grandes empresas.	1	0	1	0	2	1,1
6. Posições que estão diretamente fora do trabalho	21	7	8	1	37	20,2
TOTAL	125	25	28	5	183	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Quanto a idade dos agressores, mesmo não sendo possível identificar a faixa etária da maioria deles (78,3%), os dados indicam que a faixa etária de maior concentração está entre 10 a 20 anos de idade, em todos os tipos de violência (Tabela 10 e Gráfico 9).

**Tabela 10 - Distribuição dos agressores por faixa etária e tipo de violência,
Maringá - PR (1990-1993)**

Violência F. Etária	Física		Sexual		Psicológica		Negligência		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%
N. C.	310	78,7	92	78,6	68	72,4	29	90,7	499	78,3%
10 ---- 20	24	6,1	10	8,5	15	15,9	1	3,1	50	7,8%
21 ---- 30	28	7,1	6	5,2	3	3,2	2	6,2	39	6,1%
31 ---- 40	15	3,8	5	4,3	6	6,4	0	-	26	4,1%
41 ---- 50	12	3,0	2	1,7	2	2,1	0	-	16	2,5%
51 ---- 65	5	1,3	2	1,7	0	-	0	-	7	1,1%
TOTAL	394	100,0	117	100,0	94	100,0	32	100,0	637	(100,0)
%	61,9		18,4		14,8		5,0		100,0	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Gráfico 9 - Distribuição da idade dos agressores em Maringá - PR (1990-1993)

3.4. Violência Física

Este é o tipo mais freqüente de agressão encontrado nos B. Os. das instituições investigadas em Maringá e que acomete, principalmente, a faixa etária de 16 a 18 anos (33,9%), sendo encontrada, também, em proporção elevada, na faixa etária de 12 a 15 anos (29,8%). (Tabela 8)

A violência física atinge igualmente ambos os sexos, sendo que a freqüência é levemente maior para o sexo masculino (53,5%), de forma geral (Tabela 8). Em análise adiante, pode-se perceber que a violência física familiar faz das meninas suas vítimas preferenciais (53,9%), enquanto que os meninos sofrem na proporção de 46,1% esta agressão. (Tabela 13)

A violência física pode apresentar-se sob várias configurações, assim definidas:

a) *Lesão Corporal Dolosa* (L. C. D): a ofensa ou dano à integridade física do corpo humano em virtude do que decorre uma alteração mórbida do organismo, notadamente de seus tecidos. Na técnica do Direito Penal, a lesão restringe-se ao golpe ou ferida promovida ou feita no corpo humano em virtude do que se produz uma perturbação ou anormalidade funcional, seja sob o ponto de vista anatômico, fisiológico ou mental. No Direito Penal, as lesões são classificadas, segundo a maior ou menor gravidade das perturbações produzidas, em levíssimas, leves, graves e gravíssimas. O Código Penal Brasileiro, entretanto, admite somente a leve, a grave e a que causa a morte (Vocabulário Jurídico, 1984:76).

b) *Homicídio* (Homic.): a morte de alguém, no caso crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, praticados por outrem. A lei brasileira prevê cinco modalidades de homicídio: simples, com pena diminuída, qualificado, culposo, culposo com pena aumentada. Sendo que os três primeiros são de caráter doloso e os dois últimos de caráter culposo.

c) *Tentativa de homicídio*: tentativa de crime é a paralisação do movimento delituoso em uma das fases da execução, impedindo o agente de prosseguir no seu intento por circunstâncias estranhas à sua vontade. Sob o ponto de vista legal (C. P., art. 12, II), diz respeito ao crime tentado quando, iniciada, a execução não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente. Diante desta definição, tentativa de homicídio, no presente estudo, é a tentativa de morte de uma criança ou adolescente, praticada por outrem.

Dolo no sentido penal, é o desígnio criminoso em fazer o mal, que se constitui em crime ou delito, seja por ação ou por omissão. Tem como elemento dominante a "intenção de prejudicar" (Vocabulário Jurídico, 1984:120).

Culpa, nesse mesmo sentido, é o erro cometido por inadvertência ou por imprudência e é compreendido como a falta cometida contra o dever. (Vocabulário Jurídico, 1984:589).

Assim, de acordo com essa classificação, encontrou-se como principais tipos de ocorrências na violência física as lesões corporais (48,1%) e as lesões corporais dolosas (45,9%). (Tabela 11)

Tabela 11 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência física em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

OCORRÊNCIAS	Boletins de Ocorrências		Número de Vítimas		Número de Agressores	
	nº	%	nº	%	nº	%
Lesão corporal	156	48,1	168	49,1	206	52,3
Lesão corporal dolosa	149	45,9	151	44,2	164	41,6
Tentativa de homicídio	8	2,5	10	2,9	10	2,5
Homicídio	2	0,6	2	0,6	2	0,5
Outros	9	2,8	11	3,2	12	3,4
TOTAL	324	100,0	342	100,0	394	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 10 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência física em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

Nesse sentido, de acordo com essa investigação, pode-se perceber que a caracterização do dolo, nos B. Os., fica sempre a critério do escrivão que os preenche. As lesões corporais praticadas em circunstâncias semelhantes, denunciadas em uma mesma delegacia, algumas vezes são designadas, atribuindo-lhes caráter doloso, ou não.

Os homicídios são os menos frequentes, com 0,6% do total, enquanto que as tentativas de homicídio ficam com 2,5%, conforme demonstra a Tabela 11 e Gráfico 10.

Como se pode verificar ainda na Tabela 11, o número de vítimas de violência física é ligeiramente maior do que o número de B.Os. (18 vítimas a mais) em praticamente todos os tipos de ocorrências, enquanto que o número de agressores é maior do que o número de vítimas, tanto nas lesões corporais como nas lesões corporais dolosas (52 agressores a mais). A razão disso deve-se ao fato de uma vítima, muitas vezes, ter sido violentada por mais de um agressor.

Assim, o maior número de vítimas encontrado por boletim foi 4 (um pai espancou 4 filhos), enquanto que o maior número de agressores encontrado por boletim foi 20 (um adolescente foi espancado por 20 rapazes).

Quando é enfocada a violência física familiar, percebe-se que esta atinge 48,2% dos casos de violência física e tem o pai como principal agressor (43,0%). A faixa etária mais atingida compreende de 12 a 15 anos (27,3%), sendo que as faixas etárias de 8 a 11 anos e de 16 a 18 anos, são atingidas na mesma proporção (23,0%). (Tabela 12 e Gráfico 11)

Tabela 12 - Distribuição dos agressores da violência física familiar, segundo faixa etária, Maringá - PR (1990-1993)

Faixa Etária \ Parentesco								TOTAL	
	Pai	Mãe	Irmão	Avô Tio	Companh. Marido	Padra _s to	N. C.	N ⁰	%
00 --- 03	11	7	0	0	0	1	0	19	11,5
04 ---- 07	5	6	0	1	0	1	1	14	8,5
08 ---- 11	15	14	3	4	0	1	1	38	23,0
12 ---- 15	22	7	4	1	1	8	2	45	27,3
16 ---- 18	11	8	3	3	10	2	1	38	23,0
N. C.	7	1	1	0	0	2	0	11	6,7
TOTAL	71	43	11	9	11	15	5	165*	100,0
%	43,0	26,1	6,7	5,5	6,7	9,1	3,0	100,0	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

* Dos 342 casos de violência física, 165 (48,2%) correspondem à violência física familiar.

Gráfico 11 - Distribuição dos agressores de violência física familiar em Maringá-PR (1990-1993)

Na violência física familiar, encontra-se o pai como principal agressor, tanto para as vítimas do sexo masculino (52,6%) como para as do sexo feminino (34,8%). A mãe aparece como aquela que violenta fisicamente mais as meninas (29,2%), do que os meninos (22,4%).(Tabela 13)

Tabela 13 - Distribuição do grau de parentesco dos agressores de violência física, segundo faixa etária e sexo das vítimas, Maringá - PR (1990-1993)

F. Etária /Sexo Agressor	0 --- 3		4 --- 7		8 --- 11		12 --- 15		16 --- 18		N. C.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pai	8	3	1	4	8	7	15	7	6	5	2	5	40	31
													52,6%	34,8%
Mãe	3	4	5	1	13	11	2	5	4	4	0	1	17	26
													22,4%	29,2%
Irmão	0	0	0	0	1	2	1	3	1	2	1	0	4	7
													5,3%	7,9%
Avô / Tio	0	0	1	0	3	1	0	1	0	3	0	0	4	5
													5,3%	5,6%
Comp. / Marido	0	0	0	0	0	0	0	1	0	10	0	10	0	11
													-	12,4%
Padrasto	1	0	1	0	0	1	3	5	1	1	2	0	8	7
													10,5%	7,9%
N. C.	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	3	2
													3,9%	2,2%
TOTAL	12	7	9	5	16	22	22	23	12	26	5	6	76(46,1%)	89(53,9%)
%	15,8	7,9	11,8	5,6	21,1	24,7	28,9	25,8	15,8	29,2	6,6	6,7	100,0	100,0
													165	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Na Tabela 14 e Gráfico 12, percebe-se que a violência física causada por terceiros tem como “conhecidos” os principais agressores, perfazendo um total de 70,6%, seguidos pelos “desconhecidos”(19,2%). Tal violência é praticada principalmente contra adolescentes entre a faixa etária de 16 a 18 anos (44,1%) e de 12 a 15 anos (32,2%).

Tabela 14 - Distribuição dos agressores de violência física causada por terceiros, segundo faixa etária das vítimas Maringá - PR (1990-1993)

Faixa Etária \ Agressores	Agressores					TOTAL	
	Desconhec.	Conhecido	Vizinho	Namorado	Outros	Nº	%
00 ---- 03	0	4	0	0	0	4	2,3
04 ---- 07	1	7	0	0	0	8	4,5
08 ---- 11	0	16	1	0	1	18	10,2
12 ---- 15	12	40	4	1	0	57	32,2
16 ---- 18	20	50	1	6	1	78	44,1
N. C.	1	8	0	0	3	12	6,8
TOTAL	34	125	6	7	5	177	100,0
%	19,2	70,6	3,4	3,9	2,8		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 12 - Distribuição dos agressores de violência física praticada por terceiros em Maringá-PR (1990-1993)

Conforme percebe-se na Tabela 15, a violência física causada por terceiros ocorre inversamente à violência física familiar, fazendo dos meninos 60,5% das vítimas deste tipo de agressão, enquanto que a porcentagem referente às meninas atinge 39,5% do total investigado.

Uma explicação possível para este fato talvez esteja na dedução de que os meninos, através das brincadeiras e do próprio trabalho precoce, vivenciam, social e culturalmente, mais as ruas do que as meninas; portanto, estão mais sujeitos às agressões delas advindas.

Tabela 15 - Distribuição dos agressores de violência física causada por terceiros segundo faixa etária e sexo das vítimas, Maringá - PR (1990-1993).

F. Etária / Sexo	0 --- 3		4 --- 7		8 --- 11		12 --- 15		16 --- 18		N. C.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Desconhecido	0	0	0	1	0	0	9	3	15	5	1	0	25	9
													23,4	12,9
Conhecido	3	1	5	2	11	5	27	13	25	25	8	0	79	46
													73,8	65,7
Vizinho	0	0	0	0	0	1	1	3	0	1	0	0	1	5
													0,9	7,1
Namorado	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	0	0	1	6
													0,9	8,6
Outros	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	3	1	4
													0,9	5,7
TOTAL	3	1	5	3	12	6	37	20	41	37	9	3	107	70
													(60,5)	(39,5)
%	2,8	1,4	4,7	4,3	11,2	8,6	34,6	28,6	38,3	52,9	8,4	4,3	100,0	100,0
													177	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

OUTROS: Patrão, Professor, Policial

De acordo com os dados, pode-se perceber que desde a tenra idade, quando o adolescente inicia seus relacionamentos amorosos, é o sexo feminino que está mais exposto às agressões físicas (8,6%) que o sexo masculino (0,9%), como demonstra a Tabela 15. E quando estes relacionamentos se consolidam, através do casamento ou uniões, as adolescentes do sexo feminino continuam mais expostas a este tipo de violência (12,4%). (Tabela 13)

A leitura da variável “Denunciante”, por sua vez, indica que esta se modifica de acordo com a idade da vítima: de 0 a 7 anos, a principal denunciante é a mãe, enquanto os parentes e o pai ficam em segundo lugar (Tabela 16).

Tabela 16 - Distribuição dos denunciantes de violência física, segundo faixa etária das vítimas, Maringá-PR (1990-1993)

Denunciante Faixa Etária	Esc.										TOTAL	
	Vít.	Mãe	Pai	Par.	Viz.	Pol.	Hos. Inst.	Crec. Prof.	N.C.	Outros	Nº	%
00 ----- 03	0	6	2	5	3	0	0	3	0	1	20	5,8
04 ----- 07	0	8	5	3	3	0	1	3	0	0	23	6,7
08 ----- 11	5	19	6	4	7	2	2	5	2	1	53	15,5
12 ----- 15	39	25	20	1	3	1	1	1	21	0	112	32,7
16 ----- 18	85	9	9	1	1	1	2	2	1	2	113	33,0
Não Consta	3	8	4	2	0	1	1	0	2	0	21	6,1
TOTAL	132	75	46	16	17	5	7	14	26	4	342	100,0
%	38,6	21,9	13,5	4,7	4,9	1,5	2,0	4,1	7,6	1,2	100,0	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

OUTROS: Amigo , Conhecido , empregada.

Gráfico 13 - Distribuição dos denunciante de violência física em Maringá-PR (1990-1993)

Conforme demonstrativo, dos 8 aos 11 anos a mãe continua sendo a principal denunciante, aparecendo em segundo lugar os vizinhos. Sendo que dos 12 aos 18 anos as vítimas tornam-se as principais denunciante.

De maneira geral, podemos constatar que a violência física contra crianças e adolescentes é denunciada em Maringá, principalmente, pelas próprias vítimas (38,6%), acompanhada pelas denúncias efetuadas pelas mães (21,9%). (Tabela 16 e Gráfico 13)

3.5. Violência Sexual

A violência sexual em Maringá, constitui a segunda causa de agressão contra crianças e adolescentes, totalizando 16,7% e apresenta-se sob diversas caracterizações.

Para definir as ocorrências investigadas, fêz-se uso da terminologia empregada pelo Direito, que assim as entende:

a) Estupro: a conjunção carnal ilícita, no caso com crianças ou adolescentes do sexo feminino ou masculino, praticados pela força e contra a vontade destes (Vocabulário Jurídico, 1984:222). Enquanto que, de acordo com o Código Penal, art. 213, estupro é: “Contranger *mulher* à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

b) Atentado Violento ao Pudor: todo ato libidinoso praticado com violência, fraude ou ameaça grave, contra outrem. (Vocabulário Jurídico, 1984:222). No art.214, do Código Penal esta definição é mais explícita: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Cabe salientar que este termo também é usado quando a conjunção carnal ilícita é praticada contra o sexo masculino especificamente.

c) Atos Libidinosos: é a prática através da qual o indivíduo de qualquer sexo, procura satisfazer a sua fome sexual ou libido. No sentido amplo do termo, até a conjunção carnal pode ser incluído, segundo a definição encontrada na Enciclopédia Saraiva de Direito (1978:220). Assim, podemos limitá-los em:

- Toques impudicos: toques, massagens, beliscões, compressões e manobras masturbatórias;

- Beijos e sucção: o beijo será ou não ato libidinoso, dependendo da intensidade e da sede (ou intencionalidade) com que foi aplicado. O beijo nos seios, coxas ou partes pudendas, caracterizam ato libidinoso;

- Cópulas Ectópicas (cópula anal, cópula bucal, felação, cunilíngua - ato de aplicar a língua na vulva ou clitóris -, cópula vestibular - atrito do pênis na vulva sem ultrapassar o hímen -, cópula perineal - atrito do pênis no períneo da mulher).

Esta última definição trouxe alguns questionamentos: como, por exemplo, diferenciar na prática, atentado violento ao pudor de atos libidinosos? Por esse motivo foram acatadas, neste estudo, as denominações contidas nos Boletins de Ocorrências, mesmo nos casos em que foram encontradas definições diferentes, para os mesmos tipos de agressões sexuais.

d) Exibicionismo: exposição intencional (e não natural) à uma criança, do corpo de um adulto ou de parte dele (Azevedo, 1989);

e) Sedução: emprego de meios não violentos para corromper sexualmente uma mulher, tornando-a acessível aos desejos lúbricos do agente (França, 1987). No Código Penal, art.217, encontra-se este termo assim definido: “Seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14 anos, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.

Apesar de se achar as definições de sedução tendenciosas, já que aludem somente à mulher como possível vítima de sedução, percebe-se nos achados que ela fez-se presente integralmente: Todos os casos de sedução só se referiam a indivíduos do sexo feminino. O que, com certeza, encontra sua explicação no fato de que os homens raras vezes encaram a tarefa de denunciar uma violência dessa ordem. O que também não invalida sua possível ocorrência, principalmente no que concerne a

adolescentes do sexo masculino, como vítimas da sedução de mulheres com mais idade.

Em “outros” abarcou-se os casos de atentado violento ao pudor (mesmo acreditando que estes poderiam ser enquadrados na categoria de tentativa de estupro) e aliciamento de menores, entendendo este como a indução de crianças e adolescentes à vida de prostituição.

Assim, de acordo com este levantamento, os casos mais freqüentes de violência sexual, foram: estupro (38,2%) e atos libidinosos (34,8%), conforme demonstra a tabela 17 e gráfico 14.

Este levantamento indica apenas duas vítimas a mais que os Boletins de Ocorrência e 26 agressores a mais do que o número de vítimas. Isto ocorreu, principalmente nos casos de estupro, onde as vítimas em sua maioria foram agredidas por mais de uma pessoa (Tabela 17).

Tabela 17 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência sexual em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

OCORRÊNCIAS	Boletins de Ocorrências		Número de Vítimas		Número de Agressores	
	nº	%	nº	%		
Estupro	34	38,2	34	37,4	59	0,4
Atos libidinosos	31	34,8	31	34,1	31	26,5
Tentativa de estupro	14	15,7	15	16,5	16	13,7
Sedução	6	6,7	7	7,7	7	5,9
Exibicionismo	2	2,2	2	2,2	2	1,7
Outros*	2	2,2	2	2,2	2	1,7
TOTAL	89	100,0	91	100,0	117	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

* OUTROS: Atentado Violento ao Pudor, Aliciamento de Menores.

Gráfico 14 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência sexual em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

O maior número de agressores por vítima, foi o de uma adolescente estuprada por 8 agressores.

Constatou-se, ainda, que a Violência Sexual atinge, por excelência, o sexo feminino (91,2% dos casos), principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos. (Tabela 8)

Para Azevedo (1989), nessas ocorrências há sempre o prazer direto ou indireto do adulto, conseguido pela coerção e/ou sedução da criança ou adolescente que deve ser considerado sempre como vítima e nunca poderá ser transformado em réu.

Um caso que chama a atenção por exemplificar a questão de “vítima ou réu”, por uma sociedade que omite os direitos das crianças e adolescentes, muitas vezes para a “conservação do bom nome da família e sociedade”, foi o caso de V. A. D. de 16 anos que no dia 02/09/1991 teve lavrado o seguinte B. O. (os nomes dos agressores são fictícios):

“A declarante por volta de 1.00 h da madrugada encontrava-se na Av. Joubert de Carvalho, quando apareceram Cláudio e Valmir e um desconhecido dentro de um Fiat Prêmio e a convidaram para ir a uma festa perto de uma chácara. A declarante já conhecia dois dos referidos rapazes e aceitou o convite. Depois de andarem por alguns metros, encostou um outro carro que continha 6 rapazes. Cláudio, conhecido por “Japonês” disse:

- São bandidos, vamos cortar por aqui.

Mas tinham que parar pois estavam em uma rua sem saída. Os elementos desceram do carro e mandaram que todos descessem do Fiat. Mandaram a declarante tirar a roupa e a obrigaram a manter relações sexuais com todos os rapazes. Dois dos elementos, encapuzados, e Cláudio levaram-na até a sua moradia e a declarante procurou ajuda no Corpo de Bombeiros”.

O boletim em questão, foi encontrado no FÓRUM em um processo arquivado onde V. A. D. foi considerada culpada por atentado ao pudor e todos os rapazes, posteriormente identificados (um deles de família abastada de Maringá) foram inocentados, apesar de alguns deles terem confessado que a história dos ladrões fora previamente planejada.

Esse processo foi encontrado por acaso, já que a proposta inicial era de coletar casos em que crianças e adolescentes sofreram agressão, isto é, casos em que fossem reconhecidas judicialmente como vítimas. No entanto, ele serve para exemplificar os traços que definem culturalmente esta sociedade, indicando, como o faz a própria justiça que para preservar o “bom nome” de famílias ilustres, pode transformar em ré, vítimas de bárbaras agressões sexuais.

Quanto aos dados sobre violência sexual, percebe-se que a instituição mais procurada para denúncias deste tipo de ocorrência foi a Delegacia da Mulher, que

registrou 49,4% dos casos (Tabela 3). Este fato é compreensível, uma vez que esta instituição tem como principal função dar atendimento à mulher, em qualquer faixa etária, pois, como já foi dito anteriormente, a violência sexual tem como alvo preferencial as mulheres.

Isso não descarta a incidência, certamente significativa, de crianças e adolescentes do sexo masculino como alvo de práticas sexuais violentas por parte de homens adultos. O que pode ocorrer é que, seguidamente, nesses casos, há o silêncio ou a inconveniência social para esse tipo de denúncia, considerando-se, inclusive, o caráter patriarcal e machista que define, por excelência, a sociedade atual.

Desta forma, encontrou-se, no período investigado, 91 vítimas de violência sexual, concentradas na faixa etária de 12 a 15 anos (30,8%) e de 16 a 18 anos (28,6%). (Tabela 18 e Gráfico 15)

Tabela 18 - Distribuição dos denunciante de violência sexual, segundo faixa etária das vítimas Maringá - PR (1990-1993)

Denunciante F. Etária						TOTAL	
	Vítima	Mãe	Pai	Parentes	Outros	Nº	%
00 ---- 03	0	0	2	0	0	2	2,2
04 ---- 07	0	8	3	2	1	14	15,4
08 ---- 11	1	11	4	1	1	18	19,8
12 ---- 15	14	8	4	0	2	28	30,8
16 ---- 18	23	0	1	1	1	26	28,6
N. C.	0	2	0	0	1	3	3,3
TOTAL	38	29	14	4	6	91	100,0
%	41,7	31,9	15,4	4,4	6,6		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Outros: Conhecidos e Instituições.

Parentes: Avô e Irmão.

Ainda nesta tabela, percebe-se que na faixa etária dos 12 aos 18 anos a vítima é a principal denunciante, enquanto que na faixa etária de 4 a 11 anos, a mãe ocupa este lugar.

Gráfico 15 - Distribuição dos denunciante de violência sexual em Maringá - PR (1990-1993)

Diante desse quadro, pode-se dizer que a adolescência é uma fase de risco que transforma a menina em uma presa cobiçada aos olhos masculinos da sociedade.

Os dados apresentados pela Secretaria do Menor da cidade de São Paulo, no período de 30/6/87 a 30/7/90, sobre este tipo de violência, indicam que as faixas etárias mais atingidas são de 0 a 6 anos (33,3%) e de 7 a 10 anos (31,3%).

Santos (1991), em seus estudos sobre crianças violentadas, mostra que as crianças que sofreram abusos sexuais estavam entre a faixa etária de 7 a 14 anos (67,3%), coincidindo com o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários femininos: desenvolvimento dos seios, aparecimento de pelos pubianos e

descobertas de sensações subjetivas de prazer em relação ao corpo e/ou partes do corpo.

Um estudo elaborado em Salvador-BA, também sobre esse mesmo tema (Santos, 1995), identifica na faixa etária de 10 a 14 anos a maior frequência de vítimas da violência sexual.

Nesse sentido, as pesquisas citadas apresentam cifras que diferem do presente estudo em que a faixa etária mais propícia a este tipo de agressão aparece mais elevada (12 a 18 anos). Esta ocorrência encontra uma possível relação com o fato de tais trabalhos terem sido realizados em grandes centros, diferenciando-se do presente estudo, que foi realizado em uma cidade de médio porte, onde a adolescência talvez se manifeste mais tardiamente. Segundo Marcondes (1992:38), a aceleração do crescimento tem algo a ver com a urbanização, já que esta é muito mais intensa nos centros urbanos do que na zona rural, onde ocorre uma dilatação da vida fértil (menarca mais precoce e menopausa mais tardia).

Quanto ao sexo, a Secretaria do Menor da cidade de São Paulo, mostra como vítimas de violência sexual um percentual de 85,9% para o feminino, em detrimento de 14,1% para o masculino. Azevedo e Guerra (1988) encontraram 93,5% de vítimas do sexo feminino. Santos (1995), que estudou abusos sexuais nas relações familiares na cidade de Salvador (BA), encontrou 94,8% de vítimas do sexo feminino e 5,2% de vítimas do sexo masculino

No que concerne a esta investigação, percebe-se que, de maneira geral, a violência sexual (denunciada) atinge 91,2% do sexo feminino e 8,8% do sexo masculino, conforme pode-se verificar na Tabela 8.

A investigação revelou, ainda, que os casos de violência sexual familiar ocorrem em 96,7% no sexo feminino e 3,3% no sexo masculino, pois neste tipo de

violência foram encontrados 30 casos, sendo que um desses pertencia ao sexo masculino e 29 casos ao sexo feminino. A violência sexual, causada por terceiros, ocorre em 88,5% dos casos no sexo feminino e 11,5% no sexo masculino. Tabela 19

Detalhando a análise da distribuição dos agressores, segundo sexo e faixa etária das vítimas de violência sexual causada por terceiros, verifica-se que as meninas sofreram mais uma vez, a maioria das agressões, em uma proporção de 1 para 7,7 casos, sendo que a faixa etária de 16 a 18 anos foi a mais atingida (38,9%), tendo como agressores, tanto o desconhecido como o conhecido (42,6%). Dentre os meninos (11,5% dos casos), a maior frequência deste tipo de agressão sexual ocorreu na faixa etária de 8 a 11 anos (85,7%) tendo como principal agressor o desconhecido. (Tabela 19)

Tabela 19 - Distribuição dos agressores, segundo sexo e faixa etária das vítimas de violência sexual, Maringá - PR (1990 -1993)

F. Etária / Sexo Agressor													TOTAL	
	00 --- 03		04 --- 07		08 --- 11		12 --- 15		16 --- 18		N. C.		M	F
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Desconhecido	0	0	0	0	5	1	0	6	0	15	0	1	5	23
													71,4%	42,6%
Conhecido	0	1	1	4	1	3	0	8	0	5	0	2	2	23
													28,6%	42,6%
Vizinho	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
													-	5,5%
Outros	0	1	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	5
													-	9,3%
TOTAL	0	2	1	5	6	6	0	17	0	21	0	3	7(11,5)	54(88,5)
%	-	3,7	14,3	9,3	85,7	11,1	-	31,5	-	38,9	-	5,5	100,0	100,0
														61

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Os dados sobre a violência sexual causada por terceiros, de modo geral, indicam como principais agressores, os desconhecidos (45,9%) e os conhecidos, aparecem em segundo lugar (41,0%). (Tabela 20 e gráfico 16).

Tabela 20 - Distribuição dos agressores de violência sexual, segundo faixa etária da vítima, Maringá - PR (1990-1993)

Faixa Etária \ Agressor	Agressor					TOTAL	
	Desconhecido	Conhecido	Vizinho	Colega	Outros	Nº	%
00 ---- 03	0	1	0	0	1	2	3,3
04 ---- 07	0	5	1	0	0	6	9,8
08 ---- 11	6	4	2	0	0	12	19,7
12 ---- 15	6	8	0	2	1	17	27,9
16 ---- 18	15	5	0	1	0	21	34,4
N. C.	1	2	0	0	0	3	4,9
TOTAL	28	25	3	3	2	61	100,0
%	45,9	41,0	4,9	4,9	3,3		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

OUTROS: Namorado , Prof.

Gráfico 16 - Distribuição dos agressores de violência sexual em Maringá - PR (1990-1993)

Na violência sexual familiar, o padrasto aparece como o principal agressor (33,3%), seguido pelo pai em 23,3% dos casos registrados. Tanto o avô, como tio e primo, apareceram em 3º lugar, atingindo uma cifra de 13,3%, conforme indica a Tabela 21 e Gráfico 17.

Vale ressaltar que o único caso de sexo masculino encontrado na violência sexual familiar praticada contra o sexo masculino teve como agressor o padrasto.

Tabela 21- Distribuição dos agressores de violência sexual familiar, segundo idade das vítimas - Maringá, PR (1990-1993)

F. Etária \ Agressor							TOTAL	
	Pai	Irmão	Avô	Primo	Padrast.	Tio	Nº	%
00 --- 03	0	0	0	0	0	0	0	-
04 --- 07	1	0	4	2	2	0	9	30,0
08 --- 11	2	0	0	0	4	0	6	20,0
12 --- 15	3	1	0	1	3	4	11	36,7
16 --- 18	1	0	0	1	1	0	4	13,3
TOTAL	7	1	4	4	10	4	30	100,0
%	23,3	0,3	13,3	13,3	33,3	13,3		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Gráfico 17 - Distribuição dos agressores de violência sexual familiar em Maringá-PR (1990-1993)

Também para este tipo de violência, em um total de 78,3% dos agressores, não nos foi possível identificar suas idades. Os dados apontam para a faixa etária entre 10 a 20 anos, a idade mais propensa a se cometer violências de ordem sexual (tabela 10).

3.6. Violência Psicológica

A chamada *violência psicológica* constitui o terceiro tipo de agressão contra crianças e adolescentes, denunciado mais freqüentemente em Maringá (14,8%, tabela 6), sendo que rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper, criar expectativas irreais ou extremadas são as formas mais comuns pelas quais essa categoria de violência se manifesta.

Em Maringá, de 1990 a 1993, conforme Tabela 22, foi identificado as seguintes formas de violência psicológica:

- a) **ameaça:** crianças e adolescentes sofreram ameaças, principalmente, de morte (45,3%);
- b) **calúnia:** refere-se a xingamentos (ladrão, prostituta, etc.) atentando contra a moral das vítimas (18,7%);
- c) **traumas:** crianças e adolescentes que presenciaram pais ou responsáveis brigando violentamente e que foram colocados para dormir fora de casa e/ou foram impedidos de entrarem (6,7%);
- d) **rapto:** denúncias referentes a membros da própria família; que levaram consigo seus filhos, mesmo com impedimento judicial (4,0%);
- e) **desaparecimento:** casos de crianças que fugiram ou foram roubadas (10,7%).
Denúncia bastante comum no sul do país, onde já existem grupos organizados de mães que tentam localizar o paradeiro de filhos desaparecidos;
- f) **coação:** refere-se a atos que forçam crianças ou adolescentes a praticarem delitos (2,7%);

g) **discriminação:** práticas de discriminação (6,7%) sob qualquer hipótese (impedimento de frequência escolar pelo fato da criança ser HIV positivo, etc.);

h) **outros:** uma categoria que inclui casos de rejeição, exploração e agressão verbal (5,3%).

Assim, como pode ser constatado, as ameaças constituem a categoria de violência psicológica mais comum: 2 vítimas a mais que o número de Boletins de Ocorrência e 14 agressores a mais do que o número de vítimas. Somente nos casos de ameaça, os agressores surgem em número superior ao das vítimas (na proporção de 1,4 agressores/vítima) enquanto que nos casos de trauma e coação, o número de agressores é menor que o número de vítimas (Tabela 22 e Gráfico 18).

Tabela 22 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência psicológica em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

OCORRÊNCIAS	Boletins de Ocorrências		Número de Vítimas		Número de Agressores	
	nº	%	nº	%	nº	%
Ameaça	34	45,3	36	44,4	50	53,2
Calúnia	14	18,7	14	17,3	14	14,9
Traumas	5	6,7	6	7,4	5	5,3
Rapto	3	4,0	3	3,7	4	4,3
Desaparecimento	8	10,7	9	11,1	9	9,6
Coação	2	2,7	3	3,7	2	2,1
Discriminação	5	6,7	5	6,2	5	5,3
Outros	4	5,3	5	6,2	5	5,3
TOTAL	75	100,0	81	100,0	94	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

OUTROS: Rejeição, Exploração, Agressão Verbal.

Gráfico 18 - Distribuição dos tipos de ocorrências de violência psicológica em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

É possível constatar, ainda, na Tabela 8, que durante o período investigado, a violência psicológica atingiu principalmente o sexo feminino (67,9%), enquanto que, para o sexo masculino, ocorreu em 32,1% dos casos. Este tipo de violência se identifica com a violência física e sexual por serem a vítima e a mãe as principais denunciante (38,3% e 23,5%, respectivamente - Tabela 23).

Tabela 23 - Distribuição dos denunciadores de violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas Maringá - PR (1990-1993)

Denunciante Faixa Etária								TOTAL	
	Vít.	Mãe	Pai	Irmão	Parent.	N. C.	Outros	No	%
00 ---- 03	0	2	1	0	2	0	2	7	8,6
04 ---- 07	0	2	3	1	1	0	1	8	9,9
08 ---- 11	0	3	2	0	0	0	0	5	6,2
12 ---- 15	10	6	6	1	2	1	2	28	34,6
16 ---- 18	20	1	2	0	1	0	1	25	30,9
N. C.	1	5	2	0	0	0	0	8	9,9
TOTAL	31	19	16	2	6	1	6	81	100,0
%	38,3	23,5	19,8	2,5	7,4	1,2	7,4		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

OUTROS: Creches Instituições, Colegas

PARENTES: Avó, Tios , Primos

Gráfico 19 - Distribuição dos denunciadores de violência psicológica em Maringá-PR (1990-1993)

A violência psicológica familiar, conforme tabela 24, vitimizou, principalmente, a faixa etária de 12 a 15 anos (34,9%) e a de 16 a 18 anos (27,9%). Também, nesse levantamento, foi encontrado o pai como principal agressor, respondendo por 39,5% dos casos. Em seguida, aparece a mãe em 25,6% (gráfico 20).

Tabela 24 - Distribuição do grau de grau parentesco dos agressores da violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas, Maringá - PR (1990-1993)

Agressor Faixa Etária	Pai	Mãe	Avô Tio	Comp. Marido	Padrasto	N. C.	TOTAL	
							Nº	%
00 ---- 03	3	2	0	0	0	0	5	11,6
04 ---- 07	2	2	0	0	2	0	6	13,9
08 ---- 11	1	1	0	0	1	0	3	6,9
12 ---- 15	5	5	2	0	3	0	15	34,9
16 ---- 18	4	1	1	4	1	1	12	27,9
N. C.	2	0	0	0	0	0	2	4,7
TOTAL	17	11	3	4	7	1	43	100,0
%	39,5	25,6	6,9	9,3	16,3	2,3		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Gráfico 20 - Distribuição do grau de parentesco dos agressores da violência psicológica em Maringá - PR (1990-1993)

Analisando, de forma geral, percebemos que a violência psicológica ocorre mais seguidamente dentro do âmbito familiar (53,1%) e tem como principal agressor o pai, tanto em relação ao sexo masculino (58,3%), como em relação ao sexo feminino (32,3%). (Tabela 25)

Assim sendo, no total, as vítimas de violência física psicológica familiar são em maioria, adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 12 a 15 anos (41,9% - Tabela 25).

Tabela 25 - Distribuição do grau de parentesco dos agressores de violência psicológica, segundo faixa etária e sexo das vítimas, Maringá - PR (1990 - 1993)

F. Etária /sexo Agressor	00 --- 03		04 --- 07		08 --- 11		12 --- 15		16 --- 18		N. C.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pai	1	2	0	2	1	0	1	4	2	2	2	0	7 (58,3%)	10 (32,3%)
Mãe	1	1	1	1	0	1	0	5	0	1	0	0	2 (16,7%)	9 (29,0%)
Avô / Tio	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1 (8,3%)	2 (6,5%)
Comp./ Marido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4 (12,9%)
Padrasto	0	0	1	1	0	1	1	2	0	1	0	0	2 (16,7%)	5 (16,1%)
N. C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1 (3,2%)
TOTAL	2	3	2	4	1	2	2	13	3	9	2	0	12	100,0
%	16,7	9,7	16,7	12,9	8,3	6,4	16,7	41,9	25,0	29,0	16,7	-	31	100,0
43*														

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

*Dos 81 casos de violência psicológica, 43 (53,1%) correspondem à violência psicológica familiar.

As denúncias de violência psicológica, fora do âmbito familiar, ocorrem com mais frequência tanto na faixa etária de 12 a 15 anos como na faixa etária de 16 a 18 anos (34,2%), tendo como principal agressor o conhecido (63,2%) (tabela 26).

Tabela 26 - Distribuição dos agressores de violência psicológica, segundo faixa etária das vítimas, Maringá - PR (1990-1993)

Faixa Etária \ Agressor	Agressor					TOTAL	
	Desconhecido	Conhecido	Vizinho	Namorado	Colegas	Nº	%
00 ---- 03	1	0	0	0	1	2	5,3
04 ---- 07	2	0	0	0	0	2	5,3
08 ---- 11	2	0	0	0	0	2	5,3
12 ---- 15	1	10	1	1	0	13	34,2
16 ---- 18	3	9	0	0	1	13	34,2
N. C.	1	5	0	0	0	6	15,7
TOTAL	10	24	1	1	2	38	100,0
%	26,3	63,2	2,6	2,6	5,3		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 21 - Distribuição dos agressores de violência psicológica em Maringá - PR (1990 - 1993)

Na violência psicológica causada por terceiros, encontra-se o desconhecido agredindo principalmente o sexo masculino (35,7%), enquanto os conhecidos agredem mais o sexo feminino (66,7%). (Tabela 27)

Tabela 27 - Distribuição dos agressores, segundo faixa etária e sexo das vítimas de violência psicológica, causada por terceiros, Maringá - PR (1990 - 1993)

Faixa Etária /Sexo	00 --- 03		04 --- 07		08 --- 11		12 --- 15		16 --- 18		N. C.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Agressor														
Desconhecido	0	1	2	0	2	0	1	0	0	3	0	1	5	5
													(35,7%)	(20,8%)
Conhecido	0	0	0	0	0	0	4	6	3	6	1	4	8	16
													(57,1%)	(66,7%)
Vizinho	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
													(7,1%)	-
Colega	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
													-	(8,3%)
Namorado	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
													-	(4,2%)
TOTAL	0	2	2	0	2	0	6	7	3	10	1	5	14	24
%	-	8,3	14,3	-	14,3	-	42,9	29,2	21,4	41,7	7,1	20,8	(36,8%)	(63,1%)
													38	100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Em relação ao sexo das vítimas de violência psicológica, fora do âmbito familiar, percebe-se que esta atinge principalmente o sexo feminino (63,1%) em relação ao sexo masculino (36,8%). (Tabela 27)

Outro dado indica, por fim, que de forma geral, os agressores da violência psicológica aparecem com maior frequência na faixa etária de 10 a 20 anos (15,9%) como pode-se verificar inicialmente na Tabela 10.

3.7. Negligência

Este tipo de violência contra crianças e adolescentes, é o menos denunciado nas instituições competentes de Maringá (3,9%), estando concentrados no FÓRUM local, 85% dos casos registrados (Tabela 6 e 3, respectivamente).

As ocorrências de negligência vitimizando crianças e adolescentes em Maringá, incidiram (conforme a Tabela 28 e gráfico 22), em duas categorias; segundo o Ministério da Saúde (1993):

- a) **Abandono:** caracterizada pela ausência do responsável pela criança/adolescente, tanto parcial (ausência temporária dos pais expondo essa criança ou adolescente a situações de risco), como total (afastamento do grupo familiar), ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo. Compreende 55,0% dos casos.
- b) **Negligência:** compreendida como a omissão em prover as necessidades físicas e emocionais de crianças e adolescentes, não por carência de recursos econômicos. Contudo, é necessário considerar a ação ou omissão voluntária do agente agressor, como independente das condições sócio-econômicas existentes. Abarcou 45,0% dos casos.

Tabela 28 - Distribuição dos tipos de ocorrências de negligência em crianças e adolescentes, Maringá - PR (1990-1993)

OCORRÊNCIAS	Boletins de Ocorrências	Número de Vítimas	Número de Agressores
Abandono Material	11 (55,0%)	13 (46,4%)	15 (46,9%)
Negligência	9 (45,0%)	15 (53,6)	17 (53,1)
TOTAL	20	28	32

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 22- Distribuição dos tipos de ocorrências de negligência em crianças e adolescentes em Maringá - PR (1990-1993)

Assim, de acordo com essas categorias, o tipo de agressão mais denunciado foi o abandono (55,0%), mas foi a negligência que causou um maior número de vítimas (53,6%).

O número de agressores, tanto nos casos de abandono como nos de negligência, foi maior que o número de vítimas e o número de boletins, uma vez que, em muitos casos, tanto o pai como a mãe foram denunciados.

Ocorrida apenas no âmbito familiar, a negligência denunciada em Maringá tem a figura da mãe como principal agressora (53,1%), apesar do pai também ter sido denunciado (43,8%) - (Tabela 29 e gráfico 23).

Tabela 29 - Distribuição dos agressores de negligência, segundo faixa etária das vítimas, Maringá - PR (1990-1993)

Agressor Faixa Etária				TOTAL	
	Pai	Mãe	Madrasta	Nº	%
00 ---- 03	5	9	0	14	43,8
04 ---- 07	5	3	0	8	25,0
08 ---- 11	1	3	1	5	15,6
12 ---- 15	2	2	0	4	12,5
N. C.	1	0	0	1	3,1
TOTAL	14	17	1	32	100,0
%	43,8	53,1	3,1		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

Gráfico 23 - Distribuição dos agressores de negligência em Maringá - PR (1990-1993)

Este dado não difere dos encontrados na literatura especializada, que apresenta a mãe como a mais comumente denunciada, uma vez que, culturalmente, é atribuída à mulher a responsabilidade doméstica. Assim, se as necessidades básicas de uma criança não são atendidas, a mãe é considerada a agressora.

Segundo Deslandes (1994:180), existe uma preponderância da população de baixa renda no conjunto de famílias atendidas por negligência. Este fato não pôde ser aqui avaliado, já que não foi possível, nesse momento, caracterizar economicamente as famílias vitimizadas, e a localização geográfica dos casos denunciados se deu por toda a cidade e não apenas nos bairros pobres.

A negligência em Maringá, de acordo com este levantamento, atingiu principalmente, a faixa etária de 0 a 3 anos (43,8%), seguida da faixa etária de 4 a 7 anos (25,0%) (tabela 29), correspondendo, desta forma, com os dados fornecidos por Deslandes (1994) e com os dados fornecidos pela Secretaria do Menor do Estado de

São Paulo que aponta como sendo de 58,6% os casos de negligência na faixa etária de 0 a 6 anos.

Na categoria “Denunciante”, foram encontrados os vizinhos em primeiro lugar (30,0%), seguido pelos parentes e pessoas não identificadas nos B.Os.(20,0%). Por ser uma violência praticada exclusivamente por membros da família, é natural que tenha como denunciante pessoas distantes do núcleo familiar.(Tabela 30 e Gráfico 24).

Tabela 30 - Distribuição dos denunciante de negligência, segundo faixa etária das vítimas, Maringá - PR (1990-1993)

Denunciante Faixa Etária	Mãe	Pai	Irmão	Parente	Vizinho	N. C.	TOTAL	
							Nº	%
00 ---- 03	1	1	0	3	2	2	9	45,0
04 ---- 07	1	0	0	0	1	1	3	15,0
08 ---- 11	0	1	1	1	2	1	6	30,0
12 ---- 15	0	0	0	0	1	0	1	5,0
N. C.	1	0	0	0	0	0	1	5,0
TOTAL	3	2	1	4	6	4	20	100,0
%	15,0	10,0	5,0	20,0	30,0	20,0		100,0

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum.

Gráfico 24 - Distribuição dos denunciadores de negligência em Maringá - PR (1990-1993)

Na Tabela 31, pode-se verificar que a negligência atinge ambos os sexos, com leve predominância do sexo masculino (53,1%), sendo que apenas na faixa etária de 0 a 3 anos, foi encontrado o sexo feminino como principal vítima.

Tabela 31 - Distribuição dos agressores, segundo faixa etária e sexo das vítimas de negligência, Maringá - PR (1990-1993)

F. Etária /sexo Agressor	0 -- 3		4 -- 7		8 -- 11		12 -- 15		16 -- 18		N. C.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pai	2	3	3	2	0	1	1	1	0	0	1	0	7 (41,2%)	7 (46,7%)
Mãe	3	6	2	1	2	1	2	0	0	0	0	0	9 (52,9%)	8 (53,3%)
Madrasta	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 (5,9%)	0 -
TOTAL	5	9	5	3	3	2	3	1	0	0	1	0	17 (53,1%)	15 (46,9%)
%	29,4	60,0	29,4	20,0	17,6	13,3	17,6	6,7	-	-	5,9	-	100,0	100,0
													32	

FONTE: Boletins de Ocorrências da D. P., D. M., C. Tutelar, Fórum

3.8. Visão Panorâmica

Diante deste levantamento, chegou-se a conclusão de que a violência que atingiu crianças e adolescentes no período de 1990 a 1993 tem as seguintes características:

- **de 0 a 3 anos:** Dos 46 casos encontrados nesta faixa etária, percebeu-se que a violência física foi a mais freqüente (50%), seguida pela negligência (30,4%). Cabe salientar que 43,8% dos casos de negligência ocorreram nesta faixa etária, tendo a mãe como principal agressora. O pai foi indicado como principal agressor nos casos de violência física.
- **de 4 a 7 anos:** Nesta faixa etária a violência física, que abrange 41,5% dos casos denunciados, atinge mais o sexo masculino (63,6%), tendo como agente agressor,

a mãe. Em segundo lugar surge a violência sexual (28,3%), tendo como principais agressores os parentes (avô, primo e padrasto).

de 8 a 11 anos: A violência física atinge nesta faixa etária tanto o sexo masculino, quanto o sexo feminino (33,3%), sendo que em relação aos agressores, na violência física familiar, a mãe agride mais as meninas e os pais agredem mais os meninos, enquanto que, na violência física causada por terceiros, o principal agressor em ambos os sexos, é o “conhecido”. A violência sexual, nesta faixa etária, também surge em segundo lugar (21,4%, tendo como principais agressores os “desconhecidos” de maneira geral, e o padrasto, quando este tipo de violência ocorreu no âmbito familiar. Cabe salientar que a maioria dos casos ocorridos de violência sexual contra o sexo masculino se deu nesta faixa etária (87,5%).

de 12 a 15 anos: Foi encontrada a violência física como sendo a mais freqüente (63,0%), tendo como seus principais agressores os vizinhos e conhecidos. Em segundo lugar, surge tanto a violência psicológica como a sexual (17,3%) Na agressão psicológica, a mãe e o pai são os principais agressores, enquanto que, na violência sexual, estes são os parentes e conhecidos.

de 16 a 18 anos: a violência física continua sendo a agressão mais denunciada (69,9%). O cônjuge é o principal agressor, seguido por conhecidos. Sendo que foi a única faixa etária na qual o sexo feminino foi mais vitimizado fisicamente, tendo como principal agressor o “marido ou companheiro” nos casos de violência física familiar, e o “conhecido” nos casos de violência física causada por terceiros. Em segundo lugar, nesta faixa etária surge tanto a violência sexual quanto a psicológica (15,1%), e ambas tem no sexo feminino as suas principais vítimas. O agressor mais freqüente da violência sexual foi o “desconhecido”, enquanto que na violência psicológica foi o “conhecido”.

No Gráfico 25, abaixo relacionado, pode-se perceber que o principal tipo de ocorrência dos casos de violência praticado contra crianças e adolescentes em Maringá-PR, no período de 1990 a 1993, conforme o quadro epidemiológico traçado neste capítulo, foi a violência física, que atingiu 63,8% do total das denúncias, sendo que entre estas a violência familiar, ocorreu em proporção menor (48,2%) que a violência física causada por terceiros (51,8%).

Assim, este estudo localizou como principal agressor o pai, para ambos os sexos, em quase todas as faixas etárias, sendo que, somente na faixa de 8 a 11 anos encontrou-se a mãe como principal agressora.

Por fim, pode-se dizer ainda que a violência física familiar, nesse período em Maringá, atingiu ligeiramente mais o sexo feminino (53,9%) do que o sexo masculino (46,1%).

Gráfico 25 - Situação da violência física em Maringá-PR (1990-1993)

Tendo delimitado a violência física familiar com crianças e adolescentes no contexto das violências ocorridas em Maringá, questões como: de que maneira os atores sociais vivenciam este tipo de violência, ou seja, como agredem, por que agredem, como se sentem ao serem agredidos, não podem ser respondidas sem a concorrência das vozes dos atores que dela participaram direta ou indiretamente.

Assim, reconhecendo que a compreensão das “circunstâncias” em que ocorre a violência física familiar é um ponto chave para que esta possa ser combatida em sua gênese, o próximo capítulo trará algumas dessas “vozes” para o centro do “cenário” aqui delineado. Este recurso, comumente designado por “qualitativo”, busca algum entendimento dos significados que envolvem e desencadeiam o tipo de violência aqui retratado.

CAPÍTULO IV

4. VIOLÊNCIA FÍSICA FAMILIAR NA ÓTICA DE QUEM A VIVENCIA

*Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei
Transformai a velhas formas do viver,
Ensinai-me ó Pai o que eu ainda não sei,
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei.*

Gilberto Gil

Após situar e delimitar a violência física familiar que atingiu crianças e adolescentes entre 1990 a 1993 em Maringá, buscou-se, a partir dos dados coletados, compor dois estudos de casos baseados na história de vida (tópica) de famílias envolvidas nesse tipo de violência, com a finalidade de compreender as circunstâncias em que esta se reproduz.

Neste estudo, a violência está sendo compreendida como um processo de dominação e demonstração de poder que, por sua vez, nega a saúde dos atores sociais que a vivenciam, tornando-os, ao mesmo tempo, vítimas e vitimizadores. Tal processo só pode ser apreendido através do estudo das múltiplas implicações (sociais e psicológicas) resultantes das relações sociais que integram o núcleo familiar a ser investigado.

Segundo Minayo (1992:37), “nenhuma das linhas de pensamento sobre o social tem o monopólio de compreensão total e completa sobre a realidade. A ela nos ascendemos sempre por aproximação”. No entanto, mesmo entendendo a impossibilidade de obter a compreensão total do processo da violência física familiar, as observações foram encaminhadas no sentido de procurar uma

aproximação dessa realidade através da detecção do “fato” e da descrição das “circunstâncias” em que os atos violentos se deram.

Portanto, após a apresentação do quadro epidemiológico das ocorrências dos casos de violência física familiar em Maringá, para se buscar o *valor* e o *significado* desse tipo de violência que transformou em vítimas crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, trabalhar-se-á, neste capítulo, com Histórias de Vida Tópica dos integrantes dos dois núcleos familiares escolhidos.

4.1. Família I

Composta por três elementos: o pai (Sr V) - 47 anos

a filha (M) - 13 anos

a madrasta (Dona Z) - 52 anos

Essa família vive em casa própria, de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma varanda. É uma casa asseada e repleta de mobílias.

O pai, o Sr. V., foi casado duas vezes. Sua primeira mulher abandonou-o deixando-lhe uma filha pequena (M.). Sem condições para cuidar da criança, sozinho, ele entregou sua filha M., aos cuidados da avó paterna. Com a morte da avó, a pequena passou a morar com uma tia e quando o Sr. V. se casou pela segunda vez com Dona Z., a filha M., que nessa época estava com seis anos de idade, veio morar com o casal.

Embora católica, a família freqüentava, na época da entrevista, uma igreja evangélica.

Nas quatro visitas realizadas a essa família, o pai, que é paraplégico, encontrava-se sempre presente, assistindo televisão e a filha lavando roupas ou

limpando a casa. Dona Z, a madrasta, foi encontrada apenas duas vezes, pois é ela quem tem a responsabilidade de fazer compras e os pagamentos. Durante as vezes em que se encontrava em casa, Dona Z. estava sempre descansando e queixando-se de “falta de ar”. Dona Z. é uma senhora obesa, anda devagar, fala pausadamente e aparenta tranquilidade.

A filha, M., é esguia, tem os cabelos compridos, aparenta ser recatada, tímida e submissa. Fala pouco e, ao chamado de um dos pais, atende prontamente.

O Sr V. foi pedreiro e se aposentou por invalidez depois de sofrer um acidente vascular cerebral que o impossibilitou de continuar trabalhando. A vida econômica desta família aparenta ser estável, apesar de viverem com parcimônia, como pode-se verificar na seguinte fala:

“ É os dois salários. É o meu, o da mulher também que ela é aposentada. Ela foi operada dos pulmão, só tem um pulmão. Então, ela aposentou. A minha aposentadoria mistura os dois salários. Da pra pagar água, luz e comer. Passar disso não passa mesmo. Às vezes eu falo pra ela:

-Z., quer comprar isso?

-Mas é caro, a gente está com pouco dinheiro

-Mas dá pra comprar, não é? Ainda sobra dinheiro aí?

-Sobra.

-Então compra. E se hoje não comprar e amanhã a gente amanhecer morto?”.

A situação econômica estável também é confirmada no depoimento de sua esposa:

“A nossa vida é maravilhosa porque tudo o que eu quero Jesus dá pra gente. Tudo o que eu quero mesmo! Graças Deus não passo necessidade. Minha casa tem de um tudo. Porque quem

toma conta sou eu. Eu sei levar a vida econômica, economizo o máximo, não desperdiço as coisas... O dinheiro dá pra comprar remédio, tanto pra mim quanto pra ele... ”.

O relacionamento familiar parece ser tranqüilo:

“...nós vivemos bem. Ele é maravilhoso comigo, com a filha. Tanto faz agora como quando ele estava doente. Nós vivemos muito bem, graças a Deus” (Dona Z.);

“tem dia que eu vou deitar e falo:

- Hi! minha velha, hoje eu estou tão feliz! É uma paz gostosa dentro da gente. Parece que é uma alegria na gente... Assim, sozinho, feliz!

Tem dia que eu deito no chão, e ela fala assim:

- Mas, larga de ser porco, aí deitado no chão. O chão tá sujo.

Eu falo assim:

- Eu estou feliz é assim. Você não vê falar que quem é feliz é quem anda sem camisa? Eu estou só de calção, daqui a pouco tiro o calção e sou feliz a mesma coisa” (Sr. V.).

Como pode ser constatado por estas falas de M., nelas transparecem também uma certa tranqüilidade na vida familiar:

“Eu sou feliz... Acho que eu sou querida em casa...”

Quando interrogada, sobre as brigas e violência atual, Dona Z. informa que isso raramente acontece:

“Não... não vou dizer que não briga nenhuma vez, mas é muito difícil. Nunca ele me bateu, tanto que nos tratamos de “bem”. Eu que sou mais brava pra ele”

Já a vida passada parece ter sido conturbada desde a infância, como também nos primeiros casamentos do Sr. V. e da Dona Z.

O Sr. V. é o mais velho de cinco filhos, nasceu com um defeito físico nos pés, foi criado na roça e nunca freqüentou uma escola. Diz ter sido uma criança pacata e não ter tido muita diversão. Começou a trabalhar aos doze anos de idade colhendo café, milho e feijão e conta ter apanhado muito desde pequeno, tanto do pai...

"Viche, eu apanhei muito, demais! Meu pai batia com o que ele tivesse na mão: pau, cipó, cabo de enxada, mão, cinta. Às vezes, se era em casa, apanhava de cinta, corda. Tinha um reino assim... Uma guasquinha trançada de couro. Ele batia com aquilo!",

quanto da mãe...

"Quando a gente era pequeno e estava em casa, então nós malinava. Malinava assim, brincava em cima da cama. Minha mãe usava acolchoado de penas e aí caia penas no chão. Ela batia em nós por causa daquilo. Mas o batido dela não era só de relar a mão não. Era mesmo pra cortar, ficar lombo de sangue preto, pisado.

Eram surras que, segundo o Sr V., "machucavam", como ele explicava:

"Fiquei machucado muitas vezes... Quando ele via que a gente estava na mão dele, ele derrubava nós e pisava com o pé e com a mão batia. Era de arrancar serrilha mesmo... E era por qualquer coisa";

"A mãe batia mais que o pai, batia mesmo. Mas de forma mais leve. Não era que nem o pai. O pai quando pegava era pra deixar machucado mesmo! "

Sua esposa conta que também teve uma infância repleta de maus tratos:

“Até 12 anos eu morei com a minha família. Depois, meu pai morreu e eu fui morar com outra família. A mulher era professora, minha madrinha. Aí lá passei a ficar doente de tanto trabalhar, sofrer. Judiaram muito... Passava fome, apanhava muito. Até que adoeceu meu pulmão”.

O relato de Dona Z. revela que ela continuou sofrendo agressões físicas em seu primeiro casamento:

“Batia quando brigava e ele bebia pinga. Aí, ele batia sim. No sábado, domingo, quando ele bebia. Mas o normal dele era uma maravilha, uma maravilha!”

Tanto o Sr.V. como Dona Z. fizeram questão de enfatizar que as agressões que haviam sofrido eram diferentes das agressões praticadas contra a filha:

“Tinha dia da gente apanhar vinte minutos. Nós ia apanhando, apanhando, apanhando. É que nem eu falo pra essa menina aí (aponta a filha que estava limpando a casa):

- De vez em quando eu dou umas surras nela, mas a surra minha é... Se chegar a dez pancadas é muito! Eu escolho o lugar pra não machucar. Porque eu sei que tenho a mão pesada. Se eu for bater assim... Mas, assim mesmo, aviso um mês, dois, três meses. Teve uma coisa aí que avisei mais de um ano... Não faça isso que eu não quero. Você não está sabendo que isso é assim? Ainda explico... Ela teima, teima, vai teimando, aí eu pego ela, enfezo, e pego ela pra bater”.

Dona Z. também faz questão de diferenciar a violência sofrida, da violência praticada contra a enteada M. Acredita que as agressões sofridas foram originadas pela maldade das pessoas com quem conviveu:

"Isso era maldade deles. Porque, olha, eu fazia de tudo para aquela gente... Cuidava tudo certinho! E eles me batiam à toa simplesmente... Não é caso de agressão, assim de nervoso. É uma judiação. Porque gosta mesmo de judiar..."

Ao contrário das agressões das quais tinha sido vítima, praticadas pela maldade das pessoas com as quais convivera, Dona Z., desculpa as agressões praticadas pelo marido contra a enteada explicando que elas têm origem em seu nervosismo, bem como pela necessidade de disciplinar a menina:

"...filha você não abusa do pai, porque ele é um homem doente. Caso contrário... A mãe não, a mãe tem paciência. Mas ele é muito nervoso, coitado! É da doença!;"

"...nem que a pessoa não quer, fica nervoso!"

*"Às vezes é necessário. Quando ela desobedecia:
- Oh, filha! Você vai em tal lugar, você volta logo!
Ela falava que ia em tal lugar e ia em outro. Ia pra escola e demorava, não chegava na hora certa em casa. Então, era preciso..."*

Como se pode constatar pela fala seguinte, uma segunda diferença é enfatizada em relação às surras das quais fora vítima com as surras praticadas contra sua filha. Segundo o Sr. V., além das surras que levou serem muito mais pesadas, ele esclarece que também apanhava sem saber "o por quê":

"Meu pai quando dava fê, já estava grudado com a gente. Estava batendo já! Tinha vez que a minha mãe é quem batia em

nós, sem sabermos o que era. Batia, batia, batia e depois perguntava:

-Você sabe porque esta apanhando?

-Eu não sei, porque é?

-É por causa disso, disso, disso.

Aí contava o que era. Coisa mínima! Quantas vezes eu apanhei sem saber porque era."

Para o Sr V., ele apanhou quando criança porque fazia "arte". Hoje, bate em sua filha porque ela não escuta seus conselhos, deixando-o nervoso. Assim, descreve esses momentos de ira da seguinte forma:

"Bato quando sinto muita raiva. É preciso eu estar nervoso, nervoso mesmo, de vir aquela... Parece uma nata que tampa a vista da gente e quando a gente vê, a gente já esta em cima. Aí, a carne fica assim no corpo, tremendo de raiva. Aí, é perigoso!"

Mas, mesmo considerando que toma certos cuidados ao bater, também reconhece que é violento em seus momentos de ira:

"As pessoas agride com violência. É onde eu penso cada vez de bater nela. Eu preciso cuidado! Muitas vezes, eu acho o corpo dela reto pra mim bater. Mas eu não bato de qualquer jeito. Já peguei uma mangueira... Se bater com força, aquela mangueira corta mesmo! Eu já rachei a cara dela com isso, a frente, assim... Se eu der uma chicotada com raiva eu machuco a menina. Deus me livre! Então, eu saio pra trás... Eu já peguei ela umas duas ou três vezes desse jeito!"

4.1.1. O "Fato" em Várias Versões

No Boletim de Ocorrência, localizado nos processos do Fórum, encontra-se a seguinte denúncia:

“Que a declarante estava fazendo a tarefa escolar na mesa da cozinha quando seu pai chegou e disse para a mesma que fosse para o quarto acender uma vela na cabeceira da cama (fato que tinha ocorrido no dia anterior). Que o pai da declarante estava bêbado e dizendo que ela havia acendido a vela debaixo do pano, começou a bater com um pedaço de mangueira de gás de cozinha. Que a declarante ficou toda marcada, que a mão esquerda ficou bastante inchada. Que em seguida a surra o pai fez a declarante dormir sentada debruçada na mesa da cozinha. Que seu pai e sua madrasta não deixaram a declarante ir à escola e nem mesmo sair para fora de casa para que os vizinhos não vissem.”

Na versão do Sr. V. o mesmo ato, é assim relatado:

“Eu cheguei do centro da cidade, tava a velinha acesa... Não, eu cheguei em casa, tinha um rapaz que morava comigo e ele disse: - Ué, velho! Que negócio aquele em cima da cama? Estava uma vela acesa na cabeceira da cama com a cortina por cima da vela, com o travesseiro na beirada da cortina. Aí, eu falei com ela. Não bati não! No outro dia, a vela queimada em cima da mesa. Eu tornei a falar dessa vela. Catei ela e dei um cacete! Eu tinha tomado umas pingas, que naquele tempo eu bebia. Aí, eu bati! Aproveitei e bati mesmo! E, andou assinalando muito ela. Aí, vieram aqui, não sei quem é que viu. Deu denúncia minha na delegacia da mulher. Aí, veio a polícia me buscar. Eu fui com a menina até lá no I.M.L. passar um exame nela. Passaram. Eu voltei pra trás na delegacia da mulher. Aí, fiz lá um negócio lá. No outro dia fui no Fórum, falei com eles lá. A menina falou. Aí, mandaram eu vir embora. Vieram mais umas duas vezes e não falaram mais nada. Era pra mim comparecer, mas eu estava com derrame de novo, não andava...”

Como se pode observar as declarações do Sr. V. assemelham-se ao relato constante do B.O. Os mesmos coincidem em dois pontos: ele estava alcoolizado

quando bateu na filha, sendo motivo da violência o fato de M. ter acendido uma vela na beira da cama.

É importante verificar que, de acordo com seu depoimento, Dona Z. qualifica, igualmente, a enteada como a causadora do problema:

“Eu não estava em casa. Eu estava em Bela Vista. Mas entendi, quando fiquei sabendo, que ela estava errada, né? Onde se viu?! Ele estava no comecinho de ficar doente. Ele já era nervoso mesmo. E, quando as pessoas estão para ficar doente, como ele ficou, dá o derrame nele... Porque é o terceiro marido meu que já deu derrame! Eu já sei como essas coisas são. Então, essas coisas vão deixando a pessoa nervosa, nem que a pessoa não quer fazer fica nervoso. E, nessa época, ele bebia um pouco também. Aí, eu cheguei e achei que a menina estava errada. Onde se viu por fogo em cima da cama? Se ele não visse, punha fogo na casa. Valeu que eu tinha um sobrinho que morava comigo e ele viu. Aí, foi ver a velinha estava em cima da cama, cobertinha. Se ninguém visse não ia pegar fogo? Mas, não era preciso assim bater, bater. Mas ele não tem paciência!”

Na fala de Dona Z., o agressor também aparece como vítima das circunstâncias provocadas por sua doença, já que é a doença que responde pelo seu nervosismo a ponto dele bater na filha. Ela, (Dona Z), conhecedora dessas circunstâncias, entende as razões do Sr. Z. e o desculpa. Não busca as explicações da enteada, culpando-a de incendiária. Atenua sua responsabilidade dizendo que não estava em casa e que, portanto, não viu e, conseqüentemente, não pôde impedir o espancamento de M. Ao lamentar que "não era preciso bater assim", acaba concordando que o ato tinha sido violento.

No decorrer das entrevistas, no entanto, acaba ficando claro que Dona Z. omitiu o fato de ter estado presente no dia em que a enteada foi espancada, com um agravante: o de ter colaborado ativamente para o acontecimento, incentivando o marido a bater na filha, o que, certamente, a torna cúmplice do ato de violência.

“Eu tinha tomado umas pingas... Começaram a falar, falar, falar! A mulher ficou brava com ela e me deu raiva daquilo. Quando eu vi, já estava batendo...” (Sr. V.).

De acordo com indicações claras, colhidas no decorrer da entrevista (Dona Z. aparecia seguidas vezes como "a mulher") pode-se constatar que Dona Z. incentiva, inclusive, o desencadear da "surra".

O depoimento da filha espancada ajuda a esclarecer as circunstâncias que desencadearam o acontecimento agregando outros motivos, além do nervosismo, como causadores da agressão sofrida: o pai não gosta de velas e a influência de terceiros:

“Porque eu acendi uma vela, na guarda da cama. Daí, meu pai ... Meu pai não gosta de vela. Então, chegaram do serviço e viram o clarão da vela. Daí, meu primo foi ver o que era. Era a vela. Meu pai ficou bravo comigo em um dia. Aí, no outro dia, meu primo foi encher a cabeça do meu pai. No outro dia, meu pai foi contar pra minha mãe. Ela estava viajando. No outro dia é que ela chegou, e falou pra mim fazer do mesmo jeitinho que eu tinha feito. E eu não conseguia fazer igual. Aí, meu pai ficou nervoso e me bateu ...”.

Na fala da vítima, ela apanhou porque não conseguiu colocar a vela acesa da mesma maneira que o fez no dia anterior, deixando o pai nervoso. Em nenhum momento, refere-se ao fato de ter podido causar um acidente. Parece não ter percebido, mesmo depois de ter sido espancada, o perigo que os pais acharam que estava correndo, omitindo, também, o fato do pai encontrar-se alcoolizado no momento da surra. Em sua fala, a culpa parece residir no fato do pai simplesmente não gostar de velas. A dedução muito simplista, para uma menina de 13 anos, parece ter sido elaborada para amenizar o fato de ter sido espancada violentamente por um motivo que macula a imagem do pai: ele estava bêbado.

M., mesmo dizendo que o que sofreu é uma violência, parece acreditar tê-la merecido:

“Apanho porque faço coisa errada. Ele fica nervoso. Ainda mais que teve derrame, fica mais nervoso ainda. É, eu acho que mereci ser castigada!”

O sentimento que a vítima expressa pela violência sofrida, quando se refere ao pai diretamente, é de conformismo. Esse sentimento qualifica tanto a fala anterior como a fala da madrastra, uma vez que, de acordo com as mesmas, parece ser comum entre elas desculpar os atos violentos do Sr. V. em razão da sua doença.

Em outros momentos, no entanto, ao abordar a violência, de maneira geral, M. descreve-a de forma parecida a de seu pai, revelando revolta e tendências semelhantes:

“A gente fica com uma raiva assim dentro da gente. É uma raiva assim... Parece que sobe uma coisa. Dá uma vontade de ir lá e meter o pau na pessoa.”

Estimulada a expor seus sentimentos sobre a questão, M., no entanto, revela em seguida acreditar no castigo como forma mais eficaz que as agressões físicas, para a disciplinarização:

“Se eu tivesse filhos e eles desobedecessem, eu ia dar castigo. Bater não! Castigo pra mim é a coisa mais triste que tem. Minha mãe me deixou duas semanas sem ir na igreja. Pra mim é o pior castigo.”

“Bater machuca se acertar nas costas. Em qualquer lugar não pode bater porque é perigoso, né? Eu morro de medo de bater.”

Vai que uma hora acerta na fonte" (referindo-se à região frontal).

Mas, contraditoriamente, é por meio das agressões físicas que M. reage, hoje, quando se sente agredida por colegas:

"Tem vez que eu até bato na pessoa. Eu até bati num moleque lá. Bati, empurrei, derrubei ele no chão porque ele veio me xingando e dando tapa em mim, puxando meu cabelo."

E justifica seu comportamento agressivo, semelhante ao do pai, igualmente, pelo nervosismo:

"Bato porque fico nervosa. Quando eu fico nervosa, meu Deus do céu! Esses dias atrás, eu estava nervosa e um menino veio encher minha paciência. Eu respondi mal pra ele. Mas só assim... Me dá aquele nervoso na cabeça. Minha cabeça parece que vai estourar de tanto nervoso."

Passados três anos entre o acontecimento relatado pelo Boletim de Ocorrência e as entrevistas, a situação parece ter se alterado. M., agora, é evangélica, o peso do acontecimento aparentemente se atenuou, muito embora não tenha sido esquecido e, aos 13 anos, parece ter aprendido a se livrar das surras:

"Eu não tenho apanhado mais. Eu não tenho feito mais bagunça. Se não faz coisa errada a gente não apanha."

Diagnóstico confirmado pela fala da madrastra:

"Algumas vezes eu dou uma varadinha nela. Quando ela era mais pequena. Agora não, agora ela está mocinha pra gente pegar e bater. É muito difícil eu bater nela."

No entanto, ao se olhar mais de perto para as circunstâncias atuais pode-se perceber que, além de ter crescido e não ser mais uma criança peralta, o fator principal que tem contribuído para M. não mais apanhar em casa, mesmo que não citado em nenhuma das falas da família, é, provavelmente, a dependência física do pai e a doença da madrasta. Ambos necessitam cada vez mais de M. É ela quem limpa a casa, lava as roupas, cuida do pai. Aos poucos, ao que tudo indica, a relação de poder na família está sendo alterada e, até mesmo, se invertendo.

Até bem pouco tempo, M. era uma criança que fazia “traquinagens”, como toda criança. Não contribuía com sua mão-de-obra para a manutenção da casa, era um ser dependente e, portanto, não detinha nenhum poder no seio da família. Hoje, a relação de dependência crescente, tanto do pai como da madrasta, parece ter atenuado, significativamente, a condição que, no passado, fez de M. um alvo das agressões físicas de seus pais.

4.1.2. A Violência Familiar Vista de Fora

Com o intuito de aprofundar a questão da violência física vivenciada pela família em questão, incluiu-se outros depoimentos, elementos que pudessem auxiliar sua compreensão.

Por entender que os vizinhos, de uma certa forma, compõem o cotidiano das famílias, principalmente em pequenas cidades onde a convivência das pessoas de um mesmo bairro é mais freqüente, favorecendo maior intimidade, procurou-se a pessoa tida como responsável pela denúncia do caso. A vizinha indicada por M. reside em frente à sua casa, diz ser casada, ter duas filhas (uma de três anos e outra de um), não trabalha "para fora" e será reconhecida aqui, como Sra. L.

Apesar de ter sido indicada como a suposta denunciante da violência física sofrida por M., negou ter denunciado alguém daquela família, ou mesmo daquele bairro e, mesmo vivendo na casa referida há dois anos, revelou nunca ter presenciado algum tipo de violência física na família vizinha.

No entanto, quando inquirida sobre o fato de M. ter apanhado dos pais, respondeu insegura:

“Que ela apanhou... De vez em quando! Qual pai que não corrige seus filhos, né? Como eu corrijo minha filha. Quando há um erro, eu bato. Mas, ver ela apanhando eu nunca vi”.

A fala da Sra. L. revela o consenso existente na sociedade atual sobre o direito dos pais baterem nos filhos: cabe aos pais a educação dos filhos e o uso de medidas coercitivas lhes são facultadas para atingirem esse fim, mesmo que seja através de práticas violentas. Essas “técnicas educativas” só serão consideradas violência quando ultrapassarem os limites impostos de forma subjetiva em cada

momento histórico de uma dada sociedade. Se os pais agridem os filhos dentro dos limites do que é considerado "normal", nenhuma atitude é tomada em defesa destes.

Além do mais, denunciar implica, sempre, agir em defesa de "alguém" e também contra "alguém", o que pode acarretar complicações posteriores. Por esse motivo, muitos preferem não se envolver nos problemas interfamiliares, como Dona L.:

"Eu nunca vi nada. Eu não gosto de estar me metendo na vida dos outros, né?".

Se essa mulher denunciou um caso de violência contra crianças ou adolescentes, hoje esse fato é negado terminantemente: nada sabe, nada viu, nada fez. E, se viu realmente alguma coisa, esta ocorreu dentro de um parâmetro tido com "normal".

4.2. Família II

Composta por oito membros, a segunda família assim será identificada:

Pai (Sr. A.) -54 anos.

Mãe (Dona R.) -34 anos.

Filhos: R.C.- 12 anos, (menina)

R.E.- 1 anos (menino)

R.O. - 10 anos (menino, principal vítima)

R.M. - oito anos (menino)

R.I. - sete anos (menina)

A. - quatro anos (menino)

A família mora em uma pequena casa de alvenaria, de quatro cômodos (dois quartos, sala, cozinha e banheiro), com poucos móveis, situada no bairro Morangueira. A rua é asfaltada, com rede de água, esgoto e luz elétrica. Apesar de estar situada em um bairro que oferece boas condições de vida, a casa é suja, o quintal não é bem cuidado, dando a impressão de desleixo e abandono.

A primeira vez que a família foi procurada, em uma sexta-feira por volta das 15 horas, somente o pai, Sr. A., estava presente. Este mostrou-se receptível e, após ter sido informado das finalidades do presente estudo, dispôs-se a colaborar. Assim, agendou-se a primeira entrevista para a segunda-feira subsequente.

No dia e hora marcados, o Sr. A. não se encontrava em casa, mas foi possível conversar com sua esposa, Dona R., que concordou em participar do estudo juntamente com o filho agredido. Nesse dia, estabeleceu-se uma conversação informal com a Sra. R., enquanto se aguardava o Sr. A.. Como este não regressou, agendou-se uma outra visita.

Novamente, no dia marcado, o Sr. A. não compareceu e, também, nos dias posteriores em que novas entrevistas foram marcadas. Por sugestão da própria Dona R., as visitas ao Sr. A. passaram a ser realizadas sem avisar com antecedência. Foi somente na quinta visita que ele pôde ser encontrado e, então, os dados necessários puderam ser coletados.

Essas idas e vindas em busca do Sr. A., facilitaram o relacionamento com a Sra. R. e com seus filhos. No período em que se ficava aguardando a presença do marido, pôde-se estabelecer conversas informais durante horas, o que permitiu uma maior compreensão do relacionamento dessa família.

Em sua entrevista, o Sr. A.. mostrou-se um pouco arredio no início, mas foi abrindo-se à medida que relembrava sua infância. Pernambucano, o segundo

de 10 filhos, começou a trabalhar desde pequeno na fazenda do pai, onde cortava mato e cuidava do gado. Diz ter brincado muito pouco quando criança sem muitos amigos. De seu pai, ficaram as seguintes lembranças:

“Meu pai era muito enérgico. Então, a gente tinha que respeitar ele. Se mandasse fazer uma coisa e não fizesse aí ele dava aquele depoimento dele. Punha de castigo. O castigo era não sair de domingo, era não ter liberdade de sair do trabalho. Acabava aquele serviço começava outro...”

No início, o Sr A., pareceu querer omitir ter apanhado do pai, mas acabou revelando o uso que o mesmo fazia da força física:

“Quando meu pai pegava pra bater, ele batia mesmo. Batia com vara de tanger boi. Se ele precisasse bater, ele batia. Batia com vara de marmelada. Só que ele não era de bater toda hora. Agora, a coroa...”

Passa a relata ter apanhado mais da mãe:

“Meu pai quase não parava em casa. Ele saía muito. Aí, minha mãe batia de vara, com corda. Bater, ela batia mesmo. Deixava marca na hora, mas depois saía.”

Apesar de dizer ter sofrido agressões violentas por parte dos pais, acredita tê-las merecido:

“As surras que eu apanhei eu mereci. Porque eu fiz arte que não podia. Apanhava quando fazia arte. Moleque não é santo. Eu merecia!”

Dona R., também criada na roça, trabalhou na lavoura dos 10 aos 18 anos. Diz ter tido uma infância tranqüila, apesar do muito trabalho e da pouca diversão. Na época em que vivia com os pais, conta ter apanhado da mãe diversas vezes:

“Apanhava assim da minha mãe. Quando eu fazia alguma arte, aí eu apanhava. Ela batia com uma varinha, com um chinelo. Com estas coisas assim.”

Na sua concepção, apanhava dentro dos limites do que considera normal e justo:

“Eu achava que era justo apanhar. É lógico, eu tinha feito arte! De ter ficado marcas no corpo, eu nunca apanhei.”

Aos 18 anos, Dona R. foi para a cidade, onde começou a trabalhar de doméstica, o que faz até hoje, aos 34 anos, para sustentar a família:

“Trabalho pra essa família e ela me dá a casa. Não pago aluguel, não pago luz, não pago água. É tudo descontado. Ela diz que desconta no meu pagamento mas não sei como ela desconta, porque eu recebo o salário, né? Por isso que dá. Antes disso, a gente passava até falta das coisas dentro de casa.”

Tanto nos depoimentos de Dona R., como nos depoimentos dos demais membros da família entrevistados, transparece o fato da vida familiar ser permeada por dificuldades financeiras, o que parece acentuar, significativamente, as dificuldades de relacionamento:

“Aqui em casa não tem jeito de se sentir amada. Assim querida, não! Sabe? Por causa de tantas coisas que ele faz. Por causa das brigas diretas com o meu marido.” (Dona R.).

"É difícil, porque a gente tem que comprar as coisas. Eu sou autônomo: compro e vendo sacos na firma. Tem dia que a gente não vende, mas o pão e o leite tem que trazer. De manhã, só na padaria, fica 2000 contos. Então, a vida é difícil" (Sr. A.).

O principal motivo das brigas, segundo Dona R., é o alcoolismo do marido:

"A pior coisa que tem aqui em casa é o relacionamento meu com o marido e dele com os filhos. Ele sai pra tomar uma pinga. Daqui a pouco ele chega em casa que nem um leão de bravo. É aí que a gente briga."

Da mesma opinião parecem compartilhar os filhos. Quando perguntamos a R.C. (12 anos), a única filha do casal que trabalha e mora fora de casa, onde preferiria morar, a resposta foi a seguinte:

"Ah, não sei! Às vezes, quando o meu pai não bebe eu prefiro lá, agora quando ele bebe eu prefiro mais aqui." (referindo-se ao seu lugar de trabalho).

Apesar das falas dos filhos e da mulher demonstrarem muito ressentimento o pai diz sentir-se amado em casa:

"Me sinto querido, porque a mulher, os filhos, a gente trata, põe comida."

Os atos violentos na família são generalizados. Do marido em relação à mulher:

"Ele bateu uma vez, logo que a gente se conheceu. Bateu que me deixou toda roxa. Aí, eu dei parte na polícia".

Da mulher para com os filhos:

“Eu bato nas crianças quando eu fico com raiva dele. Ele vai no boteco e não leva as crianças, daí o pequenininho vem pra dentro chorando e tem que segurá ele. Toda hora ele vai na venda e toda hora o pequenininho fica chorando pra ir junto. Aí, eu pego e bato nele. Fico com uma raiva que só vendo.”

Do marido para com os filhos, como revela a fala de Dona R.:

“Ele bate nas crianças pra machucar. Tem dia que ele pega esse aí (o filho mais velho, 11 anos), mais o R.O. (10 anos), amarra os dois e bate. Daí machuca os meninos todinhos. Eles ficam todos lanhados assim.”

No entanto, apenas a violência do marido parece extrapolar o limite da "normalidade". Tanto para os filhos que apanham, quanto para os vizinhos que assistem. Os atos violentos praticados pela mãe são considerados corretos:

“Minha mãe é boa, porque ela não bate muito em mim. Só quando eu faço arte” (R.E., 11 anos)

*“Às vezes apanho da minha mãe, quando teimo e ela fala:
- Não vai neste lugar que é perigoso. Aí, eu pego e vou. Ela me dá uns tapas com a mão ou de chinelo.” (R. C., 12 anos).*

“Minha mãe bate quando eu faço arte, quando eu brigo com o meu irmão e só. Ela bate de chinelo e cinta. Bate bastante.” (R.O., 10 anos)

“O que eu entendo dali, agressão da parte dela não tem. Ela é de chamar e conversar.” (vizinha)

Os filhos na família parecem ter incorporado a idéia de que a violência física praticada pelos pais é uma maneira natural de discipliná-los:

“Quando a gente faz coisa errada, a gente tem que apanhar mesmo.” (R.O. 10 anos).

Segundo o Sr. A., o motivo que o leva a bater nos filhos é a desobediência, isto é, sente-se desafiado em sua autoridade de pai:

“Umas pauladas, umas palmadas, isso aí eu faço diariamente. O moleque está na rua, não tomou banho, não jantou, eu quero ir dormir, chamo, não quer vir, então é onde eu tenho que dar umas palmadas.”

Solicitados a qualificar os atos do pai, o ponto de vista dos filhos revela que o mesmo bate quando está alcoolizado, mesmo sem motivo:

“Ele é ruim porque bate de mangueira em mim.

Por quê?

Por causa de nada, ele estava bêbado.” (R. E., 11 anos)

“Ah, meu pai quando fica bêbado assim é que nem ontem, ele ficou bêbado e me colocou pra fora. Fiquei fora de casa, na chuva.” (R.O., 10 anos)

“Ele é legal. O ruim é quando ele bebe. Fica chato! Fica dando bronca, brigando com os meus irmãos.” (R.C., 12 anos)

Apesar dos filhos apontarem o alcoolismo como o motivo central da violência praticada pelo pai, eles acreditam que essa é a maneira que o mesmo tem para discipliná-los:

“Meu pai bate porque acho que ele quer educar.” (R.E., 11 anos)

4.2.1. O “Fato” em Várias Versões

A descrição do fato violento envolvendo a família do Sr. A., encontrado no Boletim de Ocorrência da Delegacia de Polícia, local em que o mesmo foi denunciado, é sucinto:

“Compareceram neste plantão o P.M., fulano de tal, e o Sr. V., conduzindo o elemento A.S. por ter praticado lesões corporais em seu filho utilizando-se de um pedaço de pau, que arremessou contra o menor.”

Trata-se de um relato omissos que não descreve os motivos do ato do Sr. A. e que, tampouco, esclarece as circunstâncias que envolveram o acontecimento. Assim, quando o fato foi investigado através dos relatos dos atores nele envolvidos, direta ou indiretamente, tivemos as seguintes e diferentes versões.

Para a mãe, o caso deu-se da seguinte maneira:

“O menino estava aí dentro de casa com dor de cabeça e já tinha ajudado a arrumar a casa. E eu deixei a louça pro outro lavar. Ele chegou (o marido) e não deixou o outro lavar a louça. Disse que o R.O. que tinha que fazer isso. Daí, ele não quis lavar e saiu correndo. Daí, ele pegou um pau e jogou no rosto dele. Começou a sair aquela sangueira. Quando viu o que tinha feito fugiu, se mandou, foi embora. Deixou o menino aí. Daí eu fui atrás dele. Fiquei com bastante raiva mesmo.”

Como se pode constatar por esta fala, havia um motivo para o menino desobedecer as ordens do pai. Estava respaldado pelas ordens da mãe e com dor de cabeça. Com esses argumentos, a fala materna ressalta a insensibilidade e a covardia paterna. O pai foge ao invés de socorrer o filho machucado.

No entanto, aos olhos do pai, o fato apresenta-se diferente:

“Eu mandei ele lavar a louça, ele desobedeceu e saiu correndo. Eu peguei um pau e joguei nele pra ele parar. Não era pra acertar nele. Mas ele desviou do caminho e acertou nele. Ele caiu e eu fui buscar ajuda. Quando eu cheguei com o carro, a polícia estava aqui. Aí, eu voltei pra trás. Aí, a pessoa que estava me ajudando falou:

- Vamos voltar lá, que talvez eles já foram embora.

Quando nós voltamos estava os dois da polícia e a ambulância. Aí, nós voltamos. Eu segui a ambulância, deixei ele com o carro e fui pro postinho. Aí, quando cheguei lá procurei pelo moleque. Quando cheguei lá no postinho e procurei, a moça chamou a polícia. Aí, a polícia me prendeu. Mandou chamar a viatura. Enquanto a polícia demorou, o moleque estava fazendo o curativo. Eu saí primeiro do que ele. Eu estava com tanta maldade que eu tinha 15 contos no bolso e dei pra pessoa que levou ele no hospital. Falei:

- Você leva este dinheiro em casa, porque eu vou pra delegacia com o dinheiro, a gente sai e o dinheiro fica.”

Assim, na fala do pai, contrariamente à mãe, a agressão foi acidental, já que seu objetivo era apenas alertar o filho pela desobediência. Não foi o pau que acertou o menino. Foi o menino que correu "errado" na direção do pau. O fato causal do “acidente” foi a desobediência, "sem motivo justificável", do filho. O pai tenta socorrê-lo, mas tem que se esconder com a chegada da polícia. Em seu depoimento, o pai ressalta ter-se preocupado com o estado da criança, uma vez que, mesmo correndo o risco de ir preso, vai até o hospital à procura do filho.

Para o irmão, no entanto, o fato foi o seguinte:

“É que meu irmão não quis lavar a louça e depois ele saiu correndo por aqui, entrou ali dentro (aponta a casa da vizinha) e meu pai pegou um pau e tacou nele. Daí, saiu muito sangue e minha mãe pegou e foi secando o sangue dele.” (R.E., 11 anos)

No depoimento do irmão, a causa do ato violento foi apenas a desobediência do irmão. Não houve polícia, não houve fuga, sentimentos de raiva ou pena, apenas um ato de repreensão.

Para a irmã, o fato ocorreu da seguinte forma:

“Meu irmão estava na cozinha. Aí, minha mãe falou pro R.E. ir lavar a louça. Meu pai falou assim:

- Não! vai o R.O., porque a louça é do R.O.

O R.O falou que não ia lavar e saiu pra fora. Aí, meu pai falou pra ele voltar e lavar a louça. Ele falou que não vinha porque o meu pai ia bater nele. Aí, meu pai pegou um pedaço de pau e começou a correr atrás dele. Aí, quando chegou perto ele jogou o pau. O pau pegou aqui no meu irmão (mostra o rosto). Aí, ele caiu perto do portão. Quando meu pai viu que ia dar polícia no pedaço, ele se arrumou e saiu. Aí, a noite, depois, ele voltou. Daí a minha mãe não queria abrir a porta. Ele quebrou a porta. Eu e a minha mãe já tinha saído pela porta da cozinha, telefonamos pra polícia. Aí, quando a polícia chegou, ele já estava lá não sei onde... Lá no viaduto. Quando ele voltou a polícia estava vindo. Aí ele saiu correndo e a polícia pegou ele. Ele disse que deu dinheiro e a polícia soltou ele. Depois ele voltou, ficou sem falar com a minha mãe, ficou só dentro do quarto dele.”

Rico em detalhes, aqui encontramos o pai como um homem autoritário, violento enquanto a vítima é lembrada apenas pela sua desobediência. A fala descreve a fuga, o medo e o suborno da polícia. Circunstâncias anteriormente apontadas revelam que a violência prosseguiu com o Sr. A. quebrando a porta que a mulher não quis abrir e apresenta, ainda, um dado novo, que é o sentimento (talvez de culpa, remorso, humilhação ou raiva) revelado pelo pai que, após voltar da delegacia, o faz ficar isolado no quarto.

Segundo a vítima, a ocorrência deu-se assim:

“Meu pai mandou eu lavar a louça, eu falei que não ia e sai correndo. Aí, ele pegou um pedaço de pau e jogou em mim. O pau bateu aqui (mostra o rosto na altura dos olhos), eu caí, saiu muito sangue e me levaram para o hospital.”

Reconhecendo sua desobediência como o motivo causal do ato violento do pai, R.O. é sucinto e não entra em maiores detalhes sobre o acontecido. Não registra nenhum julgamento positivo ou negativo contra o agressor, descrevendo o acontecido sem dramaticidade. A lógica parece mecânica: “desobedeceu, levou uma paulada”.

A ausência de uma expressão de ressentimento da vítima difere do sentimento expresso pelo agressor,

“Senti culpa por fazer aquilo com o moleque.”

Em outra fala o Sr. A. revela um certo temor das conseqüências que aquele ato poderá causar em sua vida:

“Agora eu vou com o juiz, talvez seja condenado. Dia 4 de abril vou ter que responder. Talvez vou preso.”

Segundo Dona R., o medo de ser preso, revelado pelo Sr. A., gerou ressentimentos contra o filho e revolta:

“Depois disso ele melhorou um pouco, mas ele pegou ódio do R.O. Ficou com medo de ir preso. Ele fala que se ele for preso, ele vai tacar fogo em tudo.”

Sentimento igualmente compartilhado pelos filhos, contra o pai agressor:

“Quando eu apanho eu sinto raiva do meu pai.” (R.E. 11 anos)

ou, como na fala de R.O. (10 anos) que, solicitado a responder sobre seus sentimentos sobre o pai, não consegue expressar nada mais que um simples e significativo:

-Nada!

ou, como na mera constatação de R.E. (11 anos):

“Eu acho ele ruim porque bate de mangueira em mim”

No entanto, mesmo sentindo na pele o sofrimento físico e psíquico que o atos paternos violentos provocam, os filhos incorporaram a concepção de que bater (ainda que de forma mais amena) é uma medida disciplinar necessária que os pais devem cultivar:

“Quando os filhos fazem alguma coisa errada, os pais devem bater nos filhos. Bater, mas não com pau, dar paulada, espancar! Agora, assim com a mão, chinelo, essas coisas sim.”
(R.C., 12 anos)

“Quando a gente faz coisa errada, a gente tem que apanhar mesmo” (R.O., 10 anos)

Apenas um dos dois filhos entrevistados considera errado os pais baterem nos filhos:

“Acho que é errado porque machuca o filho.” (R.E., 11 anos)

Mas todos, quando se imaginam como futuros pais, revelam que não pretendem bater nos filhos, mesmo que estes façam coisas "erradas". Por convicção, ou por medo das conseqüências advindas. Assim, com R.O. (10 anos), foram obtidas as seguintes respostas:

- *"Quando eu tiver filhos, não vou bater neles.*
- Por quê?
- *Ah, porque sim! Se eu bater eu vou preso.*
- Sua mãe bate e não vai presa.
- *Mas isso é minha mãe, não é meu pai. Mas é que meu pai já me bateu um montão de vez.*

R. E. (11 anos), arremata dizendo:

- *"Se eu tivesse filhos, quando eles fizessem "arte", eu não ia bater. Colocava de castigo".*

No diálogo com R. O. (10 anos) pode-se perceber os sentimentos conflituosos dessa criança com relação aos direitos paternos de baterem em seus filhos. Ele não consegue dizer se a prisão é destinada somente aos pais e não às mães, ou se a mesma resulta da quantidade/qualidade das surras que esses praticam.

Pode-se perceber, ainda, que na família em questão, os filhos dependentes são objeto de atos mais violentos do que os reservados à filha trabalhadora. Provavelmente, isso deve-se ao fato de que a mesma não convive com os conflitos diários e de ter iniciado seu processo de independência financeira, além, é claro, de ser a mais "velha".

De qualquer forma, ao que tudo indica, a vida conflituosa do casal, vinculada às suas dificuldades financeiras, parece contribuir para o agravamento das práticas violentas contra os filhos.

No entanto, os filhos não consideram como violência os atos agressivos praticados pela mãe, uma vez que os mesmos se encaixam no limite aceito por eles dentro de uma concepção de disciplina diferente da agressividade do pai. Como na família anterior, o fator bebida entra novamente como o agente propiciador dos atos violentos e, como na fala da vítima da **Família I**, as crianças

desta família elegem o castigo, como a forma exemplar pela qual os pais deveriam disciplinar seus filhos.

4.2.2. A Violência Familiar Vista de Fora

Em uma das visitas feita a esta família, foi explicado a Dona R. sobre a necessidade de entrevistar alguém de sua vizinhança. Como no início da visita ela estava conversando com uma senhora que reside em frente à sua casa, acabou por indicá-la para participar do estudo.

A senhora indicada, apesar de dizer que iria comunicar o fato ao marido, inicialmente se prontificou a participar. Passado aproximadamente um mês deste primeiro contato, foi procurada. A rua em frente a casa da família em estudo estava estranhamente calma. Nenhuma criança jogando bola como sempre e nem os vizinhos pelos portões conversando. Em frente a casa da Família II, alguns móveis amontoados denunciavam uma possível mudança.

A pesquisadora bateu palmas junto ao portão da casa da referida vizinha para se anunciar, alguém espiou pela janela da frente, mas não veio atender. Tornou a chamar e não obteve resposta. Diante da situação foi procurada a vizinha ao lado. Uma senhora alta, mulata, chamada N., atendeu e diante da exposição dos objetivos do estudo prontificou-se a colaborar.

Dona N. revelou residir naquele local há 8 anos sendo vizinha da família em estudo há um ano. Dona N. é vendedora autônoma, solteira, tem uma filha de 18 anos. Sua casa está situada no lado esquerdo da residência do Sr. A., separada desta por uma cerca de bambus.

Resumindo o comportamento dos vizinhos, Dona N. relata o seguinte:

“Esse homem aí, segundo o que eu vejo, gosta de violentar tanto a mulher, quanto os filhos. Só sei dizer que a vida dela é um inferno. Você sabe o que é um homem chegar e querer a moral da casa. “Eu sou eu e jacaré é um bicho”, é o que se encontra ali. E tem mais... Ali é o seguinte: tanto faz ele como não ele. Os filhos quem veste, calça e paga o aluguel, é ela. Agora, a confusão de ontem é por causa que ele quer o pagamento dela todinho, sendo que não tem nada dentro de casa. Realmente, só entrando dentro da casa pra ver. É triste de ver a sujeira, a imundice, a pobreza. Só vendo pra crer!”

Assim, na concepção dessa mulher, o Sr. A. é descrito com a seguinte característica:

“Pra mim se trata de um monstro. Eu falo monstro pra homem desse tipo, que maltrata, que espanca, como eu vi e mais gente viu também.”

Dona N. sente-se revoltada com a violência praticada por seu vizinho e esse sentimento parece ser a mola propulsora que a faz agir em favor das crianças:

“Eu sou inimiga de discriminar os menores, principalmente as crianças. Eu já cheguei do meu trabalho e encontrei esse tal R.O., (10 anos) com um furo no rosto por paulada. Fui socorrer o menino, chamei a polícia, tudo, e criei caso com o marido da mulher. E o velho me marcou por isso daí.”

Mas como revela numa outra fala, Dona N. parece nutrir pelo vizinho um certo rancor que leva a pensar que, além de realmente sentir-se incomodada com a violência sofrida pelas crianças, há outros motivos que auxiliam nesse sentimento negativo nutrido:

“Enquanto eu podia dar atenção aos filhos dele, eu sabia onde eles ficavam, mas só que depois que ele me xingou de “nega do cão”, não deixa as crianças pegar uma manga no meu quintal, porque eu sou “nega do cão”, então eu não quis mais conversa com ninguém.”

Dona N. revela ter denunciado o Sr. A. mais de uma vez:

“Chamei a polícia uma vez ou duas, não sei direito. Duas vezes, por aí! Porque ele estava espancando a pequeninha, porque ela estava comendo na minha casa. Ele não admitia chegar e a filha dele estar comendo na minha casa. Pegou a menina pelo cabelo e saiu com a menina pendurada pelo meu portão. Aí começou a espancar a menina e a polícia veio.”

Apesar de sentir medo do comportamento violento do Sr. A., Dona N. faz suas denúncias tomando certos cuidados para não ser identificada:

“Ele não sabe que fui eu que chamei a polícia. Mas, depois veio aquele homem da L.B.A. Aquele que vem receber leite todo mês. Fez a ocorrência pra mim, me levou pra chamar a polícia fora da redondeza da vila. Me levou pra chamar a polícia lá no cortiço, pro velho não perceber.”

Apesar desses cuidados, o Sr. A. sabe que a vizinha já o denunciou e nutre por ela igual ressentimento. É o que se pode constatar se compararmos o relato acerca do mesmo fato e que, segundo a fala do Sr. A., deu-se de forma bem diferenciada:

“Já fui denunciado. Denúncia falsa. Outro dia, eu coloquei a menina pra dentro. Daqui a pouco, chegou a polícia perguntando. Eu falei:

- O que foi?

Eles falaram que eu tinha batido na menina, chutado. Eles receberam denúncia. Mandeí entrar pra ver, a menina estava comendo. Aí, eles foram embora. Foi a vizinha do lado que

denunciou, porque ela tem raiva. Eu não deixo as crianças ir lá porque ela manda eles ir comprar vela, essas coisas de macumba. Depois dá dinheiro pra eles, deixa eles mal-acostumados."

O medo das conseqüências desastrosas que o enfrentamento com o vizinho pode acarretar, faz com que Dona N. retraia seus impulsos para proteger as crianças vitimizadas:

*"Depois que ele arrancou o facão pro Sr. Zé, aí eu falei:
- Eu não vou mexer com este velho. Se ele invade aqui, então, o dia que esse velho abraçar o meu portão, eu não sou muito de agüentar desaforo, eu agrido também;"*

"Não vou mais mexer com esse velho, porque pra mim ele é louco. Foi aí onde eu encerrei os papos. Por mim, eles podem se matar. Eu tenho dó das crianças, que as crianças não tem nada a ver. Eu adoro os filhos deles. Só que não gosto dele de jeito nenhum."

Através do depoimento de Dona N. pode-se ter certeza que a família estudada havia vivenciado, no dia anterior, mais um episódio violento:

"O que aconteceu aí ontem! Por mim eu ajudava até a enterrar. Foi uma correria, deu polícia! Até cedi meu quintal pros policiais procurar ele. Fugiu do local, né? Depois, a polícia achou. Dizem que ele bateu nela e a vizinhança ferveu aí. A confusão de ontem foi por causa do dormitório que ela comprou. Ele xingou ela de tudo que ele tinha direito de chamar e depois a 'enforcou'."

Novamente essa família foi violentada: o pai agrediu mulher e filhos atraindo ódio e rancor. Tinha sido preso, e dali deverá sair acuado, magoado com

as reações causadas por seus próprios atos, provavelmente agindo conforme descreveu a filha anteriormente:

“Ele disse que deu dinheiro pra polícia e a polícia soltou ele. Depois, ele voltou, ficou sem falar com a minha mãe, ficou só dentro do quarto dele.”

O relato de Dona N. evidencia que o pai ultrapassou, em muito, seu limite do aceitável em praticar “atos disciplinadores” com os filhos. Além disso, os atos violentos exercidos contra a esposa parecem agredir sua condição feminina. A vizinha (Dona R.) está sendo espancada, juntamente com os filhos, por um homem economicamente em situação inferior. Questão assinalada repetidas vezes durante seu relato e, de certa forma, pouco compreensível para os padrões sociais vigentes.

4.3. A Visão da Escola Sobre Violência

Na sociedade atual, a escola é uma instituição em que, cada vez mais, a criança desenvolve a maior parte de sua socialização. Trata-se de uma instituição que é reconhecida, oficialmente, como um espaço de defesa dos direitos das crianças e do adolescentes, uma vez que, no Estatuto da Criança e dos Adolescentes, no Art. 56, consta que os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Nesse sentido, a escola seria por direito e poderia ser de fato, um local propício a reflexões sobre as relações entre pais e filhos em torno de questões concretas como violência, desnutrição, falta dos múltiplos recursos com que se defrontam, no Brasil de hoje, especialmente as famílias de baixa renda.

No entanto, em vez deste “lócus” ideal de defesa da criança e adolescente, a escola, seguidamente, tem servido como campo de diferentes formas de violência contra essas. Entre tais formas, pode-se começar, como bem lembra Piaget (*apud* Fichtner, 1985:87), reconhecendo que diferentemente de seu principal objetivo - que é a formação de homens que sejam capazes de fazer coisas novas e não repetir simplesmente o que outras gerações já fizeram - a escola tem auxiliado na repressão e coisificação do ser humano.

A "Conferência Mundial sobre Educação para Todos", de Jomtien (UNICEF, 1992), ao estabelecer que:

“Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.”

define, como *necessidades básicas de aprendizagem*, as ferramentas essenciais que possibilitam todas as outras etapas de aprendizagem posteriores e os

conteúdos básicos, onde estão incluídos, não somente os conteúdos teóricos práticos, mas também os valores e atitudes necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo.

Em sentido contrário, a Escola tem se revelado como uma matriz operacional da sociedade tecnológica, transmitindo sua ideologia e moldando o espírito dos homens para que aceitem essa ideologia (Fichtner, 1985: 87). Apesar de sua aparente igualdade, o sistema escolar não tem feito mais do que acentuar uma desigualdade fundamental. Além de não estar planejada de modo a compensar as carências culturais das quais são vítimas a maior parte da população infantil, separa as crianças cujas famílias participam da herança cultural que a escola transmite, daquelas que não encontram em suas casas nenhuma preocupação com as atividades escolares.

Fichtner (op.cit. p.89), em trabalho realizado com um grupo de professores e supervisores de uma escola cujos alunos pertenciam à classe alta e média, percebeu condutas típicas de maltrato aos alunos expressas através da negligência, do abandono, da falta de limites principalmente pela omissão por parte dos professores e da direção em assumir seus papéis de autoridade. Encontrou ainda, nesse grupo de profissionais, um alto nível de agressividade inconsciente, decorrente, não só de fatores intrapsíquicos, como também de insatisfação por parte dos professores quanto aos baixos salários.

Se estudo semelhante fosse feito em escolas cuja população integra estratos sociais de baixa renda, os resultados da violência praticada por professores, supervisores e outros, contra crianças e adolescentes, certamente também seria constatado - possivelmente em proporções mais amplas.

O mesmo pode ser dito quanto à omissão por parte dos professores e da direção em assumir seus papéis de autoridade, citada por este autor, e que pode

ser constatada frente ao fato dos representantes da Escola não assumirem a proteção de crianças e adolescentes violentados em suas famílias, através de denúncias junto aos órgãos competentes e/ou através de medidas profiláticas para o seu combate efetivo.

De posse dessa compreensão, a Escola das crianças que sofreram a violência física familiar aqui estudada foi procurada, com o objetivo de verificar a forma pela qual a instituição percebeu e enfrentou tais acontecimentos e quais as medidas adotadas diante da problemática em questão.

Para tanto, foram entrevistadas as professoras que as crianças indicaram como as "mais legais" e uma diretora, pois em uma das Escolas pesquisadas, a professora indicou que os atos violentos percebidos, eram passadas à direção, para que fossem tomadas as devidas providências.

4.3.1. O Olhar da Escola sobre a Vítima: Família I

M., ao ser entrevistada., informou que cursava a 5ª série de uma escola pública situada no bairro onde mora e que a professora que mais gostava, por ser a mais compreensiva, e por ter mais intimidade chamava-se "L."

De posse dessas informações, foi feito o contato com a professora na referida escola, que concordou em prestar informações sobre M., no mesmo dia em que foi procurada.

A professora L. descreve M. assim:

"Uma pessoa retraída, muito quieta na sala de aula. Não tem muito interesse nas coisas. O que a gente passa pra ela, que explica, ela não tem muito interesse. É quieta, fechada, desinteressada."

Embora não tenha compreendido o fato "como violência", a professora lembra que M. já havia feito referência sobre agressões sofridas:

"Não chega a ser violência, mas repreensão por parte do pai. Ainda perguntei o porquê. Ninguém repreende um filho se não houver um motivo. Aí, ela falou:

- Então eu devo ter merecido, porque eu saí de casa e não avisei. Então, tudo bem."

Relata, ainda, ter identificado em M. marcas físicas:

"Já vi sim. Ela falou que foi uma surra que ela levou, porque saiu e voltou tarde. Foi isso que ela falou pra mim";

"Eu vi marcas no braço dela e perguntei por que apanhou. Ninguém apanha à toa. Ela me disse que tinha apanhado porque tinha saído e não avisou nada em casa."

A estranha e contraditória concepção da professora L., acerca do que seja ou não violência, parece excluir a "surra" como uma expressão de suas formas. Ela jamais questiona essa forma disciplinar, justificando-a sempre através dos motivos que levam os adultos a "baterem" nas crianças ou adolescentes, isto é, os pais têm sempre o direito e o dever de bater nos filhos quando encontram um motivo para tanto, questão que, para a "educadora", encontra, inclusive, justificativas bíblicas:

"Eu sou mãe, tenho um filho de 17 anos e um de 14 anos e acho assim: educação você pode dar com conselhos. Se o conselho não dá certo, eu acho que deve dar uma chinelada. Daí, a espancar até arrancar sangue, pra deixar marca... Até um sinalzinho que passa rapidinho tudo bem. Eu já bati nos meus filhos e já falei também: quer ir no Conselho Tutelar pode ir. Porque menor não pode ser espancado, não pode dar um tapinha porque o pai vai pra cadeia, vai ser chamado. Eu não

tenho medo disso, não! Porque você pode ir, porque eu vou contar o que aconteceu. Se conversa não dá certo, então eu acho que uns tapinhas. Está até escrito na Bíblia, né? "Que a vara é a correção do filho", então..."

A concepção da violência impetrada por pais contra filhos, percebida na fala dessa professora, como também na fala da vizinha e dos diversos componentes da família em questão, é um ato socialmente aprovado que deixa de ser considerado "normal e necessário" apenas quando ultrapassa certos limites subjetivos.

Nesse sentido, a violência percebida pela professora de M. configura um ato aceito e considerado como normal, já que faz parte da prática de uma mãe que sabe o que faz. Sua posição como professora perante os casos de violência física, encontra uma justificativa institucional, que, segundo seu entendimento, a isenta de qualquer responsabilidade ou autoridade sobre a questão:

"Não tenho autorização da escola pra denunciar. Eu tenho que levar o caso à orientação, à coordenação. Daí, eles tomam alguma providência. Diretamente eu nunca tomei nenhuma iniciativa."

Esse quadro de responsabilidade aumenta em dimensão quando constata-se que a professora L. jamais conversou com os pais de M. sobre o seu aproveitamento escolar, ou seus problemas de saúde:

"Eu nunca conversei com os pais dela. Eu nem os conheço. Porque aquele dia que ela estava com a mão vermelha demais, eu trouxe aqui na escola. Tem outro caso também que ela tossia e ficava molhada, fazia xixi, também trouxe aqui para o postinho."

Quando se depara com indicações de violência ou de doenças específicas, L. considera, que seu único dever é o de encaminhar a questão às instâncias superiores. As suas ponderações, que funcionam como justificativa frente ao fato de não assumir completamente seu papel de educadora, ganham uma qualidade mais estranha e uma dimensão mais contraditória, ao se ter conhecimento que, além de professora, L. exerce também a profissão de advogada. O que, com certeza, torna-a mais responsável, ainda, sobre questões básicas de cidadania:

“Todo problema que acontece dentro da sala de aula eu passo pra diretora ou vice-diretora. É o máximo que eu posso fazer. Porque não tenho só ela de aluno, né? (...) Tenho 35, às vezes 40 alunos dentro da sala de aula e, se eu começar a me envolver muito com os problemas de aluno, aí eu tenho que deixar de dar aulas e me envolver mais nisto daí. Eu também sou advogada. Aqui eu optei para dar aulas. Vou continuar dando aulas e vou me envolver com o problema do aluno o mínimo possível. O que eu sei, tudo o que me falaram, eu passei pra direção.”

Esse quadro ganha mais um agravante, ao se descobrir que M. tinha abandonado as aulas dois meses antes de acabar o ano letivo, e que sua professora L. não havia se inteirado do fato, o que não é de se espantar, uma vez que, como já havia declarado, optou por não envolver-se com os problemas dos alunos.

O aluno "normalmente" desinteressado, com deficiências de aprendizagem em sala de aula, arredio e, com freqüentes marcas no corpo, apresenta as características típicas das crianças vitimizadas e todo professor/educador tem, por obrigação legal, tomar alguma providência em prol de crianças com tais características. Assim, o grave aspecto do comportamento da professora L. é que, tendo identificado todas essas características em M., ela tenha se omitido frente às suas responsabilidades, delegando-as a terceiros.

De posse desse depoimento, a direção da escola foi procurada com a finalidade de configurar sua prática frente aos casos de violência semelhantes aos quais M. foi vítima. Com o caso de M. em mãos, obteve-se como avaliação da Direção, um diagnóstico que localizava o problema em sua saúde e em seus hábitos de higiene:

“A menina tem problema de urina, tem dia que ela está toda molhada na sala de aula e ela já é mocinha. Então, a gente manda amarrar uma blusa na cintura e manda embora, porque não tem mais condições de ficar. A menina não tem higiene, a menina vem suja pra escola, às vezes até cheirando mal. Os alunos até a isolam dentro da sala de aula.”

Durante as visitas, M. esteve sempre cuidando da casa e nunca suja ou cheirando mal. Fica evidente, na fala da Diretora, a discriminação existente nesta escola quanto aos alunos pobres e que trabalham, mesmo que em virtude da sua localização e características, seja freqüentada por crianças e adolescentes pertencentes a estratos sociais menos privilegiados. O aluno pobre vive uma realidade certamente diferenciada que, seguidamente, a escola insiste em não ver deixando de tomar providências que contribuam para minorar a violência psicológica da qual essas crianças são vítimas preferenciais: a discriminação social.

Sendo assim, a Diretora revelou nunca ter identificado em M. marcas que pudessem ser relacionadas com algum tipo de violência física, bem como, qualquer encaminhamento por parte da professora acerca dessa problemática:

“A gente sempre conversa com ela. Ela nunca relatou nada (...) Ela diz que vai tudo bem, que ela adora a madrasta e adora o pai.”

Afirma,entretanto, ter fortes razões para suspeitar que M. não tem sido bem tratada em casa e que seus pais não comparecem à escola quando são chamados:

"A M. não está sendo uma menina assim...bem cuidada, tanto na responsabilidade do estudo... Dos pais não está tendo nada. A menina já reprovou o ano passado e este ano está sujeita novamente a reprovar, por falta de atenção, de ajuda da família. E o que a gente tem de fazer é chamar na escola, é conversar. Mas nada, nada eles tem ajudado a gente."

Mesmo a Escola tendo sido omissa no caso de M., a Diretora revela que em alguns casos consegue atuar em favor da criança:

"No ano passado nós tivemos uma aluna que veio assim espancada pra escola e imediatamente nós ligamos pro Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar veio, levou a menina, fez exame, chamou o pai, conversou e, a partir daí, mudou o comportamento da família. Pelo menos a gente não ouviu falar mais nada, porque quando tem, a gente procura ajudar, a gente não deixa."

Como já foi dito, M. desistiu de freqüentar as aulas um mês antes do término do ano letivo. Quando foi feita a entrevista com a professora e a diretora da escola, havia duas semanas que M. não comparecia as aulas e sua ausência não havia despertado qualquer interesse. Parece claro que, da mesma forma, a escola também não havia tomado nenhuma providência efetiva para minimizar a violência física familiar vivenciada por M., mesmo diante da possível identificação desse tipo de violência em sala de aula.

M. saiu da escola sem ter sido ajudada na escolarização, na orientação sobre higiene e saúde e em como exercer seus direitos de cidadania. Provavelmente, com o tratamento recebido na escola, pode fortalecer a idéia

apreendida em casa de que a criança é um saco de pancadas todas as vezes que o adulto assim o desejar.

4.3.2. O Olhar da Escola sobre a Vítima: Família II

R.O está na 2ª série de uma escola estadual situada perto do local onde mora. Diz não saber se é bom ou mau aluno, mas acredita que vai passar de ano (aproximava-se o final do ano letivo quando foi feita a entrevista). Refere fazer dois anos que estuda com a professora I., a qual leciona no 1º grau há sete anos.

A professora I. foi encontrada na escola, na qual tomou conhecimento da finalidade do estudo e da importância de sua participação. Como estava em horário de aula, a entrevista foi agendada para outro dia, no mesmo local.

Segundo a professora, R.O. tem o seguinte comportamento:

“Dentro da sala de aula ele é disciplinado, dá para você controlar. Fora da sala de aula ele é agressivo, sai sempre chutando alguém. É um pouco desatento, tem preguiça, falta bastante às aulas. É um aluno que tem dificuldade de aprendizagem.”

A professora informa que percebeu marcas no corpo de R.O. que poderiam indicar espancamento, mas como no primeiro caso, não procurou saber o que realmente teria acontecido:

“Que eu tenha percebido, não. Uma vez ele tinha uma marca, só que ele falou que tinha caído. As crianças comentaram e ele falou que tinha caído.”

Ela diz, ainda, que não é comum R.O. contar a ela ou aos colegas de classe, as vezes em que foi espancado, mas nesse período de recuperação escolar, no qual o número de crianças dentro da sala de aula encontrava-se diminuído, contou sua última experiência de violência familiar:

“Ele falou na sala pra todo mundo ouvir que o pai tinha sido preso, que tinha espancado a mãe. Daí eu perguntei pra ele:

- E ele, bateu em você?

Ele falou que sim.”

Em situações cotidianas de aula (classe repleta de alunos), R.O., omite seus problemas:

“Geralmente ele não conta. Não sei se por causa de muitos alunos. Porque, quando ele não vinha na escola eu queria saber porque, só que ele enrolava. Eu perguntava qual o motivo, ele falava:

- Eu não tenho motivo, não professora, eu não quero vir.”

Diante destas falas, conclui-se que, se a criança não houvesse contado os problemas de violência sofridos em casa, provavelmente estes não teriam sido identificados pela professora que tinha convivido com ela por dois anos, diariamente.

Além da violência física sofrida no seio familiar, R.O. também como M. foi vítima de violência psicológica na escola, como constata sua professora:

“Os outros alunos vêem o jeito dele e já vão marginalizando. É por causa da pobreza, de ser pobre. Sempre eu tenho chamado a atenção das crianças (...) Sempre quando o pai dele vem aí, as crianças falam:

- Olha professora, acho que o pai dele está bêbado.

Aí, ele fica bem chateado.”

(...) O R.O. está no grupo dos mais carentes. Eu, no começo do ano, faço um apanhado na sala de aula. Assim, a gente percebe a roupa, o traje dos alunos. Entregam o material na minha mão e durante o ano eu entrego conforme a necessidade do aluno. Mas ele não tem cuidado."

A fala da professora I. exemplifica com exatidão como as escolas ainda se encontram à parte do enfrentamento da problemática da violência física familiar, embora deveriam ser uma das mais importantes instituições na detecção, denúncia e orientação das famílias frente a situações como as que estão sendo aqui investigadas. Considerando-se que, mesmo a violência psicológica, principalmente na forma de discriminação de alunos pobres, negros, doentes, entre outros, é combatida eficientemente dentro da escola, o que se pode esperar quanto à violência física familiar que ocorre fora de seus muros?

4.4. Como Interferir no Ciclo da Violência Familiar, Segundo Vítimas e Vitimizadores

Neste estudo, percebe-se que os atores sociais investigados ultrapassaram os limites da violência considerada normal.

Na primeira família, parece claro que a filha só deixou de ser agredida fisicamente quando a relação de poder intrafamiliar se modificou. Uma modificação causada principalmente pela doença que tornou os pais dependentes dos cuidados da filha.

De certa forma, nessa família, as circunstâncias que levavam à prática da violência parecem ter sido superadas. Seus componentes foram unânimes em afirmar que vivem bem. A filha refere que "quase já não mais apanha" e acredita

que conselhos são medidas positivas para o auxílio de outras famílias que vivem problemas semelhantes:

“As famílias que os filhos apanham do pai têm forma de serem ajudadas. É a gente dando conselho, muito conselho.” (M. 12 anos)

Na segunda família, onde os episódios violentos vêm se repetindo, sem perspectivas próximas de serem superados, as opiniões sobre as intervenções propostas para ajuda são diversas:

“É tão complicado essas coisas, pra ele parar de beber, parar de bater. Bater só quando fosse necessário, mas não com borracha.” (R.C., 12 anos)

“Eu queria que você falasse pro meu pai que assim não dá certo. Que ele parasse de beber, pra não ser tão violento. Ou, se ele quisesse sair, deixar as coisas que minha mãe comprou, levar só o que ele comprou, sei lá, mandar ele parar de ser agressivo.” (R.C 12 anos)

A mãe da Família II parece não ter outra solução para o problema que vivencia ou de outras famílias que passam por problemas semelhantes que não seja a própria transformação da constituição de sua família:

“Ah, eu não sei! Aqui, só se ele fosse embora pra melhorar.” (Dona R,)

Na concepção da vizinha, de forma semelhante, somente a saída do pai do meio familiar poderia resolver o problema:

“Eles têm que separar. Ele tem que sair da vida dela, por causa que só Deus pode fazer a cabeça dele. Ela já tentou a justiça e

falou pra mim que vai existir uma hora que ela vai matar ele.”.
(Dona N.)

Conforme diálogo com R.E. (11 anos), somente o “impossível” pode resolver

“- Como você acha que as famílias cuja mãe ou pai bate muito nos filhos, poderiam ser ajudadas?

- *Não sei.*

- Como você acha que a sua família poderia ser ajudada?

- *Não sei.*

- Se você encontrasse uma fada, o que pediria para ser modificado na sua família?

- *Para o meu pai parar de bater em mim e nos meus irmãos.”*

As professoras também não apresentaram respostas ou proposições para fazer frente ao exercício da violência familiar:

“Olha, eu não tenho idéia no momento de nada o que a gente possa fazer porque aqui na escola a gente trabalha assim: escola-família. Mas tem família que a gente manda chamar, manda bilhetinho e não vem na escola. O pai não comparece, a mãe não comparece, é um desligamento total. Eles só vêm dia de matrícula e acabou. O compromisso que eles têm com a escola é no dia da matrícula. E durante o ano não aparecem. Não sabe se o filho está vindo para a escola ou não está vindo: se reprova, se não reprova, se ficou de recuperação. O pai está completamente alheio ao filho. Acho que ele deixou toda a responsabilidade para a escola e a gente não sabe como fazer”
(Diretora).

“Precisa de família mais estruturada. Mas, como ajudar !?”
(Prof. I.)

Assim, tanto a Diretora como uma das professoras compreendem que a questão da violência familiar é um problema a ser enfrentado. O que não acontece com a professora da primeira escola investigada que demonstrou visão diversa sobre o assunto: ou por não querer admitir sua impotência frente a uma questão que, no seu entender, está associada às condições de vida da família, ou por não encarar a violência física como um problema, já que confessou adotar o mesmo procedimento como medida disciplinar em sua própria casa:

“Eu acho que a única violência, a maior violência que tem com a criança é passar fome. É a fome a maior violência que tem. Eu acho que se a criança tem uma boa alimentação... Que as pessoas que estão interessadas mais em espancamentos estivessem interessadas em dar condições aos pais para dar alimentação aos filhos. Tudo isto melhoraria. A maior violência que tem contra a criança é a fome. Quanto à educação que os pais acham que receberam e estão passando para os filhos... Muita coisa passa de pai pra filho, tudo passa de pai pra filho. Eu acho que a maior violência que tem não é uma surra. Existem várias, depende do tipo de violência que você quer que eu diga. Existe estupro, seqüestro, magia-negra, tirar órgãos. Isso aí é maior violência que tem com a criança. Mas, a criança que está com o pai e a mãe no lar a pior violência é a fome, tanto para a criança quanto para os pais. Qual é o pai que vai ficar feliz vendo a criança com fome? Eu acho que daí é que gera violência. Essa que vocês falam de espancamento, de espancar...”(Prof. L.)

Como pontua a professora, todas essas questões são efetivamente formas de perversidades praticadas por uma sociedade fundada no exercício cotidiano de múltiplas violências. A partir desse diagnóstico, geral e trágico, enquanto a violência física familiar não for, como as demais formas de violência, compreendida como um problema de saúde

a ser enfrentado por todos os segmentos sociais, muito pouco, ou nada, poderá ser feito para o seu combate efetivo.

CAPÍTULO V

5. EM BUSCA DO SIGNIFICADO

A raiva dá pra parar de interromper
A fome não dá pra interromper
A raiva e a fome "é coisa dos home"
A fome tem que ter raiva pra interromper
A raiva e a fome de interromper
A fome e a raiva "é coisa dos home"

João Bôsko/Aldir Blanc

Para compreender melhor os **significados** da violência familiar - vivenciada pelos atores sociais integrantes dos núcleos familiares estudados - vislumbrados nas entrevistas realizadas, recorreu-se a uma técnica, denominada "Técnica de Associação de Imagem", que possibilitou uma confrontação com os dados obtidos.

Para tanto, foram traçadas circunferências em folhas de papel sulfite contendo as seguintes palavras: **Mãe, Pai, Violência**. Estas palavras, foram escolhidas como palavras-chave capazes de possibilitar, mediante associações com as falas das entrevistas, a construção de um certo entendimento sobre a problemática em questão.

Na pesquisa com a Família II, acrescentou-se a palavra **Marido** (na técnica aplicada com a mãe) e a palavra **Esposa** (na técnica aplicada com o pai), já que a entrevista realizada neste núcleo familiar apontou um relacionamento conjugal conflitante como fator desencadeador e estimulador da violência exercida sobre os filhos.

As folhas foram entregues aos componentes do núcleo familiar para que os mesmos escrevessem sobre o que pensavam (que imagens lhes vinham a mente) quando liam as palavras escritas. Essa técnica foi aplicada apenas com aqueles

que reuniam certos requisitos (saber escrever) e manifestaram o desejo de se submeterem à mesma. Quando as pessoas não sabiam e/ou não queriam escrever, o papel contendo o círculo era mostrado, cabendo ao pesquisador ler as palavras selecionadas e solicitar que os entrevistados revelassem as imagens que vinham à sua mente. Todas as palavras ou frases mencionadas pelo entrevistado eram anotadas pelo pesquisador.

Cabe ressaltar que a “Técnica de Associação de Imagem” foi aplicada individualmente após termos encerrado as entrevistas, com os membros anteriormente entrevistados.

Na Família I, não foi possível aplicar essa técnica com a Mãe (madrasta) pois a mesma encontrava-se ausente da cidade, não tendo sido encontrada em tempo hábil.

5.1. Família I

Diante da palavra **PAI**, as imagens expressas pelo Sr. V. foram as seguintes:

Deus

Fui filho sou pai

Família

Amigo

Companheiro

Amor

Respeito

Ao confrontarmos tais imagens e o conteúdo de seu discurso, quando entrevistado, percebeu-se, através de suas expressões, uma valorização da estrutura familiar e um sentimento de realização por ter formado uma **família**, apesar das dificuldades enfrentadas:

*“A mãe dessa menina aí, largou eu e a menina. Mas, eu falei:
- Com fé em Deus eu não vou morrer de fome. Você que ir então vá! Só que vai voltar pra ver essa menina um dia. Vai achar ela moça, vai achar ela criada, vai achar ela sabida, porque eu vou por ela na escola. Se Deus me der vida e saúde eu vou arrumar minha família, vou arrumar outra mulher. Você vai me achar dentro de uma casa, a casa minha mesmo, minha casa e minha família.”*

"V.", associa, ainda, a imagem de **Pai** à figura de **Deus**, onipotente, que deve ser respeitado acima de tudo e de todos. Um Deus que castiga os que não seguem seus mandamentos, como os ensinamentos Bíblicos mostram:

“(Meu pai era) enérgico, ele não era bravo, ele era enérgico, tudo o que ele falava tinha que ser.”

Baseado nessa concepção, como Pai, reage todas as vezes que se sente desrespeitado, desobedecido em suas ordens. É essa imagem de pai, que quer passar para a filha:

*“A gente tá falando, tá falando e faz (...) É eu falar uma coisa pra pessoa, aviso:
- Oh, fulano! Não faça isso. E explico porque é que eu não quero. Eu não quero porque isso vai acontecer assim, assim, assim.”*

Ela continua com aquilo. Então, é onde eu vou ficando enfezado, vou avisando, vou avisando, até que eu largo mão, não falo mais. É aí que ela faz arte, é a hora que eu bato nela.”

A imagem do Pai, **companheiro, amigo**, está associada à imagem que V. tem de um pai ideal e talvez pelo fato de ter tido seu pai sempre presente, fisicamente, apesar dos conflitos vividos:

“Na roça a gente ia trabalhar, nós dois pequenos (com o irmão). Junto com ele eu brincava escondido. Se eu fizesse qualquer sinalzinho ele ficava dando risada. Meu pai falava assim:

- Tão ficando doido!

Ele não sabia o que era e aí era gosto pra mim (...)

Nunca saímos pra roça dos outros sem ele saber. Sem ele estar junto. Porque se ele ia trabalhar nós ia junto, se ele ia ver a roça como é que estava nós ia junto. Todas as coisas nós estava junto.”

Da mesma forma, apesar das dificuldades iniciais para criar a filha, após ter sido abandonado pela mulher, esteve sempre presente durante a sua criação, fato que contribui para que se sinta **companheiro e amigo**, da filha.

As imagens expressas sobre **Violência** pelo Sr. V. foram:

Assassinato

Penso em Deus

Violência na Conversa

Violência no modo de agir

Violência com os filhos

Violência com o casal

Violência com a vizinha

Comida, bebida

Bebida principalmente

A imagem de “Assassinato”, citada pelo pai, pode estar expressando o fato de considerar como violência o grau extremo de agressão que leva à morte de outrem. Ressaltando-se o fato de que “assassinato”, foi a primeira imagem mencionada. Nesses termos, pode-se supor que, tanto as agressões sofridas na infância, quanto as cometidas contra a filha, não são encaradas como violência. Ou seja, o pai não se considera violento. Ele não cometeu um ato que possa ser considerado um “crime”.

Mas, mesmo admitindo o exercício de um grau menor de violência, V. relaciona a agressão sofrida e cometida com estar ou não consciente. É o caso de associar violência com a **bebida principalmente**:

“Eu tinha tomado umas pingas demais, começaram a falar, falar. Quando eu vejo já tava batendo.”

É o caso também de relacionar violência com o “estar fora de si”, “nervoso”:

“É muita raiva. É preciso eu estar nervoso, nervoso mesmo, de vir aquela... Parece uma nata que tampa a vista da gente. E quando a gente vê, a gente já tá em cima. Aí, a carne fica assim no corpo, tremendo de raiva. Aí é perigoso.”

Ao mesmo tempo, V. tem consciência da necessidade de controlar seu estado emocional que pode resultar em um grau extremado de agressividade:

*“Aí é perigoso (...) penso em Deus (...) Eu controlo pra não bater demais (...) E é onde eu penso cada vez de bater nela:
- Eu preciso cuidado. Muitas vezes eu acho o corpo dela reto pra mim bater. Mas eu não bato de qualquer jeito. Já peguei uma mangueira ... Se bater com força, aquela mangueira corta mesmo. Eu já rachei a cara dela com isso... A frente, assim. Se eu der uma chicotada com raiva eu machuco a menina. Deus me livre, então eu saio pra trás.”*

Para M. (13 anos), filha do Sr. V., diante da palavra **PAI** as imagens expressas são as seguintes:

Bom
Futuro
Certo
Legal
Amigo
Ensinar
Tratar
Ótimo

Observa-se que as imagens citadas, pelo pai e pela filha, em relação à figura paterna-agressora são semelhantes. Nada lembra violência e ambos expressam imagens positivas, sugerindo que a figura paterna é o alicerce que prepara as condições para enfrentamento de um mundo futuro, cujo dever é **ensinar** e que age **corretamente**, até mesmo quando recorre à violência física para disciplinar:

“ (Apanho), porque faço coisa errada.” (M. 13 anos)

Em relação à palavra **MÃE**, as imagens de M. foram as seguintes:

Pessoa que veio para nos ensinar, nos tratar
Ajudar a gente
Ensinar coisas certas para nós
Cada um tem o seu jeito bravo
Brava
Pessoa ótima que nos ensina ser gente boa, ter emprego, em fim, ter cultura.

M., atribui à figura da Mãe as orientações recebidas quanto a sua formação. Mãe representa orientação, o caminho da correção, "das coisas certas". Mãe é aquela que ensina a ser gente "boa", mesmo que para isso tenha que ser "brava", qualidade comum a qualquer pessoa.

Nas entrevistas, M. não fez menção a agressões praticadas pela madrasta, o que indica não se sentir violentada pela mesma. Parece ter assimilado as agressões sofridas, como práticas disciplinadoras

"Quando precisa, de vez em quando eu dou uma varadinha nela" (Dona Z.)

As associações de M. com relação à palavra **Violência** foram:

Mal

Raiva

Infelicidade

Maltratar

Conforme sua entrevista, M. diz que ao sentir-se agredida, reage da seguinte forma:

"A gente fica com uma raiva assim dentro da gente (...) Essa raiva é maior que o arrependimento de ter feito coisa errada. Muito maior. É uma raiva assim... Parece que dá uma coisa. Dá vontade de ir lá e meter o pau na pessoa."

Sente, portanto, vontade de agredir quando se sente agredida e atribui a causa de seus atos violentos à raiva sentida.

A definição de felicidade de M. é:

“Estar ao lado de quem a gente gosta e não passar tanta tristeza.”

Quando questionada sobre se é feliz em casa, responde:

“Eu sou feliz, mas gostaria de ser mais feliz do que eu sou.”

Ao expressar que gosta muito dos pais, como indica sua própria fala e da Diretora da Escola, M. pode estar associando os atos violentos e os maus-tratos recebidos, com o seu estado de “quase felicidade”.

5.2. Família II

O Sr. A., por sua vez, fez as seguintes associações com a palavra **Pai**:

Educação

Pessoa que tem o direito de tratar do filho

Trata do filho quando precisa

Deixa o filho ter liberdade

Não pode também deixar solto

Dar refeição

Filho cooperar com o pai

Vontade de conviver com o pai que é falecido

Quando se associa as imagens expressadas com os dados da entrevista do Sr. A., percebe-se que sua representação de pai ideal recai sobre alguém enérgico que seja o provedor da família e por este motivo deve ser respeitado:

“(Me sinto querido) porque a mulher, os filhos a gente trata, põe comida (...) Meu pai era muito enérgico, então a gente tinha que respeitar ele.”

Talvez por não conseguir prover o sustento da família, integralmente, devido as dificuldades econômicas que enfrenta e por depender da ajuda financeira da mulher, torna-se frustrado e, conseqüentemente, agressivo:

“Tanto faz ele como não ele, os filhos quem veste, calça e paga aluguel é ela.” (Vizinha)

“Meu pai fala que a minha mãe não compra comida, que ele é que sustenta a casa. Minha mãe é que compra tudo mais caro, ele só compra a comida que põe dentro de casa.” (R.C., 12 anos)

“Eu sou autônomo, compro e vendo saco nas firmas. Tem dia que a gente não vende, mas o pão e o leite tem que trazer. Então a vida é difícil.”

A imagem de **liberdade** parece estar associada aos castigos paternos:

“O castigo (do meu pai) era não sair de domingo, era não ter liberdade de sair do trabalho. Acabava aquele serviço, começava outro. O castigo era esse, ele dava outro serviço quando a gente terminava um.”

A expressão, **"não pode deixar solto"**, encontra ressonância no papel de pai ideal, que é o de proteger os filhos do perigo e maus costumes que podem ser encontrados fora de casa:

“Às vezes eu dou umas pauladas nele, ponho ele pra dentro (...) Eu não deixo as crianças ir lá porque ela manda eles ir comprar vela, essas coisas de macumba. Depois dá um dinheirinho pra eles. Deixa eles mal-acostumados.”

Como filho, acredita que **cooperou** com o pai:

“Trabalho, trabalho... Eu sempre trabalhei, porque lá onde me criei tinha gado. Nosso serviço era cortar mato e cuidar do gado (...) Naquela época estas coisas de brinquedo não podia, né? Então, eu vivia mais com o gado. Nós saía do pasto, ia tirar leite, acabava de tirar leite ia pro pasto.”

“Tratar”, para o Sr. A. além de significar **alimentar**, significa também **educar**. Quando se sente desrespeitado em sua autoridade de pai, acredita que tem o direito de “educar”:

*“Umas pauladas, umas palmadas. Isso aí eu faço diariamente. O moleque tá na rua, não tomou banho, não jantou, eu quero ir dormir, chamo, não quer vir, então é onde que eu **tenho** que dar umas palmadas.”*

A Violência sofrida na infância, causada pelo pai, e a praticada hoje enquanto pai, é percebida como uma prática disciplinadora necessária:

“Apanhava quando fazia arte. Moleque não é santo. Não vou dizer que eu era santo, porque moleque não é santo mesmo, né? Eu merecia.”

As imagens associadas à palavra **Mãe** foram:

Apoio

Ajuda

Dava comida

Tratava de mim

Associações que parecem demonstrar que se sentiu amparado, protegido pela figura materna, e não violentado, mesmo quando sofreu agressões:

“Quem batia muito era a minha mãe... De deixar marcas. Ela era uma mulherona, grandona. Deixava marca na hora mas depois saia.”

Ao que tudo indica, as surras dadas pela mãe foram assimiladas pelo Sr. A. como um fator positivo, como uma prática disciplinadora necessária e não como atos violentos.

Na mesma direção, as imagens associativas com a palavra **Esposa** foram:

Amar

Gostar

Brigar

que confirmam a relação conjugal conflituosa revelada durante as entrevista.

Sobre **Violência**, as imagens expressas foram:

Se defender

Correr

Agredir

Essas expressões indicam coerência com as atitudes tomadas, frente às situações violentas vivenciadas:

- quando **defende** sua autoridade de pai;
- quando pratica atos violentos contra a esposa por esta sustentar a casa fazendo-o sentir-se desmoralizado, **defende** sua autoridade de macho provedor;

- quando **corre** para não ser apanhado pela polícia; quando corre humilhado por estar fugindo (trata-se de um homem que quer ser respeitado pela sua autoridade de pai, mas que precisa fugir perante os olhos dos filhos, por medo das represálias policiais)

- sente-se **agredido**, quando os filhos desobedecem suas ordens.

A busca do Significado na leitura dos filhos

Na aplicação da "técnica de associação de imagem" com as crianças que foram entrevistadas na Família II, após explicação minuciosa da referida técnica, usou-se inicialmente, como exemplo, a palavra *Sorvete*. Quando elas disseram que haviam entendido a "brincadeira", passou-se então às três palavras-chave eleitas: **Mãe, Pai, Violência**.

R.O.(10 anos), vítima oficial, diante da palavra **Mãe** fez a seguinte associação:

Magra

Apesar de R.O. não ter feito, com a palavra Mãe, associações imaginárias que possibilitassem identificar seus sentimentos, demonstrou através de sua fala, durante as entrevistas, um certo conformismo sem ressentimentos:

"Da minha mãe eu apanho quase nada."

"(Ela bate) quando eu faço arte."

"É justo, porque quando a gente faz coisa errada, a gente tem que apanhar mesmo."

Parece ter assimilado as agressões praticadas pela mãe, como alguma coisa "normal", necessária para o seu disciplinamento.

O **Pai**, no entanto, visto como **bravo** e **ruim** na "técnica de imagem", desaparece na entrevista na frieza de uma palavra que soa bem mais terrível que qualquer qualificação negativa:

Bravo

Ruim

O que você sente por seu pai?

"- Nada."

De maneira contundente, R.O. associa **Violência** com os atos praticados por seu pai, denunciando os maus-tratos de que fora vítima:

Paulada

Varada

"Quando eu era pequeno, do tamanho do meu irmão (4 anos), apanhava com a mão assim fechada, cinta, com vara com espinho, vara de roça, sabe? Apanhei com aquilo, já!"

"Meu pai mandou eu lavar a louça, eu falei que não ia e sai correndo. Aí ele pegou um pau e jogou em mim."

R.O. atribui um significado diferente às agressões sofridas, causadas pelo pai e pela mãe. Sente-se violentado somente pelas agressões do pai.

O filho R. (11 anos), por sua vez, levando ao extremo limite a frieza demonstrada por R.O., responde da seguinte forma ao fazer suas associações:

Mãe: Nada

No entanto, apesar de não ter associado à palavra Mãe imagens positivas, durante a entrevista referiu-se a esta como sendo:

“Boa, porque ela não bate muito em mim. Só quando eu faço arte.”

Quanto a palavra **Pai**, a entrevista aprofunda seus ressentimentos contra o mesmo:

“Nada”

“Eu acho ele ruim, porque ele bate de mangueira em mim.”

Em relação à **Violência**, suas associações foram:

Apanhar

Matar

Apontam os limites extremos que os atos violentos podem acarretar. Parece identificar como violência somente os atos praticados pelo pai, o que indica tê-los assumido como tal, enquanto que as chineladas, palmadas, isto é, agressões mais leves, não foram consideradas como violência.

“Eu acho ele ruim porque bate de mangueira em mim”

Em relação à palavra **Mãe**, a filha R.C. (12 anos), fez as seguintes associações:

Nervosa

Amor
Bondade
Jeito que me trata
Amizade
Carinho
Bicicleta que ela vai me dar
Dinheiro que me dá para levar na escola

R.C. parece ver na mãe um “porto seguro”, tanto quanto ao aspecto emocional, como no aspecto econômico. Às vezes que “apanhou” da mãe, parece ter entendido ter sido alvo de práticas disciplinadoras mesmo se sentindo violentada, como pode perceber-se quando faz suas associações com a palavra **Violência** (como veremos adiante)

“(O relacionamento com) minha mãe é legal, mais legal do que com o meu pai.”

“Às vezes (ela bate) de chinelo ou com a mão.”

“Às vezes eu faço as coisas e me arrependo de ter feito aquilo, né? Depois, quando eles deixam eu me arrependo de ter feito aquilo. Agora, quando eles me batem, fico com raiva, mas aí eu depois considero certo. Eu acho que é justo.”

Em relação a palavra **Pai**, R.C. fez as seguintes associações;

Bondade
Beber cerveja
Bater no irmão
Xingar
Parar de beber
Faz mal
Pode prejudicar as pessoas

Considerando a bebida como a causa do comportamento paterno violento, tais associações podem estar indicando que o pai é visto como uma pessoa boa, apesar de violento. R.C. parece não se sentir violentada pelas agressões do pai, mas entende como violência as agressões do pai em relação aos seus irmãos:

“Às vezes ele é legal. O ruim é quando ele bebe. Fica chato. Fica dando bronca, brigando com os meus irmãos.”

Quanto à palavra **Violência** suas associações imaginárias foram:

Pai batendo nos irmãos

Às vezes eu vejo a minha mãe me dando uns tapas

R.C. é a única entre os três filhos do casal que parece não se sentir violentada pelas agressões do pai, e sim pelas agressões da mãe.

5.3. Comentários

Pode-se concluir diante dessas expressões imaginárias, que para a Família I, o passar do tempo contribuiu positivamente para que mesmo os atos de violência extremados, como no caso do Sr. V. para com sua filha M., fossem assimilados como práticas educativas.

Os componentes dessa família desenvolveram o arquétipo de Pai-Criador, segundo Colman (1988:21), para quem o papel de pai está associado diretamente com o “Criar” isto é: a função do Sr. V. foi cumprida a partir do momento que criou M. Esta lhe deve obrigações como a “criatura” deve ao “Criador”. Portanto,

hoje doente, o Sr. V. recebe sem sentimentos de frustrações ou culpa, os deveres e obrigações de sua filha.

Para todos os componentes dessa família, a violência física é uma prática disciplinadora que os pais tem o direito e o dever de aplicar em seus filhos.

Na Família II, apenas as agressões do pai significam violência, talvez porque seus componentes assimilam o arquétipo do Pai-Céu, do autor já citado, para quem o pai deve ser o protetor e provedor da família. Função que ao ser desempenhada pela Mãe, torna-o mais agressivo, em relação aos filhos molestando-os cotidianamente. Apenas a filha mais velha não se sente vitimizada pelo pai, mesmo porque vive distanciadamente o cotidiano familiar.

A descrição apresentada neste trabalho reforça a visão de que a violência física é disseminada socialmente e apresenta significados diferentes, de acordo com a história de vida dos componentes dos núcleos familiares investigados, subjacente a sua própria história familiar.

Em relação às famílias estudadas, pôde-se perceber que para os pais - hoje agressores, e vítimas do passado - as violências praticadas contra os filhos têm como justificativas a disciplinarização, podendo ser interpretadas como a reprodução e re-edição do processo de violência que vivenciaram em suas infâncias.

O poder disciplinador do pai fica mais evidente quando este se sente ameaçado por perceber no filho alguma resistência à sua autoridade, autoridade reconhecida como socialmente legítima. A opacidade do poder disciplinar, conceito empregado por Foucault (1987), explicita-se quando este poder é ameaçado. Em se tratando dos “agressores”, principalmente no caso da Família II, este poder apresenta-se enfraquecido, em virtude do pai ter perdido seu papel de provedor das necessidades básicas familiares.

As agressões físicas praticadas pelas mães, geralmente não foram percebidas como violências provavelmente por estarem dentro dos padrões socialmente aceitos e reconhecidos como práticas disciplinadoras. De acordo com Marques (1994:36),

“...não é o uso da força de agressões físicas do pai sobre a criança ou o adolescente que se reconhece como violência, mas sim a intensidade e a localização deste ato violento”.

Este, é o principal obstáculo do combate à violência física familiar. Enquanto essa violência for compreendida apenas como os atos que laceram, ou matam, a sociedade como um todo continuará acreditando que os pais têm o direito ou a obrigação de agredirem seus filhos em nome da disciplinarização, da “educação”, sempre que eles se “desviarem” da norma estabelecida socialmente, que atribui aos pais papel privilegiado de principais agentes disciplinadores.

Segundo Foucault (1987:191), o poder “disciplinar” atinge a realidade mais concreta do indivíduo - seu corpo - com táticas específicas que visam a maximizar a docilidade e utilidade, ordenando as multiplicidades humanas. As relações de poder entre pais e filhos, assumem formas concretas com o objetivo de fazer dos indivíduos, entidades “saúdáveis, normais e produtivas”. Por meio da norma e sujeição à força da disciplina, justifica-se o uso da agressão física, seja em qualquer grau de violência como um meio para atingir um fim legítimo.

Entre as principais vítimas das suas famílias, percebe-se que apenas os atos do pai da Família II (Sr. V.), assumem o significado de violência para os componentes desse núcleo e para aqueles que os presenciaram. Como hipóteses explicativas para este fato, levantou-se alguns pontos a título de reflexão e de possíveis caminhos de investigação, quais sejam:

- 1) Temporalidade.

O fato de R.O. ser espancada constantemente pelo pai e do espaço temporal entre o ato violento denunciado e a época da entrevista ser relativamente pequeno (menos de um ano), contribui para que, em sua mente, os sofrimentos físicos e psicológicos pelos quais tem passado estejam ainda muito presentes, sem muitas elaborações a respeito.

As surras sofridas por M. já não mais tão freqüentes, por motivos anteriormente citados e, ao contrário de R.O., o espaço temporal entre a violência denunciada e a época da entrevista ser mais distante (três anos), podem justificar a incorporação de outros componentes valorativos na elaboração do sofrimento vivenciado.

2) Estágios diferentes do desenvolvimento.

R.O., 10 anos, sexo masculino, é uma criança que analisa a situação através do fato vivenciado, ou seja, do “aqui e agora”, e, diante dos fatos, ele se coloca como centro desse acontecimento, em consonância com o estágio de desenvolvimento em que se encontra.

M., 13 anos, sexo feminino, é uma adolescente, fase em que já incorpora como seus, os valores dominantes. Ressalta-se ainda que, no momento da entrevista, M. se diz freqüentadora assídua de uma igreja evangélica, o que poderia estar contribuindo, de certa forma, para uma atitude de conformismo e de aceitação das agressões paternas. Se isso for uma verdade, a relação assimétrica entre pai-filha foi mantida em sua essência, travestida como relação dependência/submissão do “agressor” com relação a agredida, embora aparentemente sugira a leitura de uma transformação das relações de inversão de posições.

3) Relacionamento conjugal

Na família de M., o pai parece viver em harmonia com sua esposa e esta, por sua vez, justifica positivamente os atos violentos do marido com a enteada, o

que pode estar contribuindo de forma favorável na formação da sua imagem de pai.

Na família de R.O., a mãe vive em constantes atritos com o pai, fato que pode estar exacerbando a violência física familiar entre todos os seus membros. O fato do Sr. A., não conseguir prover o sustento da família contraria o seu próprio arquétipo de pai, contribuindo negativamente na relação com os seus filhos.

Outros pontos poderiam ser ressaltados, dependendo da intenção - antropológica, psicológica, sociológica, política, entre outros - do pesquisador. Porém, não constitui preocupação desse estudo adentrar o universo complexo, dessas ciências. Tem-se consciência de que se trata de uma leitura parcial e inacabada, entretanto, de todo o caminhar, fica a consciência clara de que a violência física familiar, seja em qualquer nível em que se proponha estudá-la implica pisar no terreno movediço das relações sociais que se expressam concretamente em famílias reais imersas em realidades historicamente situadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se bastasse a canção da esperança
Pra inundar de alegria
A tristeza de nossas crianças
De cantar morreria
mas quem sou eu?
É preciso muito mais
gente cantando
É quase um esforço sobre-humano
Pra conseguir mudar os planos
É preciso muito, muito mais
gente cantando*

Eros Ramazzotti/Piero Cassano

Este estudo permitiu constatar que é nas relações assimétricas de poder entre o adulto e a criança, o homem e a mulher, que se encontram os fundamentos da produção e reprodução da violência física familiar e, se esta violência perpetua-se é porque aquelas relações continuam a existir. No passado, o pai podia matar seus filhos com a permissão da sociedade, hoje pode espancá-los apesar de leis que impõem certos limites, sem lograr, contudo, debelar efetivamente a violência que continua sendo praticada por muitos deles.

Muito embora as leis postulem questões objetivas, os limites de sua atuação parecem sempre depender de uma compreensão subjetiva dos atores sociais envolvidos com a problemática em questão, ou seja: o que vem a ser, ou não, um ato violento. É apenas quando este extrapola os limites do aceitável, que as dúvidas acerca do seu caráter violento deixam de existir. Mesmo obedecendo às classificações convencionais, como estabelecida nesse estudo (violência física,

sexual, psicológica, negligência), a violência parece estar sempre relacionada aos valores culturais e sociais de uma determinada época ou local.

Em Maringá-PR, por exemplo, entre 1990 a 1993, identificou-se violência física como sendo a principal causa de denúncias de agressões contra crianças e adolescente, seguidas pela violência sexual, violência psicológica e, em último lugar, pela negligência.

No quadro epidemiológico traçado no segundo capítulo, pôde-se constatar que a violência denunciada contra crianças e adolescentes, ocorre de maneira diferenciada da violência noticiada nos jornais locais. Fato que pode indicar a existência de uma maior sensibilização da população sobre os casos de violência sexual em detrimento da violência física. Trata-se de uma problemática que, em Maringá-PR, tem sido veiculada pela imprensa de maneira mais sensacionalista do que objetiva, indicando que seu maior intuito não é informar a população.

Identificou-se também, no período estudado, que tanto a violência noticiada como a denunciada, apresentam um declínio em 1993, após a implantação na cidade do Conselho Tutelar, em 1990. Esse ato pode estar evidenciando uma mudança do comportamento da população frente à questão. Sob um olhar otimista, estes dados poderiam indicar também que os casos de violência contra crianças e adolescentes realmente têm diminuído. Mas, sob uma perspectiva mais realista, esses dados podem estar apontando para a desmotivação da população em estar denunciando os casos de violência.

Nesse estudo, pôde-se constatar ainda que as denúncias de violência física, de modo geral, mostram que esta atinge mais o sexo masculino do que o sexo feminino. Da mesma forma, quando enfocou-se a violência física familiar separadamente, a pesquisa indica serem as meninas suas vítimas preferenciais. O mesmo não ocorrendo com a violência física causada por terceiros, que aponta os meninos como vítimas centrais.

Assim, pode-se concluir que a violência física familiar apresenta o pai como principal agressor, tanto para as vítimas do sexo masculino, quanto para as do sexo feminino. No entanto, quando se analisam os casos em que a mãe foi a agressora, vê-se que esta aparece como sendo aquela que violenta fisicamente mais as meninas do que os meninos.

Os casos denunciados de violência física familiar encontram-se principalmente na faixa etária de 12 a 15 anos e de 8 a 11 anos, enquanto a violência física causada por terceiros acomete mais a faixa etária de 16 a 18 anos. Este fato pode estar relacionado com a questão de que, quanto maior a idade da criança, maior sua independência perante os pais, tanto em nível econômico, como em nível de responsabilidades familiares, diminuindo a relação de poder dos pais frente aos filhos.

Na fala dos agressores de hoje, vítimas do passado, e de uma certa forma também no presente, percebe-se que as violências sofridas por eles, enquanto crianças, têm uma conotação diferente dos atos violentos que praticam em seus filhos. Apanharam por maldade, sem critérios, sem motivo aparente que validasse tanta agressão, apesar de terem compreendido que as surras foram necessárias. Batem para educar, por entenderem que tem um motivo justificável: a desobediência, a teimosia. Não batem para machucar (racionalmente acham até que escolhem o “melhor” lugar do corpo) e quando machucam os filhos, isso ocorre acidentalmente. Portanto, mesmo que as justificativas alegadas sejam diferentes, de uma forma ou de outra, acabam sempre por reproduzir a violência sofrida.

A julgar por esse processo, as vítimas de hoje, agressores em potencial do futuro, apesar da mágoa sentida misturada com revolta, aceitam que a violência sofrida é necessária. Somente a abominam quando ela ultrapassa os limites entendidos como “normais”. Por terem sofrido agressões muito violentas (surras com instrumentos que podem causar sérias lesões), incorporam a idéia que as

práticas consideradas mais leves de violência física (chineladas, palmadas, puxões de orelhas, etc.) não são exatamente violências, mas sim atos disciplinadores.

Tais atos circulam no imaginário social como permitidos e até mesmo necessários, tanto por parte das vítimas como pelos agressores e pelos que, direta ou indiretamente (vizinhos, professores, entre outros) tomam parte no exercício cotidiano da violência física familiar.

O presente estudo, apesar de ter focado a violência física familiar em Maringá sob diversos ângulos e ter atingido os objetivos inicialmente estabelecidos, não deve ser encarado como um produto acabado e nem apresenta ou poderia apresentar propostas definitivas para a eliminação de uma problemática tão ampla e tão complexa. Pretende, no entanto, contribuir com reflexões que auxiliem a compreensão da mesma.

O combate da violência física familiar não pode ocorrer somente através da identificação precoce dos casos, como também da implementação de leis que protejam a criança e o adolescente. Apesar da importância de medidas como estas, observa-se que a origem da problemática que envolve a Violência Física familiar reside em uma concepção errônea da sociedade acerca do direito dos “mais velhos” em “disciplinar” as crianças através de práticas coercitivas em maior ou menor medida sempre violentas.

Quanto mais violentas são as agressões sofridas na infância, parece que o limite diferenciador de violência aceitável como prática disciplinadora é sempre mais amplo. Nessa senda de raciocínio, acredita-se que é na linha imaginária que divide os atos violentos entre “disciplinadores e violência”, que se encontra o mais importante obstáculo para o combate da violência física familiar.

Assim sendo, se as violências físicas sofridas na infância e na adolescência servem como exemplo para atitudes disciplinadoras, frente à ausência de outros

modelos de práticas educacionais baseadas no respeito mútuo - que envolve a aceitação das diferenças entre o mundo adulto e o mundo da criança mais que, contudo, não os tornam desiguais - é bem provável que, no futuro, as vítimas apenas reproduzam a violência aprendida e, o que é pior, possivelmente nada farão para o combate de um mundo adultocêntrico que edifica seu poder mediante o exercício da violência. Um poder possível de ser reduzido quanto maior for a compreensão crítica que nós, enquanto cidadãos e profissionais, tivermos dessa problemática. Faz-se necessário, portanto, buscar estratégias de ações efetivas para o enfrentamento dos mecanismos que geram a violência física familiar, como de resto qualquer outro tipo de violência.

A Enfermagem defronta-se continuamente, em sua prática cotidiana, com as vítimas da violência, sejam os agredidos ou os agressores. Nesse sentido, faz-se necessário que os profissionais de enfermagem estejam atentos e preocupados com essa problemática. Evidencia-se, entretanto, que esta preocupação deve estar permeada pela busca de uma concepção mais ampla do que venha a ser violência, na tentativa de extrapolar os limites contraditórios que se impõem sobre os atos que são considerados violentos ou não.

Este trabalho pode auxiliar nessa busca, uma vez que pretendeu entender a violência como um processo que se evidencia pelo fato e pela circunstância. Ao ouvir todos os envolvidos nesse processo, percebeu-se que a violência está presente na sociedade como uma prática cotidiana. A relação entre agressor e agredido é permeada pelas relações de poder a que somos acostumados a vivenciar em todos os espaços sociais, e que se reproduzem nas famílias e relacionamentos familiares.

A questão sobre a concepção de violência e seu poder disciplinador não é respondida em sua totalidade neste trabalho. A sua complexidade deve ser alvo de outros muitos estudos. Acredita-se, entretanto, que o mesmo aponta para a importância da mudança da direção no tratamento desta problemática,

entendendo-a como um processo muito mais amplo do que o fato violento, e que necessita de todo o empenho dos profissionais das diversas áreas para o seu combate efetivo, visando a construção de uma sociedade mais justa.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUDELO, S.F. Violence and health: preliminary elements for thought and action. *Int. J. Healt Serv.*, 22:365-76, 1992.
- ARIÈS, P. A família e a cidade. In: Figueira, S.A. & Velho G., coord. *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Campus, 1981.p.13-35.
- _____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- AZEVEDO, M.A. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo, Roca, 1988.
- AZEVEDO, M.A, org. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu, 1989.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado, o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARDAIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 1988
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Violência contra a criança e o adolescente-proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Brasília, 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto da criança e do adolescente*, Brasília, 1991.
- BRUSCHINI, M.C.A. *Mulher, e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CAMARGO, C.L. *Adolescentes confinadas: ações e representações sobre saúde*, 1990. [Dissertação de Mestrado- Escola de Enfermagem da UFRJ].

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PADRE MARCOS PASSERINI. *Era uma vez...dados da violência contra
criança e adolescente no Maranhão 1990-1993*. São Luis, 1995.

COLMAN, A. & COLMAN, L. *O pai: mitologia e reinterpretação de arquétipos.
Mitologia e Papéis em Mutação*. São Paulo Editora Cultrix.,1988.

CORBISIER, R. *Raizes da violência*. Rio de Janeiro, Civilização,1991.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In *Perspectivas
antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

DAMERGLIAN, S. Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grandes
centros urbanos. In: Steiner, M.H.C.F. *Quando a criança não tem vez:
violência e desamor*. São Paulo, Pioneira,1986. p. 1-15.

DESLANDES, S.F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência
doméstica: análise de um serviço. In: Minayo, M.C.(editor convidado).*O
impacto da violência social* (10)- supl.1,1994

ERLUNDE, M.R. Violência contra a criança também em cidades pequenas
In:Steiner,M.H.C.F. *quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São
Paulo, Pioneira, 1986. p.41-46.

FRANÇA, R.L.,coord. *Enciclopédia Saraiva de Direito*. São Paulo,1978.v.1, p238-
239.

FICHTNER, N.A escola como instituição de maltrato à infância. In: Lippi, J.R.S.,
coord. *A criança maltratada*. São Paulo, Almed, 1985.p.53-61

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, 1987.

- GALLARDO, J.P. As crianças mártires; o ponto de vista de um especialista em educação física. In: Steiner, M.H.C.F. *Quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São Paulo, Pioneira, 1986. p.17-27.
- GUERRA, V.N.A. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo, Cortez, 1985.
- GUERRA, V.N.A. Dez lições sobre violência de pais contra filhos, *Rev Rua Nova*, 3(2):29-36, 1986.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologia qualitativa na sociologia*. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, 1995.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1992.
- JAPAISSU & MARCONDES. *Dicionário básico de filosofia*. 2.ed Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993
- JAIME, M.L. Exclusão e violência. *Inf. INESC*. (55), 1995.
- KING, I. *A theory for nursing: systems concepts, process*. New York, John Wiley & Sons, 1981.
- LAURENTI, R. & MELLO JORGE M.H.P., *O atestado de óbito*. São Paulo, Centro da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1987.
- LÜDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- MACHADO, J.P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo, Ática, 1987. v.5, p. 399.

MARCONDES, E. *Pediatra básica*. 8.ed. São Paulo, Sarvier, 1991.v.1.

MARMO, D.,et all. Violência doméstica contra a criança (parteI).*J.Ped.*6 (71):313-16,1995.

MARQUES, M.A B. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Petrópolis, Vozes, 1994.

MELLO JORGE, M.H.P. Investigação sobre a mortalidade por acidentes e violência na infância. São Paulo, 1988. [Tese de Livre Docência - Faculdade de Saúde Pública da USP].

MINAYO, M.C. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, 6: 278-93, 1990.

MINAYO, M.C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*.Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 1992.

MINAYO, M.C.et. al. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. *Saúde em Debate*.(39):12-18, 1993.

MICHAUD, Y. *A violência*.São Paulo, Ática, 1989.

MOTT,L. Pedofilia e pederastia no Brasil antigo.In: Del Priore, M. *História da criança no Brasil*. S.Paulo, Contexto, 1992. p. 44-60.

MONTAGNARI, E. F. *Retratos do lugar de uma gente*. Maringá, Convênio Funarte/FUEM., 1988.

NEVES, M.F.R. Violência contra a criança escrava no século XIX. *Rev.Bras. Cresc. Desenv*, 2 (1): p.107-28, 1992.

ODÁLIA, N. *O que é violência*. São Paulo, Nova Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação estatística internacional de doenças: CID-10*. São Paulo, EDUSP, 1995.

OLIVEIRA, J. *Código penal/organização dos textos, notas remissivas e índices* 29 ed. São Paulo. Saraiva 1991.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PRADO, D. *O que é família*. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)

RASCOVSKY, A. *O filicídio*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.

REIS, J.R.T. Família, emoção e ideologia. In: Codo, W & Lane, S.T.M., orgs *Psicologia social-o homem em movimento*, 9.ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

SANTOS, H.O. *Crianças violadas*. Brasília, Ministério da Ação Social/Centro Brasileiro Para a Infância e Adolescência, 1991.

SANTOS, H.O. *Crianças espancadas*. Campinas, Papiro, 1987.

SANTOS, N.O.D. *Abuso sexual: vítimas das relações familiares*. Salvador, 1995 [Dissertação de Mestrado -Escola de Enfermagem da UFBA].

SAFIOTTI, H.I.B. *O poder do macho*. 5.ed. São Paulo, Moderna, 1987, (Coleção Polêmica).

SILVA, P. *Vocabulário jurídico*. 8. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1984.v.4.

SPINK, M.J.P & GIMENES, M.G.G. Práticas discursiva e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e sociedade* 3(2): 149-171, 1994

UNICEF - *Educação para todos: e as ONGs? contribuições e desafios de Jomtien - Encontro Latino-Americano de ONGs.* s.l., s.d. [tradução do documento original, publicada na revista Contexto & Educação, (26):21-47,1992]

ANEXOS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

Natureza:		Hora do Fato:	
Data:	Dia da Semana:	Hora Comunicação:	
Local:			
Tipo de Local:			
Via de Acesso:			
Meio Empregado:			
☐ Vítima	☐ Indiciado	☐ Suspeito	☐ Não definida
Nome:			Veio ao Plantão
Filiação:			
Estado Civil:	Natural de:	Cor:	
Profissão:	Data de Nasc.:	Sexo:	
Residência			
Local de Trabalho:			
Documento:		Fone:	
☐ Vítima	☐ Indiciado	☐ Suspeito	☐ Não definida
Nome:			Veio ao Plantão
Filiação:			
Estado Civil:	Natural de:	Cor:	
Profissão:	Data de Nasc.:	Sexo:	
Residência			
Local de Trabalho:			
Documento:		Fone:	
TESTEMUNHAS			
Nome:			Fone:
Endereço:			
Local de Trabalho:			
Nome:			Fone:
Endereço:			
Local de Trabalho:			
Nome:			Fone:
Endereço:			
Local de Trabalho:			
Perícias:	☐ I.M.L.	☐ I.C.	☐ Outros
Foi Internado:	Onde:		
Providências:			
HISTÓRICO			
Se necessário use o verso			
Elaborado em / /		Por: Delegado de Plantão:	
Nome: _____		Nome: _____	
Cargo: _____			

ANEXO II

ESCALA DE HIERARQUIZAÇÃO DE PRESTÍGIO

1-Ocupações Manuais Não Especializadas

Agricultor ou lavrador	Atendente
Barqueiro	Carregador
Carroceiro	Cobrador de ônibus
Coletor de lixo	Cozinheiro
Dono de Charrete	Empregado Doméstico
Entregador Carteiro	Foguista
Guarda noturno	Lavrador (sem empregado)
Lustrador	Marinheiro-Marítimo (sem especificar)
Motorneiro-Manobrador	Operário sem Especificar. Servente
Pedreiro. Ajudante	Pescador
Posseiro	Porteiro
Soldado	Tintureiro (sem empregados)
Trabalhador Rural	Vendedor Ambulante

2-Ocupações Manuais Especializadas e Assemelhadas

Açougueiro	Auxiliar de Enfermagem
Alfaiate	Avicultor
Auxiliar de laboratório e farmácia	Barbeiro
Balconista	Cabelereiro
Bombeiro	Carteiro
Carpinteiro	Chapeleiro
Chacareiro	Confeiteiro
Cinegrafista	Costureira
Cortador	Doceira
Distribuidor de leite	Dono de lenhadora
Dono de bancas de jornais e revistas	Dono de Pensão
Dono de olaria	Eletricista
Dono de Quitanda	Feirante
Encanador	Fiscal de Feira
Ferreiro	Gráfico
Funileiro	Maquinista
Jardineiro	Mecânico
Marceneiro	Músico de banda
Motorista	Ourives
Operador de cinema	Pedreiro
Pedreiro	Relojoeiro
Pintor	Sapateiro
Relojoeiro	Seleiro
Sargento e 2º sargento	Tecelão
Tapeceiro	Técnico de TV
Técnico de tecidos	Tipógrafo
Tintureiro	Viajante Comercial
Vendedor de firma	Zelador de edifício
Vidraceiro	

3-Supervisão de Trabalho Manual e Ocupações Assemelhadas

Agricultor (com 1 empregado)	Apontador de obras
Artífice	Chefe de depósito
Chefe de estiva	Chefe de seção
Chefe de trem	Chefe de turma
Contra mestre	Cozinheiro
Empreiteiro	Feitor ou capataz
Fiscal de transporte	Guarda aduaneiro
Inspetor de polícia	Inspetor de serviço
Mestre de obras	Motorista proprietário de carro ou caminhão
Tipógrafo	

4-Ocupações Não Manuais de Rotina e Assemelhadas

Administrador de fazenda	Administrador de fazenda (com 11 empregados ou mais)
Agente de correio	Agente de estatística
Almoxarife	Artista
Auxiliar de escritório	Aviador
Bailarino	Bancário
Bibliotecário	Caixa (bancário)
Caixa de firma comercial	Chefe de escritório
Chefe de estação/estrada de ferro	Chefe de pessoal
Chefe de seção em banco	Chefe de secretária
Coletor estadual e federal	Comerciante
Comerciante imobiliário	Comerciante ou dono de estabelecimento comercial
Conferente	Conferente de alfândega
Construtor	Contador, contabilista ou guarda livro
Corretor de imóveis	Corretor de imóveis (com 2 a 10 empregados)
Datilógrafo	Delegado regional de ensino
Desenhista	
Despachante	Despachante de cia. de aviação
Diretor de escola primária	Diretor de escola secundária
Dono de escritório	Dono de estabelecimento comercial
Dono de farmácia	Dono de máquina de café
Escrevente de cartório	Escrutário
Escrivão de polícia	Ferrovário
Fiscal da prefeitura	Forças armadas (tenente, sub-tenente - Exército, Aeronáutica ou Marinha)
	Gerente de casa comercial
Funcionário público	Inspetor de ensino
Industrial ou dono de fábrica	Lançador da prefeitura.
Jornalista	Músico
Locutor	Perfurador
Pastor protestante	

Posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações não manuais e proprietários de pequenas empresas comerciais, industriais, agro-pecuária

Professor primário	Professor de música
Professor secundário	Proprietário
Propagandista	Publicitário
Protético (sem empregados)	Radiotelegrafista
Radialista	Repórter
Recepcionista	